



UFRJ

**O PROCESSO DA RESTRIÇÃO E OS OPERADORES  
ARGUMENTATIVOS NO DISCURSO MIDIÁTICO**

**Vanessa Barros de Lima**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Letras Vernáculas), Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas na Área de concentração Língua Portuguesa.**

**Orientadora:**

**Profa. Dra. Lúcia Helena Martins Gouvêa**

**Rio de Janeiro  
Março de 2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

O PROCESSO DA RESTRIÇÃO E  
OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO DISCURSO MIDIÁTICO

Vanessa Barros de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Martins Gouvêa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

Examinada por:

---

Presidente, Profa. Dra. Lúcia Helena Martins Gouvêa - Orientadora

---

Profa. Dra. Maria Aparecida Lino Pauliukonis - UFRJ

---

Profa. Dra. Claudia Fatima Morais Martins - UFRJ

---

Profa. Dra. Mônica Tavares Orsini - UFRJ, Suplente

---

Profa. Dra. Regina Souza Gomes – UFRJ, Suplente

Rio de Janeiro  
Março de 2010

LIMA, Vanessa Barros de.

O processo da restrição e os operadores argumentativos no discurso midiático /  
Vanessa Barros de Lima. Rio de Janeiro: UFRJ / FL, 2010.

xv, 93 f. : il.; 31 cm.

Orientadora: Lúcia Helena Martins Gouvêa.

Dissertação (mestrado) – UFRJ / Faculdade de Letras /

Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa), 2010.

Referências Bibliográficas: f. 113 – 115.

1. Semiologia do Discurso 2. Semântica Argumentativa 3. Operadores Argumentativos 4. O processo discursivo da restrição. I. Gouvêa, Lúcia Helena Martins. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas III. O Processo da Restrição e os Operadores Argumentativos no discurso midiático.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS pela minha vida, pela minha saúde, por ter me ajudado a superar todas as dificuldades e, sobretudo, por ter me dado a graça de concluir mais uma importante etapa da minha vida acadêmica.

À minha querida mãezinha do céu, NOSSA SENHORA, pela constante intercessão.

À minha querida orientadora e amiga professora doutora Lúcia Helena Martins Gouvêa, pessoa *fundamental* na minha trajetória acadêmica, pelo grande conhecimento transmitido, pela paciência, pela amizade, pelo carinho nas orientações e, acima de tudo, por ter acreditado em mim.

Aos alunos e colegas de monitoria dos cursos de Redação e Oficina de Língua Portuguesa do Projeto CLAC/UFRJ. Agradeço também às professoras orientadoras do Projeto: Ana Flávia Gerhardt, Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Mônica Orsini e Eliete Silveira.

Às professoras do Mestrado – Lúcia Helena Martins Gouvêa, Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Violeta Rodrigues, Myriam Brito, Maria Cecília Mollica, Maria Lúcia Leitão – pela ajuda, pelos ensinamentos, pela preciosa amizade e pelos momentos de alegria.

À professora doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis, à professora doutora Claudia Fátima Moraes Martins, à professora doutora Mônica Tavares Orsini, à professora doutora Regina Souza Gomes por participarem da minha banca de mestrado.

Agradeço à PR2/UFRJ pelo financiamento parcial desta pesquisa.

In memoriam:

Agradeço às minhas queridas tias Florentina Pereira de Souza e Teodolina Souza de Almeida e à minha querida e saudosa avó Francisca de Souza de Barros pelos conselhos, pelo incentivo nos momentos mais difíceis da minha vida e por ter acreditado sempre no meu sucesso.

*“(...) A língua portuguesa é um verdadeiro desafio para quem escreve. Sobretudo para quem escreve tirando das coisas e das pessoas a primeira capa de superficialismo (...)”.*

Clarice Lispector\*

### **SINOPSE**

Estudo sincrônico das marcas restritivas prototípicas e não-prototípicas nos gêneros editorial, artigo opinativo, crônica, notícia e reportagem dos jornais *O Globo* e *O Dia*, segundo os pressupostos teóricos da Teoria Semiolinguística do Discurso e da Semântica Argumentativa.

## RESUMO

### O PROCESSO DA RESTRIÇÃO E OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO DISCURSO MIDIÁTICO

Vanessa Barros de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Helena Martins Gouvêa

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Esta pesquisa estuda o valor semântico de restrição, veiculado por marcas linguísticas prototípicas e não-prototípicas, em gêneros midiáticos.

São duas as perspectivas teóricas que apoiam o trabalho: a teoria Semiolinguística do Discurso (Patrick Charaudeau, 2008), no que diz respeito ao contrato comunicativo e aos modos de organização do discurso; a Semântica Argumentativa (Oswald Ducrot, 1987), no que concerne ao funcionamento discursivo do operador restritivo “mas” em estruturas coordenadas do tipo P mas Q.

O *corpus* desta pesquisa constitui-se de textos dos gêneros editorial, artigo opinativo, crônica, reportagem e notícia, publicados pelos jornais O Globo e O Dia no período de 2005 a 2009.

Quanto à metodologia, trata-se de um trabalho de caráter quantitativo e qualitativo. A análise quantitativa permite detectar o percentual de operadores prototípicos e não-prototípicos em cada gênero estudado. Já a análise qualitativa permite explicar o fenômeno da restrição veiculado por operadores canônicos e não-canônicos, não só do ponto de vista semântico, mas, sobretudo, do ponto de vista discursivo.

Serão estudados os operadores restritivos dos dois tipos, a fim de se alcançar o objetivo final desta pesquisa: construir um quadro que reunirá os operadores restritivos relacionados pelas gramáticas tradicionais (GT) e que ainda se mantêm no português atual e os operadores que constituem novidade levando-se em conta a GT.

Rio de Janeiro  
Março de 2010



## **ABSTRACT**

The restriction's process  
and the argumentative operators in the mediatic discourse

Vanessa Barros de Lima

Orientadora: Lúcia Helena Martins Gouvêa

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

This research studies the restriction's semantic value that is transmitted by canonical and non-canonical linguistic marks in mediatic genres.

There are two theoretical perspectives that support the work: the Semiolinguistics of the Discourse (Patrick Charaudeau, 2008), regarding the communicative contract and the mode of speech's organization; Argumentative Semantics (Oswald Ducrot, 1987), concerning the discursive functioning of the operator restrictive "but" in coordinated structures like "P but Q".

The research *corpus* consists of texts of the editorial, opinative article, chronicle, report and notice genres, published by newspapers O Globo and O Dia in the 2005 to 2009 period.

On the methodology, it is a quantitative and qualitative character work. The quantitative analyses permits to detect the prototypics and non-prototypics operators percentual in each genre studied. However the qualitative analyses permits to explain restrictive phenomenon that is transmitted by canonical and non-canonical operators, not only at the semantic point of view, but, especially, at the discursive point of view.

It will be studied the restrictive operator of the two kinds, in order to achieve the final goal of this research: to build a framework that will gather the restrictive operators related by the traditional grammars (TG) and that still maintains themselves in the current portuguese and the operators which are new taking to account the TG.

Rio de Janeiro  
Março de 2010

**FIGURAS**

FIGURA 1 - .....	página 22
FIGURA 2 - .....	página 26
FIGURA 3 - .....	página 31
FIGURA 4 - .....	página 36
FIGURA 5 - .....	página 37
FIGURA 6 - .....	página 40

**TABELAS**

TABELA 1 - .....	página 34
TABELA 2 - .....	página 48
TABELA 3 - .....	página 49
TABELA 4 - .....	página 49
TABELA 5 - .....	página 108
TABELA 6 - .....	página 109

**GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 - .....	página 103
GRÁFICO 2 - .....	página 104
GRÁFICO 3 - .....	página 105
GRÁFICO 4 - .....	página 106
GRÁFICO 5 - .....	página 107

## ABREVIATURAS

NGB = Norma Gramatical Brasileira

E1 = enunciador 1

E2 = enunciador 2

L = locutor

TAL = Teoria da Argumentação na Língua

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	15
2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	20
2.1. A Teoria Semiolinguística Discurso.....	20
2.1.1 O contrato de comunicação.....	23
2.1.2 Os modos de organização do discurso.....	25
2.2 A Semântica Argumentativa.....	32
2.2.1 Surgimento e principais conceitos.....	32
2.2.2 O valor semântico da restrição.....	41
2.2.3 Restrição e estratégia argumentativa.....	43
2.3 As Estratégias de Polidez.....	45
2.4 Os Gêneros Midiáticos.....	50
2.4.1 Os gêneros opinativos.....	50
2.4.2 Os gêneros informativos.....	53
3. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	55
3.1. O Editorial .....	55
3.2. O Artigo Opinativo .....	63
3.3. A Crônica .....	74
3.4. A Notícia .....	83
3.5 A Reportagem .....	92
4. RESULTADOS FINAIS.....	103
4.1. O Editorial.....	103
4.2. O Artigo Opinativo.....	104

4.3. A Crônica .....	105
4.4. A Notícia .....	106
4.5 A Reportagem .....	107
4.6 Operadores restritivos não-canônicos .....	108
4.7 Operadores restritivos canônicos e não-canônicos .....	108
5. CONCLUSÃO.....	110
6. REFERÊNCIAS.....	113
7. ANEXOS.....	116

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende estudar o processo discursivo da restrição, veiculado por marcas linguísticas prototípicas e não-prototípicas, em gêneros midiáticos. O enfoque prioritário, porém, estará nas marcas não-prototípicas, pois, embora não sejam contempladas pela NGB, veiculam o valor semântico de restrição tal como os operadores canônicos.

O *processo da restrição*, em estruturas do tipo *X, mas Y*, constitui-se numa estratégia argumentativa cuja característica consiste em o locutor, depois de conceder razão ao ponto de vista do alocutário (X), desqualificar esse ponto de vista ao introduzir o seu próprio argumento (Y). Trata-se de uma estratégia bastante eficiente, pois, em vez de se contrariar a expectativa do outro de imediato – o que indisporia o locutor com o alocutário – só se faz isso depois de valorizar a opinião deste.

No que diz respeito à *justificativa da escolha do tema*, pode-se dizer que dois fatores contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa: o processo da restrição e os gêneros midiáticos.

Estuda-se o *processo da restrição* por meio de estruturas do tipo *X, mas Y*, em virtude de esta ser uma das estratégias argumentativas mais recorrentes nos textos da mídia contemporânea. Na verdade, trata-se de uma estratégia bastante produtiva, pois o locutor pode não só argumentar, mas também contra-argumentar por intermédio do enunciado restritivo. Escolheram-se os gêneros midiáticos, porque, além de serem instrumentos de interação entre locutor e alocutário, representam o português padrão escrito atual.

Quanto à *metodologia*, esta pesquisa envolve várias etapas, desde a reunião do *corpus* até a confirmação das hipóteses.

Primeiramente, selecionaram-se trinta textos de cada um dos gêneros editorial, artigo opinativo, crônica, notícia e reportagem dos jornais O Globo e O Dia, perfazendo o total de trezentos textos.



Em seguida, fez-se o levantamento dos operadores restritivos canônicos nos textos dos dois jornais, contabilizando-se o percentual de marcas prototípicas em cada gênero selecionado e em cada jornal.

A etapa seguinte compreendeu o levantamento das marcas linguísticas não-prototípicas com valor de restrição. Após esse levantamento, verificou-se o percentual dessas marcas em cada gênero e em cada jornal, com o objetivo de confirmar as hipóteses formuladas.

Assim, esta pesquisa se caracteriza por dois tipos de procedimentos: uma análise quantitativa e uma qualitativa. Por intermédio do *critério quantitativo*, será possível mensurar os dados levantados a fim de se verificar o percentual de operadores restritivos prototípicos e o de marcas restritivas não-prototípicas em cada gênero discursivo. Por meio do *critério qualitativo*, serão interpretados e discutidos os resultados obtidos na primeira etapa, bem como será estudada a importância do processo da restrição como estratégia discursiva.

No que diz respeito às *hipóteses* formuladas para o trabalho, contemplou-se o processo da restrição veiculado tanto por operadores não-canônicos quanto por operadores canônicos.

As hipóteses referentes aos operadores restritivos canônicos são:

- a) o operador restritivo canônico mais frequente, *em todos os gêneros* e nos dois jornais, seria o “mas”;
- b) o jornal O Globo apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que o jornal O Dia *em todos os gêneros*;
- c) o *gênero crônica* apresentaria um percentual maior de ocorrências do operador “mas” do que os outros gêneros nos dois jornais;

No que se refere às marcas linguísticas não-prototípicas com valor de restrição, as hipóteses são:

- a) O gênero editorial dos jornais O Globo e O Dia não apresentaria lexias restritivas não-prototípicas;

b) Os gêneros artigo opinativo, crônica, notícia e reportagem no jornal O Dia apresentariam uma frequência maior de marcas restritivas não-prototípicas do que os mesmos gêneros no jornal O Globo.

Quanto à *fundamentação teórica*, serão adotadas duas teorias: a Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau (2008) e a Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot (1983).

A Teoria Semiolinguística do Discurso se caracteriza por estudar a significação discursiva. Segundo Charaudeau (2008), a construção do sentido está relacionada a dois espaços: o espaço interno (dimensão linguística) e o espaço externo (dimensão situacional). A significação discursiva é resultante, pois, do jogo entre o linguístico (o material verbal) e o extralinguístico (a situação de comunicação). O estudo do processo da restrição por meio de operadores argumentativos do tipo “mas” justamente envolve esses dois espaços: o espaço interno, por serem, os operadores, marcas linguísticas; o espaço externo, por serem eles marcas da enunciação.

A Semântica Argumentativa (ou Semântica da Enunciação) se caracteriza por estudar os operadores argumentativos, marcas linguísticas que têm por função indicar a força argumentativa dos enunciados. Dentre os vários tipos de operadores identificados por Ducrot, estão os da categoria do “mas” e os da categoria do “embora”, ambos contrapondo argumentos que apontam para conclusões contrárias. Tanto os primeiros quanto os segundos atuam sobre construções que veiculam os valores semânticos de restrição e concessão. Nesta pesquisa, porém, estudar-se-ão somente os primeiros, tendo em vista que o que se deseja é verificar que operadores restritivos estão sendo efetivamente usados no português padrão atual.

Quanto à *organização*, esta pesquisa divide-se em *Introdução* (capítulo 1), *Pressupostos Teóricos* (capítulo 2), *Análise do Corpus* (capítulo 3), *Resultados Finais* (capítulo 4), *Conclusão* (capítulo 5), *Referências* (capítulo 6) e *Anexos* (capítulo 7).

No primeiro capítulo – *Introdução* - apresenta-se a temática da pesquisa, a explicação sobre o conceito de restrição, a justificativa da escolha do tema, a metodologia, as hipóteses bem como as principais teorias que fundamentam a análise dos dados.

No segundo capítulo – *Pressupostos Teóricos* – serão contempladas a Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau (1996 e 2008), a Semântica Argumentativa, de Oswald Ducrot (1980, 1984 e 1987), as estratégias de polidez, de Penelope Brown & Stephen Levinson (1987) e as estratégias de relação, de Eduardo Guimarães (2002). Além disso, dedica-se uma pequena parte a estudos sobre os gêneros midiáticos em apreço (MELO, 1985).

Em 2.1, apresenta-se a Teoria Semiolinguística do Discurso. Em 2.1.1 e 2.1.2, respectivamente, apresentam - se os conceitos de *contrato de comunicação* e de *modos de organização do discurso*. O conceito de contrato de comunicação permite associar o percentual de marcas restritivas não-prototípicas ao gênero estudado. Os modos de organização do discurso (descritivo, narrativo, argumentativo e enunciativo), vistos como princípios que organizam linguisticamente os gêneros textuais, possibilitarão identificar as características dos contratos e, portanto, dos gêneros em estudo.

O subitem 2.2 refere-se à Semântica Argumentativa. Em 2.2.1, apresentam-se o surgimento da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) e seus principais conceitos, tais como o de operadores argumentativos, o de orientação argumentativa, o de polifonia e o de *topos*. Em 2.2.2, explica - se também o valor semântico da restrição do ponto de vista discursivo. Em 2.2.3, apresentam - se as estratégias de relação, assunto que é bastante pertinente à pesquisa na medida em que se identifica, nas análises, o tipo de estratégia que as marcas restritivas não-prototípicas veiculam no discurso midiático.

O subitem 2.3 apresenta as estratégias de polidez, de Brown & Levinson (1987). Por intermédio dessas estratégias, é possível identificar se um determinado tipo de enunciado ameaça ou preserva a face do locutor e do interlocutor numa situação comunicativa.

Em 2.4, recorre-se a uma breve explicação sobre os gêneros opinativos (editorial, artigo opinativo e crônica) e informativos (notícia e reportagem), com base nas reflexões do jornalista-pesquisador José Marques de Melo (1985), já que ambos constituem o *corpus* desta pesquisa.

No terceiro capítulo – *Análise do Corpus* –, serão analisadas construções com marcas restritivas prototípicas e não-prototípicas nos gêneros editorial, artigo opinativo, crônica, reportagem e notícia dos jornais O Globo e O Dia. O objetivo é comprovar que as marcas linguísticas não-prototípicas veiculam o valor semântico de restrição da mesma maneira que os operadores restritivos canônicos.

No quarto capítulo – *Resultados Finais* – serão apresentados os gráficos representativos dos resultados dos cinco gêneros, considerando-se as hipóteses formuladas para cada gênero e para cada jornal. A partir disso, será possível alcançar o objetivo final desta pesquisa: construir um quadro de operadores restritivos em que serão inseridas, além das marcas restritivas prototípicas, as marcas linguísticas não-prototípicas com valor de restrição.

No quinto capítulo – *Conclusão* – sumarizam-se os principais resultados. O sexto capítulo – *Referências* – reúne os livros, os textos, enfim, todo material teórico consultado durante a pesquisa. Por fim, o sétimo capítulo – *Anexos* – apresentará uma cópia dos textos jornalísticos que constituíram o *corpus* deste trabalho.

Como *contribuição*, espera-se que a pesquisa: a) colabore para os estudos sobre o processo da restrição; b) funcione como subsídio para aqueles que estudam o assunto a fim de que acrescentem, à sua lista de operadores restritivos, as marcas não-prototípicas aqui identificadas, na medida em que elas não só veiculam o valor semântico de restrição – como os operadores canônicos – mas também se comportam discursivamente como eles; por último, c) contribua para o ensino de Língua Portuguesa a fim de que o professor conduza a leitura do texto, considerando não só as marcas restritivas prototípicas como também as marcas restritivas não-prototípicas.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo constitui-se de um estudo sobre a *semiologia do discurso* e a *semântica argumentativa*, teorias que fundamentarão a análise dos dados desta pesquisa.

O subitem 2.1 tratará da *teoria semiológica do discurso*, de Patrick Charaudeau (1996, 2005 e 2008). Os enfoques dessa teoria, porém, estarão somente no *contrato de comunicação* e nos *modos de organização do discurso*. O subitem 2.2 apresentará a semântica argumentativa, de Oswald Ducrot (1980, 1984 e 1987). Em sua teoria, Ducrot explica o funcionamento discursivo do operador *mas* em estruturas coordenadas do tipo *P mas Q*.

No subitem 2.3, serão descritas as estratégias de polidez, levando-se em consideração a teoria de preservação de face de Erving Goffman (1974) e de Brown & Levinson (1987). Por fim, no subitem 2.4, serão arroladas algumas características acerca dos gêneros opinativos e informativos, que compõem o *corpus* desta pesquisa.

### 2.1. A Teoria Semiológica do Discurso

Dentre as várias linhas de pesquisa que compõem a Análise do Discurso, há a teoria Semiológica do Discurso, cujo fundador é o linguista francês Patrick Charaudeau.

O elemento de composição *semio-*, de semiologia, provém, etimologicamente, da palavra grega *semiosis*. Na perspectiva de Charaudeau (2005, p.13), a escolha do termo *semiologia* foi assim explicada:

Semio-, de “semiosis”, evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido, em diferentes sistemas semiológicos, sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; *linguística* foi utilizado por se tratar da língua, mais precisamente, das línguas naturais.

É sabido que as línguas naturais possuem uma dupla articulação, pois as unidades podem se combinar tanto no eixo sintagmático quanto no paradigmático. Assim, em virtude dessa dupla articulação, as línguas impõem um processo de semiotização do mundo, que é diferente de outras linguagens. Mesmo que as outras linguagens participem de processos semiológicos, ainda assim o fazem sob a presença da linguagem verbal.

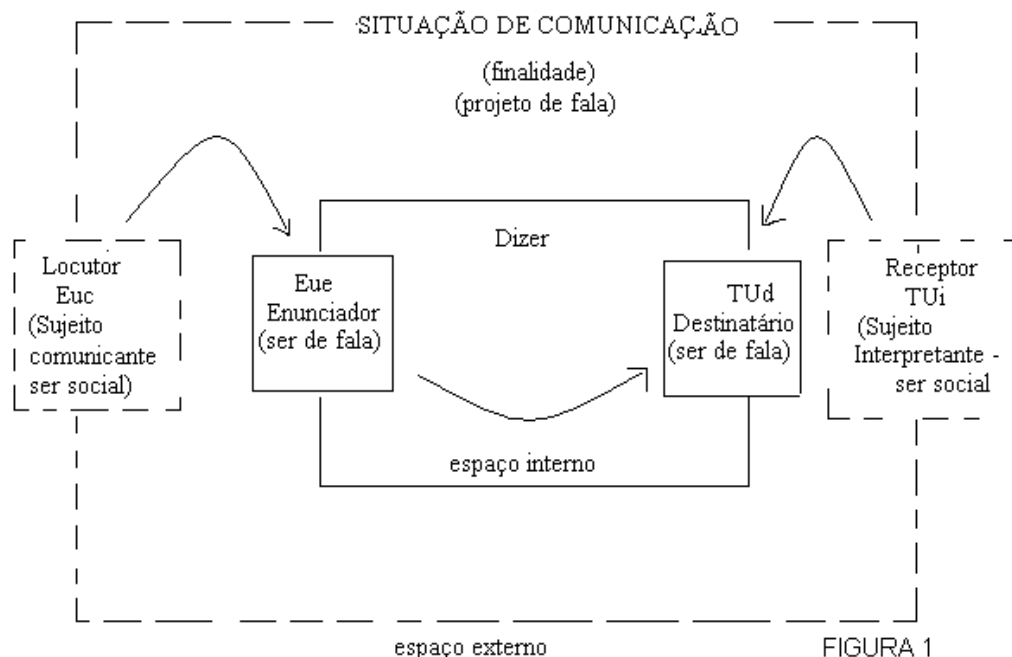
Antes de tratar propriamente da teoria de Charaudeau (2008), é importante refletir sobre a problemática do sentido nos estudos semiolinguísticos. Essa problemática, que envolve os estudos da significação, foi construída em torno de três oposições: “proposicional *versus* relacional”, “interno *versus* externo” e “explícito *versus* implícito” (CHARAUDEAU, 1996, p.7-9).

A primeira oposição encontra-se entre o paradigma proposicional e o relacional. O paradigma proposicional defende que a língua tem a função de estruturar o mundo, segmentá-lo, bem como representá-lo. O paradigma relacional, por sua vez, defende que a significação se constrói na relação entre os sujeitos. O sentido constrói-se numa relação triangular em que a referência ao mundo (proposicional) está subordinada à relação entre os interlocutores (relacional).

A segunda oposição refere-se ao espaço interno *versus* o espaço externo. O espaço externo prevê que é aceitável que exista uma significação discursiva "fora da linguagem", isto é, na realidade extralinguística que se combina de modo pertinente com o local da manifestação discursiva. O espaço interno, entretanto, pressupõe que há uma significação discursiva no interior da linguagem.

A terceira oposição (explícito *versus* implícito) defende que o sentido das palavras está associado ao par implícito-explícito, pois o que não é dito de maneira explícita, no discurso, também possui significação. Isso está intimamente relacionado ao fenômeno linguageiro, pois o implícito e o explícito conduzem à construção do sentido, de forma simultânea não só no espaço interno (linguagem) como também no espaço externo (realidade extralinguística). Considerando essa terceira abordagem, Charaudeau (2008, p.52) descreve que o ato de linguagem é

uma resultante de um jogo entre o implícito e o explícito. Partindo dessa reflexão, o linguista propõe o seguinte quadro:



A partir da figura 1, é possível observar que todo ato de linguagem é resultante de um jogo entre o que está implícito e o que está explícito na linguagem. O ato emerge, por conseguinte, das circunstâncias de discurso específicas, realizando-se num ponto do processo de produção e de interpretação e sendo encenado pelos seres de fala e pelos seres sociais.

Os seres de fala são instituídos como imagem do sujeito enunciador (EUE) e do sujeito destinatário (TUd), que se encontram no espaço interno, ou seja, no circuito da fala (cf. figura 1).

Os seres sociais são instituídos como imagem de sujeito comunicante (EUC) e de sujeito interpretante (TUi), que se encontram no espaço externo ou no circuito externo à fala, isto é, na situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2008, p. 52-53).

O mundo falado por esses sujeitos constitui-se de dois espaços: o espaço interno e o espaço externo. O espaço interno corresponde a uma representação

discursiva. O espaço externo, por sua vez, pertence ao local da manifestação discursiva, ou seja, à situação de comunicação.

A construção do sentido é, portanto, resultante do componente linguístico (espaço interno) e do componente situacional (espaço externo), visto que o espaço externo é fundador do espaço interno. Simultaneamente a isso, o espaço externo é construído pelo espaço interno. O espaço interno, por sua vez, é dependente do espaço externo (CHARAUDEAU, 1996, p. 9).

O componente linguístico opera com o material verbal, que seria a língua e o componente situacional opera com o material psicossocial. Esse material psicossocial colabora na definição dos seres humanos como atores sociais e sujeitos comunicantes.

### 2.1.1 O contrato de comunicação

Visto que a construção do sentido, no discurso, está intimamente relacionada a um espaço interno, a linguagem, e a um espaço externo, a realidade extralinguística, é sabido que o espaço interno leva à dimensão linguística e o espaço externo leva à dimensão situacional. A noção de contrato, portanto, está relacionada não só ao componente linguístico como também ao componente situacional (CHARAUDEAU, 2008, p. 8).

No componente linguístico, há o material verbal (a língua), estruturado de maneira significativa pelos parceiros da comunicação (EU enunciador e TU destinatário). Esses parceiros devem compartilhar os saberes implicados no ato de linguagem e adotá-los, necessariamente, obedecendo ao princípio da pertinência<sup>1</sup>.

No componente situacional, existem os participantes do discurso (sujeito comunicante e o sujeito interpretante). Os atos de linguagem, por sua vez,

---

<sup>1</sup> De acordo com o princípio da pertinência (MAINGUENEAU, 2008, p. 34-35), uma enunciação deve ser maximamente adequada ao contexto em que acontece. Ela deve interessar ao destinatário, fornecendo-lhe informações que modifiquem a situação discursiva. Por exemplo, um jornal publica na primeira página “Daniel voltou a ver a princesa Stéphanie”. Essa informação é pertinente no país onde ela se encontra, como se encontra e para o público a que se destina.



estariam subordinados a um conjunto de características, que os fazem pertencer a um certo *gênero discursivo*<sup>2</sup>, depender de um *contrato* determinado numa determinada situação comunicativa. Conseqüentemente, os participantes desse ato assumem certos estatutos sociolinguageiros, que lhes são conferidos pelo *contrato de comunicação*.

Segundo Charaudeau (2008, p. 56), o *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegarem a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. O *contrato de comunicação*, portanto, pode ser definido como um ritual sociolinguageiro, que é constituído por um conjunto de características que codificam as práticas sociolinguageiras e que resultam de condições de produção e de interpretação do ato de linguagem.

Para exemplificar o conceito de *contrato*, imagina-se o momento em que uma pessoa entra num táxi. O passageiro seria o cliente informante, quanto à direção que vai tomar. Simultaneamente, ele institui seu interlocutor em “um motorista, tendo vontade de aceitá-lo como passageiro e poder de conduzi-lo ao rumo que ele deseja”. A situação em que alguém entra num táxi e diz “Praça da República” é, em suma, normal para um indivíduo da sociedade brasileira, mas pode ser considerada como algo mágico por um homem da Pérsia que não conhece o *contrato* linguageiro que liga esses dois sujeitos. Se alguém, por outro lado, dissesse a mesma coisa num ônibus, produziria um efeito diferente, já que as condições de produção e de interpretação do ato de linguagem seriam outras (CHARAUDEAU, 2008, p.60).

A noção de *contrato de comunicação* está intimamente ligada a uma situação de comunicação particular, como por exemplo, a situação no interior do

---

<sup>2</sup> Segundo Charaudeau (1996, p. 38-40), o gênero discursivo é definido por um conjunto de constantes, que os fazem apresentar semelhanças e diferenças. Assim, por exemplo, ao gênero propaganda, relacionam-se constantes tais como produto, marca, *slogan*, agência de publicidade, difusão. Essas mesmas constantes diferenciam o gênero propaganda do gênero editorial, cujas constantes são outras.

táxi. Dessa forma, Charaudeau (2005, p.18) explica que o ato de linguagem “Praça da República” do sujeito falante está subordinado a sua intencionalidade comunicativa aliada às circunstâncias de comunicação do táxi.

É válido acrescentar que o *contrato comunicativo* diz respeito à existência de um EU e de um TU determinados, ambos com um dado propósito comunicativo e numa certa situação comunicativa. EU e TU se reconhecem como parceiros na situação comunicativa. À medida que produzem signos de intercâmbio, um torna-se o locutor e o outro interlocutor. Dessa forma, o locutor (EU) reconhece o outro (TU) como interlocutor. No momento da troca de turno numa conversa, por exemplo, o interlocutor (TU) torna-se locutor (EU) e o locutor (EU) torna-se interlocutor (TU). Para haver essa troca na situação de comunicação, portanto, é necessária a presença do TU - pois o EU só existe através do TU<sup>3</sup>.

O linguista explica que o *contrato* não se restringe a um único tipo; pelo contrário, há vários tipos de *contratos de comunicação*. Dessa forma, o contrato de comunicação compreende, por exemplo, o discurso judicial, o discurso publicitário, o discurso político, o *discurso jornalístico*, este último representando o *corpus* desta pesquisa.

A seguir, tratar-se-á dos modos de organização do discurso, proposto por Patrick Charaudeau (2008).

### 2.1.2 Os modos de Organização do Discurso

Os modos de organização do discurso são o modo enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Deve-se ressaltar, porém, que o modo enunciativo está presente em todos os demais modos, pois caracteriza-se pela presença do enunciador no ato de linguagem. Os modos de organização do discurso constituem os princípios de organização linguística e dependem da finalidade

---

<sup>3</sup> Essa referência ao EU e ao TU, na teoria de Patrick Charaudeau, relembra os postulados de Émile Benveniste (1966, p. 286). O emprego de eu é dirigido a alguém, que será na minha alocação um tu. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da pessoa, pois implica reciprocidade – que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu.

comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, narrar e argumentar. Antes de descrevê-los, é preciso, porém, distinguir *gêneros discursivos* e *modos de organização do discurso*.

Os *gêneros discursivos* são a manifestação material da colocação em cena de um ato de comunicação numa situação dada para servir ao projeto de fala de um determinado locutor e são vistos como resultado. No tipo jornalístico, podem-se citar os gêneros editorial, artigo opinativo, crônica, reportagem, notícia, coluna social e outros. Os *modos de organização do discurso* (o descritivo, o narrativo, o argumentativo e o enunciativo), por seu turno, são vistos como um processo.

Em relação ao estudo dos *modos*, Patrick Charaudeau (2008, p.78) ainda diz que, embora um modo predomine na organização do texto, cada gênero pode resultar da combinação de mais de um modo de organização:

O gênero publicitário caracteriza-se pela combinação de vários desses modos de organização, com uma tendência mais marcada para o descritivo e o narrativo, quando se trata de publicidades de rua (cartazes) ou de revistas populares, recorrendo ao modo argumentativo quando se trata de publicidades encontradas em revistas especializadas. O mesmo ocorre com a imprensa em geral, onde se encontram gêneros com tendência descritiva e narrativa (relatos, reportagens) e outros de tendência argumentativa (comentários e análises).

No que diz respeito aos quatro modos de organização do discurso – o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo – observa-se uma característica importante. O modo enunciativo intervém na encenação de cada um dos outros três modos de organização, pois sua vocação é construir o aparelho enunciativo, isto é, dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e em relação aos outros. Charaudeau (2008, p.74), segundo esta representação, ilustra a influência do modo enunciativo nos outros modos:

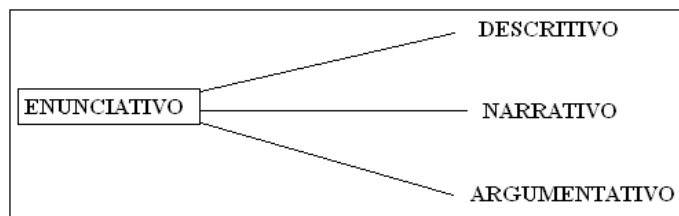


FIGURA 2

Cada modo, segundo Charaudeau (2008), apresenta, na organização linguística do texto, uma função, que, a seguir, será explicada.

O *modo de organização enunciativo* tem a função de organizar os lugares e o estatuto dos protagonistas do ato de linguagem, isto é, do EU e do TU com auxílio dos componentes da construção enunciativa: o alocutivo, o elocutivo e o delocutivo. Patrick Charaudeau (2006, p. 309-310), retomando essas categorias de Damourette e Pichon, define-as como *atos de enunciação* ou atos locutivos.

A modalidade *alocutiva* caracteriza-se pelo fato de que o locutor impõe ao interlocutor o conteúdo de seu propósito, isto é, a modalidade alocutiva configura uma relação de força em que o locutor se coloca numa relação de superioridade (modalidades como interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão) ou de inferioridade (interrogação e petição) em relação ao interlocutor. O recorte, a seguir, exemplifica a modalidade alocutiva:

Então, para quem não tinha percebido, assim somos, as mulheres, neste ainda início de século 21: a gente chega com um anel peniano com dois coelhinhos e **vocês**, rapazes, chegam com as flores, Mais moderno, impossível. (Cláudia Cecília, crônica "No nosso dia, nada pode nos derrubar", O Dia, 11/03/07)

A modalidade *elocutiva* caracteriza-se pelo fato de o locutor situar seu propósito em relação a ele mesmo. Modalidades como constatação, saber/ignorância, opinião, apreciação, obrigação, querer, possibilidade, dentre outras, são exemplos dessa modalidade. Como exemplo, veja-se este recorte:

Hoje – (**eu**) aviso logo -, (**eu**) estou com dificuldade de começar o que quer que seja. (...) mas **eu** optei pela contramão e (**eu**) fui libertar as muitas flores que (**eu**) ganhei pela passagem dos meus anos (...). (Miguel Falabella, crônica "Dias de labirinto", O Dia, 15/10/06).

A modalidade *delocutiva*, por sua vez, caracteriza-se pelo fato de que o locutor deixa que o propósito se imponha como tal, como se aquele não fosse responsável por este. Segundo Charaudeau (2008, p.108), "o propósito existe em si, e se impõe aos interlocutores em seu modo de dizer, seja por 'asserção', seja por 'discurso relatado'". Veja-se, a seguir, o exemplo:

**É elogiável** a decisão do Planalto de adiar a entrada em vigor de alguns itens da medida provisória, num gesto bem-vindo de abertura para negociações. (Editorial “Receita e Despesa”, O Globo, 10/02/05).

Quanto ao *modo de organização descritivo*, este permite fazer existir seres do mundo e os qualifica de forma particular, isto é, “descrever” consiste em ver o mundo por um “olhar estático”, fazendo existir seres, nomeando-os, localizando-os, atribuindo-lhes alguma qualidade.

O sujeito, ao *nomear*, constrói e estrutura a visão de mundo, fazendo existir seres significantes no mundo. No exemplo a seguir, a descrição faz existir dois indivíduos que estão a serviço da finalidade da situação de comunicação, isto é, o locutor, além de nomear os seres, caracteriza-os por meio de adjetivações e feitos profissionais:

(...) Ela é Maria Emma Hulga Lenk, primeira mulher sul-americana a competir em jogos olímpicos e recordista mundial nos 50 metros, 100 metros e 200 metros peito. Ele é Renato Borges da Fonseca, endocrinologista, ex-remador, ex-presidente da Confederação Brasileira de Remo e ex-membro do Comitê Olímpico Brasileiro. (Miguel Falabella, crônica “Raros momentos”, O Dia, 12/05/07)

Ao *localizar-situar*, o sujeito determina o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo e atribui características a esse ser à medida que este precisa dessas características para existir no discurso. No recorte a seguir, por meio da descrição é possível determinar o lugar e o espaço ocupado pelos indivíduos:

Então estava eu feliz da vida no tal espaço mulherzinha inaugurado recentemente na Barra. Um ambiente moderninho e bem decorado, um punhado de camisolas, calcinhas e sutiãs espalhados em araras, um cantinho reservado a objetos mais picantes, outro para tratamentos estéticos, livros e revistas que versam sobre assuntos essencialmente femininos e um monte de mulher a fim de falar bobagem e se divertir. (Cláudia Cecília, crônica “No nosso dia, nada pode nos derrubar”, O Dia, 11/03/07)

O sujeito, ao *qualificar*, atribui um sentido particular ao ser-objeto, singularizando-o, suscitando procedimentos de construção ora objetivos ora

subjetivos. Como exemplo de descrever-qualificar, apresenta-se o seguinte recorte:

Há pouco, participei de evento solar na Confraria do Garoto, centrado na Ordem dos Cariocas da Gema, que homenageou o querido Fernando Pamplona. Foi às treze horas, na Rua treze de maio. O treze é proposital, porque esta é uma pequena e brava organização de cariocas de quatro costados que se dedica – tão exclusivamente – a lustrar o humor, a alegria, a malícia e a descontração, que fazem diferenciar nós, cariocas, dos demais brasileiros. (Ricardo Cravo Cabim, artigo de opinião “Xerife da confraria”, O Dia, 04/09/09)

O terceiro modo de organização do discurso, o *narrativo*, exige que se tenha um narrador, munido de uma certa vontade de transmitir alguma coisa a alguém, e um destinatário, ambos inseridos num contexto. Esse modo apresenta três componentes – os agentes, os processos e as sequências – que estão estreitamente ligados e se definem reciprocamente.

Os *agentes* representam um certo número de papéis com relação à ação de que eles dependem. Assim, por exemplo, um agente, em um papel narrativo, pode ser ocupado por diferentes tipos de personagens. O papel de agente, por exemplo, pode ser preenchido por um bandido, um cantor, um padre etc. (CHARAUDEAU, 2008, p.162).

Os *processos* ligam os agentes entre si, no sentido de dar orientação funcional à sua ação. Eles podem ser realizados por diferentes tipos de ações. Como exemplo, o processo de agressão pode ser realizado como ação física (murro), como um insulto, como um comportamento de recusa, etc. (CHARAUDEAU, 2008, p. 164).

As *sequências*, por seu turno, integram processos e agentes dentro de uma finalidade narrativa, segundo os princípios de organização. O recorte, em destaque, pode ilustrar um exemplo de *sequências*:

O fotógrafo Jadson Marques, aqui de O Dia, estava pautado, desde às 10 horas de sábado, para acompanhar a via-crúcis de uma “PP” (preta e pobre) em busca de um hospital. Em trabalho de parto iniciado na quarta-feira, foi duas vezes rejeitada em um, registrou queixa na polícia por omissão de socorro e, graças ao cidadão Jadson, que a transferiu para o seu carro, chegou ao hospital Pedro II, de Santa Cruz, onde às 21 horas, finalmente, nasceu seu bebê. (1) Em meio à peregrinação, o repórter

encontrou outra jovem, também preta e pobre, contorcendo-se em trabalho de parto, agarrada ao corrimão do Hospital Rocha Faria, com um médico se esgueirando para evitar vê-la (2). Produziu um flagrante emblemático da saúde pública do Rio. O médico flagrado na dissimulação disse ser cardiologista e não obstetra(3). (José Silveira, artigo opinativo “As pautas”, O Dia, 08/08/06)

Neste exemplo, a primeira sequência relata um ato de solidariedade por parte do jornalista. Essa sequência motiva a segunda, que relata a negligência por parte do médico contra a gestante. A terceira sequência relata o flagrante do repórter e constitui o prolongamento da anterior.

O quarto modo de organização do discurso, o *argumentativo*, tem por função permitir a construção de asserções feitas sobre o mundo. Apresenta dois mecanismos: um para organizar os laços de causalidade e outro que justifica a prova e o fato de como esses laços unem as asserções dentro de uma lógica argumentativa. A partir desses mecanismos, o sujeito que argumenta se dirige à parte do interlocutor que raciocina, passando pela expressão de uma convicção e de uma explicação que tenta transmitir ao interlocutor a fim de persuadi-lo com o objetivo final de modificar seu comportamento ou suas ideias.

Para que haja argumentação, é necessária a existência de:

- a) uma *proposta*, sobre o mundo, provocando um questionamento em alguém quanto à sua legitimidade;
- b) um *sujeito* que se engaje nesse questionamento e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (quer seja própria, quer seja universal) sobre a proposta;
- c) um *outro sujeito*, relacionado a essa mesma proposta, questionamento e verdade, que se constitui no alvo da argumentação. É a pessoa-alvo a quem o sujeito tenta persuadir, na esperança de conduzi-la a compartilhar a mesma crença, sabendo que ela pode aderir ou refutar a argumentação. A argumentação, portanto, define-se de forma triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. Para exemplificar, a seguir, apresenta-se um exemplo do modo argumentativo:

(...) passar os primeiros momentos da virada em contato com a água do mar traz sorte. Tem lógica? Nem pensar. Faz sentido? Claro que não. Mas cada um sabe dos seus segredos e dos seus tratos com a Natureza. (Cora Rónai, crônica “Keaton: o último susto de 2007”, O Globo, 03/01/08).

A relação sujeito-argumentante, proposta e sujeito-alvo, segundo Charaudeau (2008, p.205), é representada através do seguinte esquema:

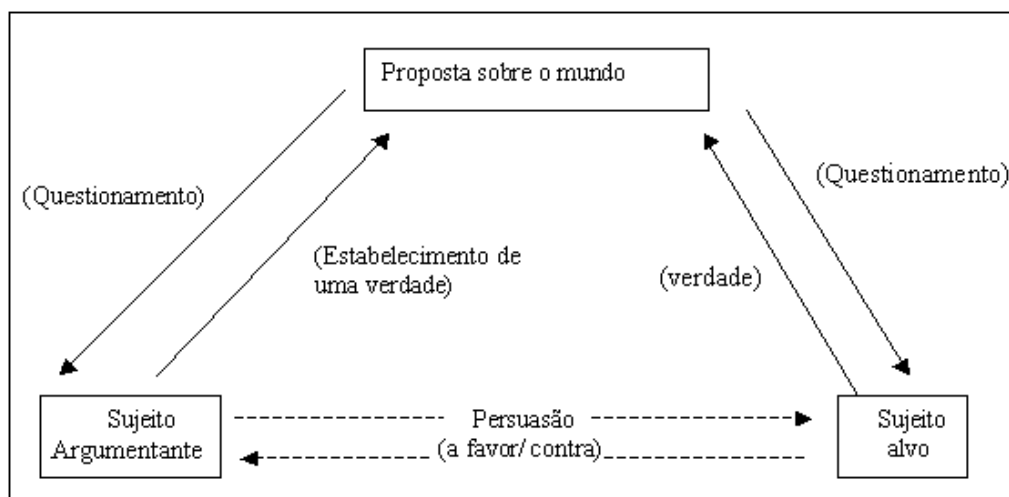


FIGURA 3

Segundo esse esquema, o *sujeito argumentante* estabelece uma verdade sobre a proposta, verdade essa (tese) que poderia ser, por exemplo, “É elogiável a decisão do Planalto de adiar a entrada de alguns itens na medida provisória”. O sujeito-alvo pode mostrar-se em acordo ou desacordo com a tese. Se o *sujeito-alvo* se mostrar em desacordo, dir-se-á que é contra a tese, isto é, o sujeito-alvo desenvolverá um ato de persuasão destinado a refutá-la. Com relação ao enunciado em destaque, o sujeito-alvo poderia contra-argumentar por intermédio do operador restritivo *mas*: “É elogiável a decisão do Planalto de adiar a entrada de alguns itens na medida provisória, *mas é preciso manter a pressão política contra a MP*”( editorial “Receita e Despesa”, O Globo, 10/05/05).

A seguir, algumas considerações serão apresentadas a respeito da semântica argumentativa, cujo precursor é o linguista francês Oswald Ducrot.



## 2.2 A Semântica Argumentativa

### 2.2.1 Surgimento e principais conceitos

Esta seção apresentará o surgimento da semântica argumentativa e seus principais conceitos, mais precisamente, apresentará as reflexões que ajudaram Oswald Ducrot (1989) a desenvolver e a defender a Teoria da Argumentação na Língua (TAL).

A concepção tradicional de argumentação postula que a argumentação ocorre em estruturas do tipo **A logo C**. Nessa estrutura, o enunciado A é um argumento para justificar um enunciado C. O movimento argumentativo de A para C dependerá de dois aspectos: a) A indica um fato F e b) o fato F pode implicar a verdade ou validade da conclusão C. Essa visão tradicional restringe, portanto, a argumentação ao nível dos fatos contidos em A ou em C.

Dessa forma, a função da língua é fornecer os conectivos para a relação argumentativa entre A e C. Os enunciados A e C, por sua vez, são absolutamente independentes da língua, pois o movimento argumentativo do enunciado A para o enunciado C é influenciado por princípios lógicos, filosóficos e retóricos.

Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe, em 1983, publicam a obra cujo título é *La argumentation dans la langue*. Nessa obra, os estudiosos recusam o conceito de argumentação da visão tradicional e defendem o axioma “a argumentação está inscrita na língua”, inaugurando a Teoria da Argumentação na Língua (TAL).

Ducrot (1989, p.17) afirma que é possível comprovar esse axioma através de duplas de frases como:

- a) Pedro estudou pouco.
- b) Pedro estudou um pouco.

De acordo com o linguista, essas duas frases apresentam intenções totalmente diferentes, ou seja, não orientam para a mesma conclusão. O enunciado “a) Pedro estudou pouco” conduz à conclusão “Pedro não será aprovado nos exames”, ao passo que o enunciado “b) Pedro estudou um pouco”, por seu turno, conduz à conclusão “Pedro será aprovado nos exames”. Dessa forma, Ducrot (1989, p.18) afirma que as próprias frases são argumentativas. Isso colabora para que o linguista defenda que os enunciados são, portanto, dotados de *valor argumentativo* ou *força argumentativa*.

Através desse estudo, Ducrot percebeu que há uma diferença entre sentido e significação. O *sentido* diz respeito ao fato de o enunciado ser suscetível desta ou daquela interpretação, “considerando a situação de discurso e as instruções especificadas na significação” (DUCROT, 1984, p.180,181). A *significação*, por sua vez, seria um conjunto de instruções que ajuda o ouvinte a inferir conclusões de um enunciado numa dada situação comunicativa. Essas instruções correspondem aos *operadores argumentativos*, que inauguram a primeira fase da TAL.

A função dos operadores argumentativos, portanto, é orientar os enunciados para possíveis conclusões, isto é, por meio deles, o interlocutor poderá identificar as intenções do locutor. Além dos operadores “pouco” e “um pouco”, é possível listar outros operadores argumentativos e suas respectivas funções (DUCROT, 1983, apud KOCH, 1997), como se mostra na tabela abaixo:

1. operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão:	não só.. mas também, além disso, tanto... como <i>etc.</i>
2. operadores que assinalam argumento mais forte:	até, até mesmo, inclusive, nem mesmo, muito menos <i>etc.</i>
3. Operadores que assinalam o argumento mais fraco:	ao menos, pelo menos, no mínimo <i>etc.</i>
4. operadores que introduzem uma conclusão relacionada a argumentos apresentados em enunciados anteriores:	portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente <i>etc.</i>
5. operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relacionada ao enunciado anterior:	porque, já que, pois, que <i>etc.</i>
6. operadores que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos:	já , ainda, agora <i>etc.</i>
7. operadores que distribuem os enunciados em escalas opostas, ou seja, um funciona numa escala orientada para a afirmação total, e outro, numa escala orientada para a negação total:	um pouco, pouco, quase, apenas, só, somente <i>etc.</i>

TABELA 1

Oswald Ducrot (1989), estudando o fenômeno da concessão em estruturas coordenadas do tipo P mas Q, observa que há também operadores introdutores de argumentos que orientam para conclusões contrárias. Esses operadores são

representados por “mas, porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia etc.”, que correspondem às conjunções coordenadas adversativas na terminologia tradicional.

O linguista observa que, em estruturas coordenadas do tipo “P mas Q”, os enunciados P e Q opõem-se com relação ao movimento argumentativo colocado em evidência pela conclusão *r*. Isso quer dizer que o enunciado P orienta para uma conclusão *r*. O enunciado Q orienta para uma conclusão contrária, isto é, não-*r*, que desqualifica a conclusão *r* do ponto de vista argumentativo. Esses enunciados, portanto, são capazes de orientar para certos tipos de conclusão, com a exclusão de outros. Esse movimento argumentativo dos enunciados P e Q para a conclusão “*r*” e “não-*r*”, respectivamente, denomina-se *orientação argumentativa*.

Como exemplo, considera-se a situação de uma aula de cálculo, em que o professor (locutor L) enuncia:

L (locutor): Não é possível dar a fórmula deste teorema (P), *mas* as etapas principais para resolvê-lo são as seguintes (Q). [logo há resposta para os exercícios de cálculo (não-*r*)] (DUCROT, 1983, p. 19).

Nesse enunciado, há o enunciado P, que orienta para a possível conclusão (*r*) “logo não há resposta para os exercícios de cálculo”. O enunciado Q, por sua vez, orienta para a possível conclusão (não-*r*) “logo há resposta para os exercícios de cálculo”.

Oswald Ducrot (1989, apud KOCH, 1997), para exemplificar essa teoria, elabora a “metáfora da balança”. Nessa representação, há uma balança com um prato A e um prato B. O locutor coloca, no prato A, argumentos possíveis para a conclusão *r*, argumentos esses que podem ser atribuídos ao interlocutor. No prato B, o locutor coloca argumentos possíveis para a conclusão não-*r*. A opinião do locutor é defendida pelos argumentos do prato B, que fazem a balança inclinar nessa direção. Segundo Ducrot (apud KOCH, 1997), a metáfora da balança seria representada assim:

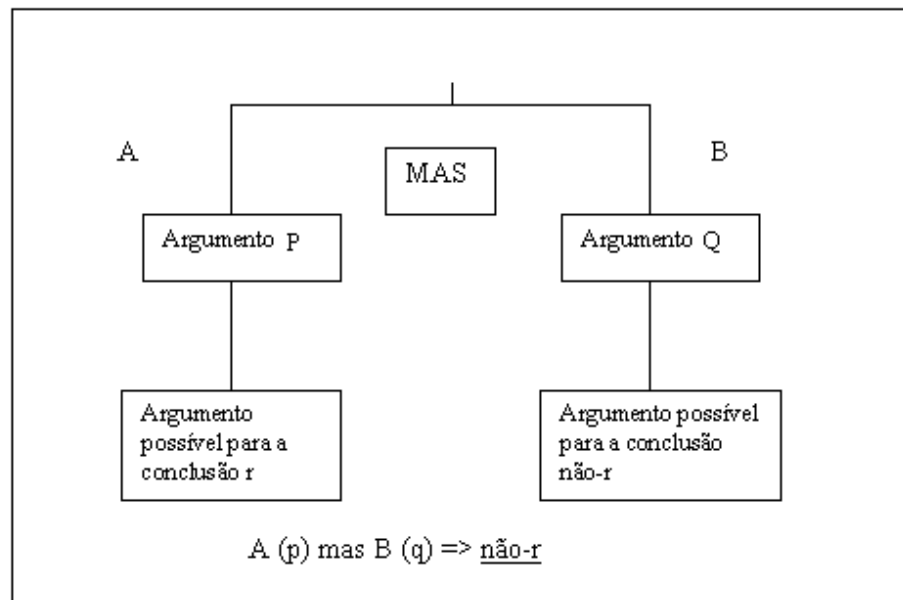


FIGURA 4

Para explicar o valor argumentativo dos enunciados P e Q na metáfora da balança, considera-se a propaganda da Caio Domingues & Associados Publicidade (apud KOCH, 1997):

Nós trabalhamos com ideias. As ideias não têm cheiro, mas algumas são percebidas de longe. As ideias não têm tamanho, mas algumas ocupam bibliotecas. As ideias não têm duração, mas algumas não morrem jamais. Nós trabalhamos com algumas ideias. Ideias que entram por um ouvido e não saiam pelo outro. Ideias que acendem a imaginação. Ideias que sensibilizam pessoas e logo se transformam em ações. É um perigo trabalhar com ideias. Tem gente que morre de medo. Mas quando a ideia é boa, consistente e cheia de graça, a maioria gosta que se enrosca (...). (apud KOCH, 1997, p. 39)

Esse recorte, de acordo com a teoria de Oswald Ducrot, poderia ser representado, na metáfora da balança, assim:

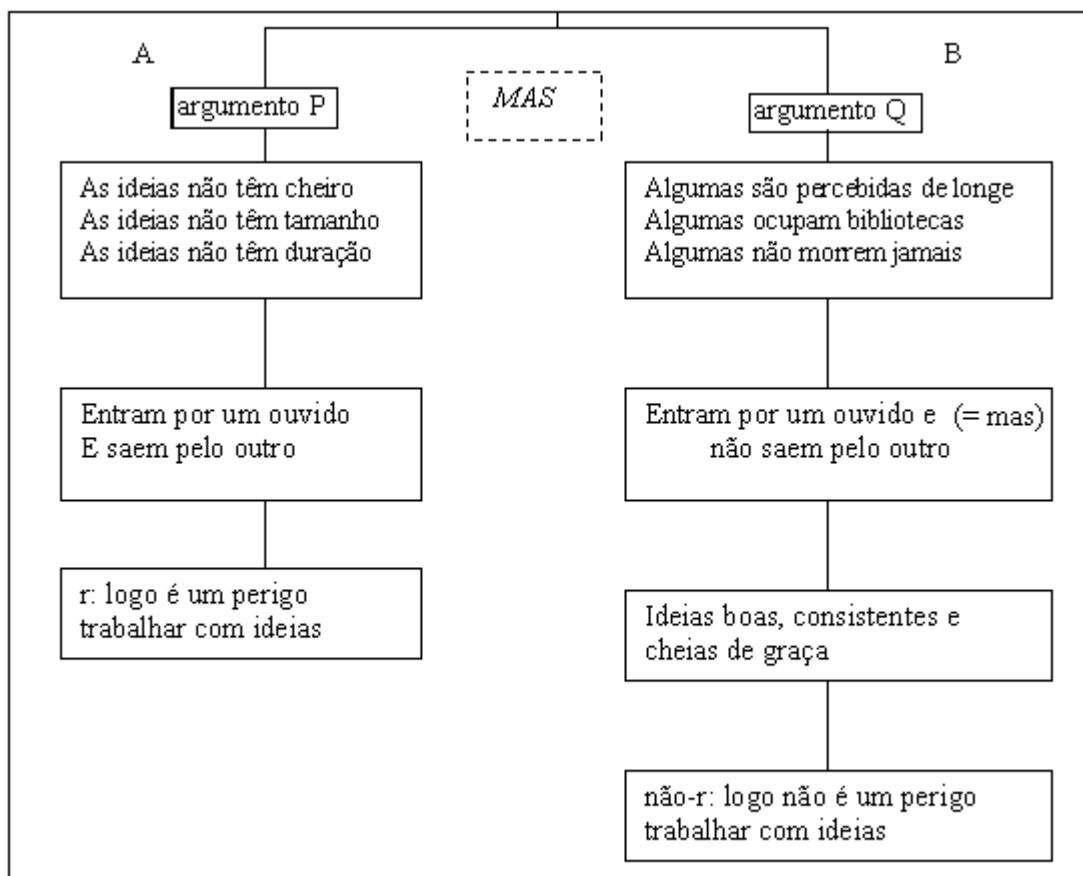


FIGURA 5

No prato A, os argumentos (P) “as ideias não têm cheiro, as ideias não têm tamanho, as ideias não têm duração” orientam para a possível conclusão “(r) logo é um perigo trabalhar com ideias”. No prato B, os argumentos (Q) “mas algumas ideias são percebidas de longe, algumas ocupam bibliotecas, algumas não morrem jamais” orientam para a possível conclusão “(não-r) logo não é um perigo trabalhar com ideias”. Essa representação serve para ilustrar as palavras de Ducrot (1980, apud KOCH, 1997):

(...) o argumento (P), o concessivo, é o argumento mais fraco, com o qual o locutor não se identifica. O argumento (Q), que veicula a restrição, é o argumento mais forte do ponto de vista argumentativo, pois é o enunciado por meio do qual o locutor argumenta, identificando-se com ele. Assim, a balança inclina nessa direção, ou seja, na direção do prato B.

Ducrot observa que os enunciados P e Q pertencem aos enunciadores, entidades que representam perspectivas diferentes. A presença dos enunciadores caracteriza o *fenômeno da polifonia*<sup>8</sup> nesses enunciados. Os enunciados polifônicos apresentam uma superposição de vozes, que pertencem aos enunciadores E1 (enunciador 1) e E2 (enunciador 2) no enunciado do locutor (L). É importante destacar que os enunciadores são entidades discursivas que não se expressam por palavras no sentido material do termo, mas, por perspectivas. O locutor, por seu turno, é a entidade discursiva responsável pelo enunciado (DUCROT, 1984, p. 193)

Sendo assim, na estrutura “P mas Q”, o locutor, no ato da enunciação, incorpora o enunciado (P) da perspectiva do alocutário (E1), enunciado que, no seu discurso (de L), adquire o valor semântico de concessão. Em seguida, introduz o enunciado restritivo (mas Q), dito da sua perspectiva, a de E2, perspectiva com a qual se identifica.

A partir disso, Ducrot contesta a unicidade do sujeito falante defendida pelo estruturalismo e pelo gerativismo. Essas correntes defendem que o enunciado é produzido por um (e único) sujeito. Ducrot (1984, p. 219), porém, discorda dessas duas correntes, pois o enunciado, em sua enunciação<sup>5</sup>, apresenta não só o ponto de vista do locutor, mas também o ponto de vista do alocutário, ou o de um terceiro ou o do senso comum.

Muitos estudiosos ainda questionam a visão de Oswald Ducrot (1989, p. 21 - 22) referente à relação argumentativa entre argumento e conclusão. Esse

---

<sup>8</sup> Mikhail Bakhtin (1929, apud BEZERRA, 2008), precursor dos estudos sobre o dialogismo, estudou também o fenômeno da polifonia no romance de Dostoiévski no período da antiga União Soviética. O filósofo percebeu que vivia numa sociedade essencialmente monológica, mas que, nos discursos, sobressaíam vozes múltiplas, que indicavam a essência conflituosa da vida social nessa época.

A *polifonia*, segundo Bakhtin, é a interação de uma multiplicidade de vozes, plenas em um mesmo espaço, que pode ser, por exemplo, o espaço de um romance. As vozes convivem de forma equipolente ao lado da palavra do autor, combinando-se com ela e com as vozes de outras personagens.

<sup>5</sup> Para Ducrot (1987, p. 168), a enunciação é o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. A realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que existirá depois. É esta aparição momentânea que Ducrot chama “enunciação”.

questionamento se refere à tese de que os enunciados “a) Pedro estudou pouco” e “b) Pedro estudou um pouco” podem orientar para uma mesma conclusão.

Eles defendem a ideia de que alguns indivíduos podem considerar que as frases a) e b) orientam para a conclusão de êxito (Pedro será aprovado nos exames), ao passo que outros podem considerar que essas duas frases orientam para a conclusão de fracasso (Pedro não será aprovado nos exames).

Oswald Ducrot, no entanto, reafirma que esses enunciados conduzem à conclusões contrárias, acrescentando que a relação entre argumento e conclusão está associada ao princípio argumentativo dos *topoi* (DUCROT, 1989, p. 24), princípio que inaugura a segunda fase da Teoria da Argumentação na Língua. Sobre esse princípio, o linguista francês explica:

(...) la conclusion r qui sert de lien entre P e Q n'est que très partiellement déterminée par le contenu de ces deux propositions, mais dépend pour une bonne part des croyances que les interlocuteurs se pretent les uns aux autres dans le contexte où le dialogue est situé (DUCROT, 1980, p. 98).<sup>6</sup>

Os *topoi* admitem a propriedade da universalidade, da generalidade e da gradualidade. A universalidade indica que as crenças são partilhadas pelo locutor e pelo interlocutor. A generalidade indica que as crenças se aplicam a um grande número de situações. A gradualidade, por fim, relaciona o conceito de escala à passagem do argumento para a conclusão.

Para explicar a relação entre argumento e conclusão, Ducrot (1989, p. 24) prioriza a propriedade da gradualidade, que se refere ao conceito de escala. Ducrot destaca, por exemplo, o enunciado “Está fazendo calor, vamos à praia”. O *topos* “o calor torna a praia agradável” permite o uso do argumento “Está fazendo calor” para defender a conclusão “devemos ir à praia”. Através desse exemplo, Ducrot (1989, p. 26) observa que o *topos* compreende duas escalas. A primeira é

---

<sup>6</sup> A conclusão r, que serve para ligar P e Q, não é somente determinada pelo conteúdo dessas duas proposições, mas também depende, de uma boa parte, das crenças que os interlocutores compartilham entre si no contexto em que o diálogo está situado.



a escala das temperaturas; a segunda, a escala do agradável, como se verifica na representação a seguir:

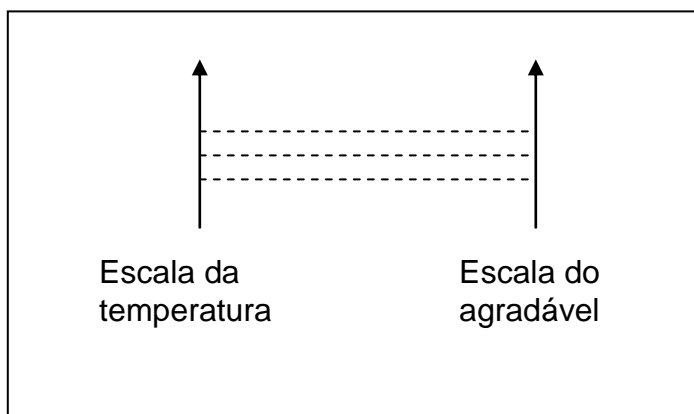


FIGURA 6

De acordo com as escalas da figura 6, o *topos* “o calor torna a praia agradável” relaciona a temperatura à sensação de agradabilidade. No enunciado “Está fazendo calor, vamos à praia”, há uma escala relacionada ao calor e uma escala relacionada ao agradável.

As duas escalas estão em correspondência, pois “quanto mais calor fizer, mais agradável torna-se a praia”. Assim, o locutor apresenta o enunciado “(A) Está fazendo calor”, que orienta para a conclusão “(C) vamos à praia”. O princípio responsável pela passagem do enunciado A para conclusão C é o *topos* que diz que o “calor torna a praia agradável”.

Oswald Ducrot (1983 e 1984), portanto, justifica que a relação argumentativa entre o argumento A e a conclusão C está associada ao princípio argumentativo do *topos*. Com isso, o linguista desconstrói a tese de que a função da língua é informar, pois, a partir do momento em que o locutor instaura o seu dizer, ele convoca o interlocutor a se engajar nesse mesmo dizer, reafirmando que a função primeira da linguagem não é a de informar, mas a de argumentar.

Na seção seguinte, explicar-se-á o valor semântico da restrição em estruturas coordenadas do tipo “P mas Q”.

### 2.2.2 O valor semântico da Restrição

Considerando-se os principais conceitos da semântica argumentativa – enunciado, enunciador, locutor, concessão, *topos* –, é possível estudar o processo da restrição tanto em estruturas subordinadas quanto em estruturas coordenadas. Esta seção, porém, priorizará o processo da restrição nas estruturas coordenadas, pois o objeto de estudo desta pesquisa é analisado em estruturas coordenadas do tipo “P mas Q”.

Do ponto de vista formal, na subordinação o enunciado restritivo não é introduzido por operador. Na coordenação, porém, esse enunciado é introduzido por um operador restritivo.

Na estrutura de subordinação “Embora seja brasileiro, Leonardo prefere Fórmula 1 a futebol” (OLIVEIRA, 1996), por exemplo, o enunciado “Embora seja brasileiro”, enunciado concessivo, é introduzido pelo operador “embora”. Já o enunciado “Leonardo prefere Fórmula 1 a futebol”, enunciado restritivo, do ponto de vista formal, não é introduzido por operador.

Na estrutura coordenada “Leonardo é brasileiro, mas prefere Fórmula 1 a futebol”, o enunciado “Leonardo é brasileiro”, enunciado concessivo, não é introduzido por operador. O enunciado “mas prefere Fórmula 1 a futebol”, enunciado cujo valor é restritivo, agora é introduzido por operador, que, nesse caso, é o prototípico “mas”.

Segundo Oliveira (1996, p.85-86), a restrição, na verdade, não é uma mera oposição de enunciados, mas uma eficiente estratégia argumentativa. O argumento restritivo, argumento mais forte, é favorável à tese do argumentador e tem por função desqualificar uma conclusão “indesejável” (para ele) do enunciado concessivo, tornando-se argumentativamente mais forte do que este, pelo simples fato de desempenhar no texto o papel de restrição.

As estruturas do tipo “P mas Q” mostram o funcionamento discursivo da restrição. Em “Leonardo é brasileiro, *mas* prefere Fórmula 1 a futebol”, por exemplo, o enunciado concessivo “Leonardo é brasileiro” orienta o discurso para a

conclusão “logo é melhor convidar Leonardo a assistir ao jogo de futebol”. A presença do operador “mas”, no entanto, desqualifica a conclusão do enunciado concessivo, já que o enunciado “mas (Leonardo) prefere Fórmula 1 a futebol” desempenha no texto o papel de restrição, orientando o discurso para a conclusão decisiva “logo não é melhor convidar Leonardo para assistir ao jogo de futebol” (é melhor convidar Leonardo para assistir à corrida de Fórmula 1). A estrutura coordenada do tipo “P mas Q”, portanto, equivale a “P, mas (o que importa é) Q”, pois a *restrição*, veiculada pelo argumento Q, representa o argumento do locutor.

Oliveira (1996, p. 86) diz que há outras formas que exprimem o valor semântico da restrição. Pode-se citar, por exemplo, a combinação de “é claro que” com “o problema é que” (e equivalentes). A combinação de “é claro que” com “o problema é que” equivale à estrutura “P mas Q”, porém, devem-se ressaltar algumas diferenças.

O enunciado “P”, em “(P) Leonardo é brasileiro, mas prefere Fórmula 1 a futebol (Q)”, que veicula o valor semântico de concessão, não é marcado por nenhum operador ou lexia de caráter argumentativo. O enunciado Q (mas prefere Fórmula 1 a futebol) é marcado pelo operador restritivo “mas” que, por sua vez, introduz o enunciado cujo valor semântico é de restrição.

A combinação de “é claro que” com “o problema é que” apresenta uma estrutura diferente do ponto de vista formal. Em “É claro que o Leonardo é brasileiro (P). O problema é que prefere Fórmula 1 a futebol (Q)”, o enunciado “P” (É claro que o Leonardo é brasileiro) é marcado pela lexia “é claro que”, veiculadora do valor semântico de concessão. O enunciado “Q” (O problema é que prefere Fórmula 1 a futebol) é marcado pela lexia “o problema é que”, veiculadora do valor semântico de restrição.

Dessa forma, o enunciado P veicula a concessão e o enunciado Q, a restrição. Do ponto de vista argumentativo, portanto, o enunciado concessivo (P) funciona como argumento mais fraco, e o enunciado restritivo (Q), como argumento mais forte.

Do ponto de vista discursivo, as construções com o operador “mas” e com o operador “embora” veiculam estratégias argumentativas diferentes, que, a seguir, serão estudadas.

### 2.2.3 Restrição e estratégia argumentativa

Eduardo Guimarães (2002), estudioso da semântica argumentativa no Brasil, pesquisou o funcionamento argumentativo de operadores de coordenação e de subordinação de variados valores semânticos. O enfoque desta seção, porém, será apenas nas estruturas coordenadas com valor semântico de restrição e nas estruturas subordinadas com valor semântico de concessão. As primeiras são representadas pela estrutura “X, mas Y”; as segundas, pelas estruturas “X, embora Y” e “Embora Y, X”.

Segundo Guimarães (2002, p. 120), essas estruturas constituem estratégias argumentativas diferentes no discurso. Estruturas do tipo “X, mas Y” veiculam a estratégia do *suspense*. Estruturas do tipo “Embora Y, X” e “X, embora Y” veiculam, respectivamente, a estratégia da antecipação e a estratégia da manutenção<sup>7</sup>.

A *estratégia do suspense* é representada pela estrutura coordenada “X, mas Y”. Nessa estratégia, o locutor estabelece com o seu alocutário um começo (representado pelo argumento “X”) que cria uma expectativa em relação ao que será dito no argumento restritivo “mas Y”. Esse argumento, porém, frustra a expectativa criada pelo argumento “X”. Como exemplo dessa estratégia, Guimarães (2002, p. 119) apresenta o que se segue:

Os incidentes de Leme envergonham o País (X), mas o País não parece estar envergonhado (Y).

---

<sup>7</sup> Esse termo foi usado por Gouvêa (2002, p. 49) para denominar a estratégia representada por “X, embora Y”, que foi identificada por Guimarães (2002), mas por ele não nomeada.

Nesse recorte, o locutor diz “(X) Os incidentes de Leme envergonham o País”, que evoca, na mente do interlocutor, a conclusão “logo o País se revolta”. Em seguida, o locutor introduz o enunciado restritivo “mas o País não parece estar envergonhado (Y)”, que evoca a conclusão contrária “logo o País não se revolta”. A conclusão do argumento X não predomina na organização textual, pois o locutor estabelece com o alocutário um começo a que se opõe imediatamente (a perspectiva de E2 nega a perspectiva de E1). É uma estratégia discursiva em que o argumento introduzido por “mas”, frustra a expectativa que se deu no começo, ou seja, expectativa criada pelo argumento “X”.

As estruturas do tipo “Embora Y, X” veiculam, segundo Guimarães (2002, p. 120), a *estratégia da antecipação*. Veja-se, a seguir, o exemplo dessa estratégia:

Embora os incidentes de Leme envergonhem o País(Y), ele não parece estar envergonhado (X).

O locutor apresenta no começo o argumento “embora Y”, argumento que ele nega como decisivo, isto é, argumento que não é predominante. O argumento “Y”, portanto, não é sustentável na organização argumentativa, pois o locutor, ao introduzi-lo pelo operador “embora”, antecipa que o argumento, representado por “X”, é o argumento predominante (GUIMARÃES, 2002, p. 121).

O enunciado “embora os incidentes de Leme envergonhem o País (Y)” orienta para a conclusão “logo o País se revolta”. O enunciado “O País não parece estar envergonhado (X)” orienta para a conclusão “logo o País não se revolta”.

A partir dessa análise, Guimarães (2002, p. 121) explica que essa estratégia estabelece uma refutação no argumento “Y”, e o argumento “X” indica uma ideia de predominância. Isso significa que o locutor se coloca, inicialmente, em um espaço não predominante com o seu alocutário (embora Y), o que lhe confere credibilidade argumentativa. Em seguida, porém, afasta-se desse lugar, ao introduzir o argumento “X”, de seu ponto de vista.

As estruturas de subordinação do tipo “X, embora Y” representam a *estratégia da manutenção* (cf. GOUVÊA, 2002, p. 49). Para se explicar esse tipo de estratégia, veja-se ainda o exemplo de Guimarães (2002, p. 120):

O País não parece estar envergonhado (X), embora os incidentes de Leme o envergonhem (Y).

Essa estratégia consiste em manter aquilo que se propõe no começo do recorte, isto é, “X” é o argumento que predomina no discurso. Já o argumento “embora Y” nega a si mesmo como predominante, pois o que se enuncia nele não afeta o que é apresentado no começo.

Do ponto de vista argumentativo, a perspectiva de E2 (enunciador 2) prevalece no acordo inicial, enquanto a perspectiva de E1, representada pelo enunciado introduzido com “embora”, funciona como mero contraponto em relação à perspectiva de E2.

Nesse recorte, o enunciado “O País não parece estar envergonhado” evoca, na mente do interlocutor, a conclusão “logo o País não se revolta”. Já o enunciado “embora os incidentes de Leme o envergonhem” (embora Y) evoca a conclusão “logo o País se revolta”. O argumento “embora Y”, portanto, funciona como simples contraponto em relação ao argumento anterior. Ele indica que o que prevalecerá, na organização discursiva, é o argumento restritivo, isto é, o argumento “O País não parece estar envergonhado”.

A seguir, serão descritas as estratégias de polidez, estratégias utilizadas pelo locutor para não se indispor com o interlocutor ou com o alocutário.

### 2.3 Estratégias de Polidez

Nesta seção, será apresentada a *teoria da polidez* desenvolvida por Brown & Levinson (1987), aliada à teoria “das faces” do sociólogo Erving Goffman (1974). Os autores mostram que certas estratégias sócio-interacionais de ameaça e

preservação de faces, relacionadas às estratégias de polidez, evitam o fracasso da comunicação verbal.

Erving Goffman (1974), observando as situações comunicativas, descobre que os interlocutores assumem faces. A partir disso, o sociólogo começa a descrever a função social que as faces dos interlocutores assumem na interação.

De acordo com o sociólogo, os cidadãos de uma sociedade são os indivíduos participantes das interações sociais. Nessas interações, o indivíduo expressa-se através da face. Por intermédio dela, manifesta orgulho, dignidade, falsidade, compaixão, preconceitos, opiniões e até mesmo sentimentos ligados a si próprio (GOFFMAN, 1974, p.44-45).

O comportamento do participante, nessas interações, tende a contribuir para uma sequência de mensagens cujo objetivo é preservar a sua própria face e cuja consequência é preservar a situação de comunicação, caracterizando a estratégia de preservação de face (GOFFMAN, 1974, p. 38).

Essa estratégia consiste em prevenir a ruptura comunicativa nessas situações de interlocução. Dessa forma, cada participante terá o objetivo de não destruir a face do outro. Simultaneamente, a frequência de comunicação conduzirá as relações sociais de uma pessoa com as outras. É a partir dessas relações, que o locutor poderá preservar a própria face e a de seus interactantes.

É sabido que a comunicação verbal exige, no mínimo, a presença de dois participantes. Cada participante assume uma face negativa e uma face positiva. Há, portanto, quatro faces envolvidas.

A *face negativa* corresponde ao conjunto de territórios do “eu”, ou seja, ao território corporal, ao espacial, ao temporal, ao dos bens materiais ou ao dos bens simbólicos. A *face positiva*, por seu turno, corresponde à “fachada social”, ou seja, à imagem valorizante que o indivíduo tenta apresentar aos outros interactantes.

Na comunicação verbal, no entanto, os atos que são enunciados pelos interlocutores podem ser ameaçadores às faces dos outros indivíduos presentes na interação face-a-face. Esses atos ameaçadores são denominados *Face*

*Threatening Acts* (FTAs). Assim, por exemplo, dirigir a palavra a um desconhecido não só ameaça a face negativa do ouvinte, mas também a face positiva do falante; dar uma ordem não só desvaloriza a face positiva do ouvinte como também valoriza a face positiva do falante.

A face do indivíduo pode ser ameaçada em certas situações sociais. Isso acontece no momento em que ele apresenta uma face inadequada. A ameaça à face é dirigida ao interlocutor por meio de atos que interferem e/ou transgridem a polidez na interlocução. Essa ameaça de face pode ser desfavorável ao locutor, em virtude de outros participantes entenderem seus atos de fala como constantes ameaças. (GOFFMAN, 1974).

O estudioso, portanto, entende que alguns atos ameaçadores fazem referência à face positiva, e outros, à face negativa do falante e do ouvinte. Esses atos são destacados a seguir:

1) Atos que ameaçam a face positiva do falante: admitir um erro, desculpar-se, fazer autocríticas e outros comportamentos que desvalorizam a própria imagem.

2) Atos que ameaçam a face negativa do falante: fazer promessas, julgamentos, aceitação de favor.

3) Atos que ameaçam a face positiva do ouvinte: críticas, censuras, escárnios e outros comportamentos vexatórios.

4) Atos que ameaçam a face negativa do ouvinte: ofensas, agressões físicas, perguntas “indiscretas”, pedidos, solicitações, ordens, proibições, conselhos que são contrários ou impositivos.

Brown & Levinson (1987, apud MAINGUENEAU, 2008) explicam que os interlocutores estão, constantemente, negociando entre si, em virtude de o ato de enunciação ameaçar uma face com intuito de preservar outra. Para amenizar os atos “ameaçadores”, os interlocutores desenvolvem, na interação, um conjunto



de estratégias de polidez. Por meio dessas estratégias, os indivíduos preservam a sua própria face e a do seu parceiro na interação.

Dessa forma, os trabalhos de Brown & Levinson (1987) são importantes, pois descrevem diversas estratégias de polidez, que minimizam esses atos “ameaçadores”. As estratégias de polidez dividem-se em polidez positiva, polidez negativa e polidez indireta.

A *polidez positiva* aponta para a face positiva do ouvinte. Consiste em satisfazer, parcialmente, as aspirações do ouvinte, levando-o a inferir que há desejos comuns entre ele e o falante. As estratégias de polidez positiva são:

Estratégias de Polidez	
Polidez Positiva	1. Perceba o outro. Mostre-se interessado pelos desejos e necessidades do outro;
	2. Exagere no interesse, na aprovação e simpatia pelo outro;
	3. Intensifique o interesse pelo outro;
	4. Use marcas de identidade de grupo;
	5. Procure acordo;
	6. Evite desacordo;
	7. Pressuponha, declare pontos em comum;
	8. Faça piadas;
	9. Explique e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro;
	10. Ofereça, prometa;
	11. Seja otimista;
	12. Inclua o ouvinte na atividade;
	13. Dê ou peça razões, explicações;
	14. Simule ou explicita reciprocidade;
	15. Dê presentes.

TABELA 2

A segunda estratégia de polidez, a *polidez negativa*, é veiculada por meio de expressões que evitam imposições ao ouvinte. Há o desejo de não comprometimento, e usam-se expressões evasivas. A polidez negativa compreende as seguintes estratégias:

Polidez negativa	1. Seja convencionalmente indireto;
	2. Questione, seja evasivo;
	3. Seja pessimista;
	4. Minimizar a imposição;
	5. Mostre respeito;
	6. Peça desculpas;
	7. Impessoalize o falante e o ouvinte. Evite os pronomes “eu” e “você”;
	8. Declare o FTA como regra geral;
	9. Nominalize;
	10. Vá diretamente ao ponto como se não estivesse assumindo o débito, como se não estivesse em dívida com o ouvinte.

TABELA 3

A terceira estratégia de polidez, a *polidez indireta*, permite que o locutor enuncie atos cujo conteúdo implícito conduz a inúmeras interpretações, isto é, o locutor, ao enunciar esses atos, evita responsabilidades e deixa a sua interpretação para o interlocutor. As estratégias de polidez indireta são:

Polidez Indireta	1. Forneça pistas;
	2. Dê chaves de associação;
	3. Pressuponha;
	4. Diminua a importância;
	5. Exagere, aumente a importância;
	6. Use tautologias;
	7. Use contradições;
	8. Seja irônico;
	9. Use metáforas;
	10. Faça perguntas retóricas;
	11. Seja ambíguo;
	12. Seja vago;
	13. Seja hipergeneralizante;
	14. Desloque o ouvinte;
	15. Seja incompleto, use elipses.

TABELA 4

Essas estratégias têm o objetivo de assegurar a transmissão eficaz da informação. Garantem, portanto, a melhoria das relações sociais dos interlocutores envolvidos na situação de comunicação.

A seguir, serão apresentadas as principais características dos gêneros midiáticos que compõem o *corpus* desta dissertação, com apoio nas explicações de José Marques de Melo (1985).

## 2.4 Os Gêneros Midiáticos

O termo “gênero” foi cunhado por Mikhail Bakhtin, em 1979, na obra intitulada *Gêneros do Discurso*. Os gêneros discursivos são formas comunicativas realizadas nos processos interativos, ou seja, enunciados concretos que o falante ouve e reproduz na comunicação efetiva com as pessoas que o rodeiam. O gênero discursivo assume um caráter de forma enunciativa que depende muito mais do contexto comunicativo e da cultura do que da palavra.

Dentre os vários gêneros que compõem a sociedade contemporânea, serão descritos, neste trabalho, somente *gêneros opinativos* (2.4.1) e *gêneros informativos* (2.4.2) do discurso jornalístico, pois fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

### 2.4.1 Os gêneros opinativos

Segundo Melo (1985), o homem é constantemente influenciado pelos gêneros opinativos, reagindo diante das notícias seja através da opinião própria, seja através das opiniões que ele lê, seja através das opiniões que ouve. Essas opiniões, geralmente, são veiculadas por certos gêneros. Dentre eles, podem-se citar o *editorial*, o *artigo opinativo* e a *crônica*, que são denominados *gêneros opinativos* no discurso jornalístico.

O gênero *editorial* é o gênero que expressa a opinião oficial da empresa do jornal diante dos fatos de maior repercussão do momento. Pode ser considerado como o principal instrumento de que a ótica editorialista dispõe para expressar sua opinião e está localizado no espaço destinado à opinião da instituição jornalística.

Pode-se dizer que, nas sociedades capitalistas, esse gênero reflete não exatamente a opinião dos proprietários do jornal, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização, isto é, do conselho editorial (MELO, 1985, p. 79).

Segundo Melo (1985, p. 80), embora o editorial constitua uma opinião institucional que se destina à opinião da coletividade, os editoriais encerram uma relação de diálogo com o Estado. Quanto à composição, os editoriais privilegiam algumas características interessantes como a contemporaneidade, a impessoalidade, a topicalidade, a condensabilidade e a plasticidade.

A *contemporaneidade* diz respeito aos fatos da atualidade. O traço da *impessoalidade* é caracterizado pela marca da terceira pessoa ou da quarta pessoa em virtude de se veicular a opinião da instituição jornalística. A *topicalidade* refere-se a um assunto bem delimitado, mesmo que ainda não tenha adquirido configuração pública. Por ser um gênero em que há predomínio do modo argumentativo, verifica-se maior ênfase às afirmações das ideias. A *condensabilidade*, por sua vez, contribui para que o texto do gênero editorial seja breve e claro, pois o leitor dos dias atuais dispõe de pouco tempo para a leitura do jornal. Privilegia-se também a *plasticidade*, ou seja, a maleabilidade e a flexibilidade em detrimento do dogmatismo (MELO, 1985, p. 82).

O gênero *artigo* apresenta duas subdivisões na esfera dos estudos de comunicação social: a) toda a matéria publicada no jornal se chama artigo e b) o artigo é um pequeno ensaio publicado no jornal, representando a opinião de alguém (jornalista ou não) (MELO, 1985, p. 92).

Trata-se, na verdade, de uma matéria em que alguém é convidado pelo jornal para escrever, desenvolve uma ideia e apresenta a sua opinião. Esse *alguém* é um colaborador do jornal, que pode ser um professor, um advogado, um político, um escritor cuja opinião se assemelha à opinião do jornal. Ele escreve com a finalidade de participar da vida cultural, social, política e econômica do país. Em geral, o artigo opinativo possui a assinatura do articulista bem como sua atividade profissional.

Segundo Melo (1985, p. 92-93), o artigo opinativo apresenta duas características essenciais: a) o caráter de atualidade e b) a opinião do articulista.

Em relação à primeira característica, o articulista deve tratar do fato ou da ideia da atualidade, coadunando-se com o espírito do jornal. Em relação à segunda característica, verifica-se que a significação maior do gênero está contida na opinião de quem a expõe. A opinião emitida no artigo opinativo vincula-se, necessariamente, à opinião do articulista. O leitor a procura para saber exatamente como o articulista pensa e reage diante da cena atual.

A finalidade do artigo, segundo Melo (1985, p. 93), conduz a duas classificações:

O artigo pode ser doutrinário ou científico. O artigo doutrinário é uma matéria através da qual o articulista participa da vida da sociedade, denotando a sua condição de intelectual compromissado com o presente. O científico aparece nas edições dominicais dos diários ou nas seções dos seminários e dos periódicos de informação geral.

Segundo Melo (1985, p. 113 -114), a crônica originou-se do folhetim e surgiu no jornalismo brasileiro. O folhetim ocupava um espaço que os jornais reservavam, semanalmente, para o registro do que aconteceu no período. Sua redação era confiada a escritores que poderiam ser poetas ou ficcionistas.

Pouco a pouco, porém, o folhetim foi assumindo a característica que o tornaria um gênero autônomo no jornalismo brasileiro, desvencilhando-se da seção de variedades. Transforma-se, portanto, em crônica.

Do ponto de vista histórico, a crônica efetivamente significa narração de fatos de forma cronológica, como documento para a posteridade. Foi assim que se inseriu no discurso midiático. Além disso, o jornalista-pesquisador acrescenta:

Trata-se do embrião da reportagem, ou seja, uma narrativa circunstanciada sobre os fatos observados pelo jornalista num determinado espaço de tempo. Corresponde também ao que depois chamaríamos de reportagem setorial, cobertura jornalística de uma determinada instituição ou de uma esfera da sociedade como a crônica jornalística, a crônica jurídica, a crônica legislativa, etc. (MELO, 1987, p. 111).

Hoje, a crônica, porém, contempla o caráter da contemporaneidade, retratando com argúcia e sensibilidade o dinamismo da notícia que permeia toda a produção jornalística e social (MELO, 1985, p. 115). Pode-se considerar esse dinamismo como fator que colaborou para as características linguísticas do gênero *crônica*. O cronista, conseqüentemente, abandonou o estilo formal e incorporou a linguagem coloquial, que apresenta corruptelas, marcadores conversacionais, uso da primeira pessoa e outras formas linguísticas, típicas da oralidade.

A crônica contemporânea difere dos outros dois gêneros. Os gêneros editorial e artigo opinativo apresentam, em geral, comentários expositivos e, por vezes, argumentativos. O gênero crônica assume, entretanto, um “ar de conversa fiada”; realiza uma tradução livre da realidade, acrescentando ironia e humor à dureza do dia-a-dia’ (MELO, 1985, p. 116).

A crônica ainda possui três classificações quanto ao tema: *geral*, *local* ou *especializada*. A crônica *geral* trata dos assuntos mais variados ocupando um espaço fixo no jornal. A local, da vida cotidiana e das tendências da comunidade em que se localiza. A crônica especializada, por fim, focaliza os assuntos referentes a um determinado campo da sociedade.

A partir das características apresentadas, pode-se sintetizar que o gênero crônica reúne três condições fundamentais: a atualidade, a oportunidade e a difusão pública (MELO, 1985, p.118). A atualidade diz respeito à contemporaneidade dos fatos. A oportunidade faz referência à dependência dela em relação ao jornal, veículo de sua expressão. Finalmente, a difusão pública refere-se ao fato de se dirigir à coletividade.

#### 2.4.2 Os gêneros informativos

Os gêneros informativos registram os fatos, os acontecimentos e informam-nos à sociedade. Os gêneros *notícia* e *reportagem*, que compreendem os gêneros informativos, procuram documentar os aspectos referenciais desses fatos.

O gênero *notícia* tem a função de assinalar os acontecimentos, ou seja, tornar público um fato através de uma informação. O fato a ser tratado ganha um caráter inédito. O público e a informação, porém, podem ganhar um peso maior em relação ao fato abordado.

O gênero *reportagem*, por seu turno, caracteriza-se pela objetividade e oferece um detalhamento e uma contextualização daquilo que já foi anunciado, mesmo que apresentando teor informativo.

Melo (1985, p. 46) caracteriza a reportagem como relato jornalístico (relato jornalístico e reportagem em nada se diferenciam). Trata-se de um fato que foi notícia (matéria “quente”) e que o jornalista retoma na sua dimensão humana para suscitar o interesse e a atenção do público.

A notícia e a reportagem são gêneros cujas diferenças são bastante tênues. A *notícia* seria o relato integral de um fato que já eclodiu no meio social. Já a *reportagem* é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística (MELO, 1985, p. 49).

Convém assinalar que há reportagens que apresentam depoimentos ilustres, dados numéricos e estatísticos ou informações sobre procedimentos técnicos. Segundo Melo, pode-se dizer que, quase sempre nesses casos, a reportagem deriva de uma notícia. Dessa forma, contextualiza o fato, detalhando a informação desse fato de forma pormenorizada.

Na próxima seção, serão analisadas estruturas do tipo “P mas Q”, introduzidas por lexias prototípicas e não-prototípicas, tomando-se como base os postulados sobretudo de Charaudeau (2008) e Ducrot & Anscombre (1983) e tendo como *corpus* os gêneros opinativos e informativos aqui estudados.

### 3. ANÁLISE DO CORPUS

Pretende-se, nesta seção, analisar o funcionamento discursivo dos operadores restritivos canônicos e das marcas restritivas não-prototípicas nos cinco gêneros propostos, a saber: editorial, artigo opinativo, crônica, notícia e reportagem dos jornais O Globo e O Dia. Os recortes, referentes a esses gêneros, serão analisados, levando-se em conta os fenômenos discursivos da polifonia, da orientação argumentativa dos enunciados, das estratégias argumentativas e da teoria dos *topoi*. Em seguida, pretende-se retomar as hipóteses que, de acordo com a análise, poderão ser - ou não - confirmadas.

#### 3.1 O Editorial

Este ***primeiro recorte***, retirado do jornal o Globo, apresenta um exemplo de construção com operador restritivo canônico:

O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário. **Mas** na prática, como se viu na revisão da Confins, a ação do governo vai em sentido contrário.(Editorial "Receita e Despesa", O Globo, 10/02/05)

O recorte em destaque faz parte de um editorial, gênero que expressa a opinião da empresa jornalística (MELO, 1985, p. 79) e cujas características formais representam o português escrito padrão atual.

No que concerne aos aspectos discursivos, é possível identificar nesse recorte o *fenômeno da polifonia*, que se caracteriza por apresentar enunciados pertencentes a vozes diferentes, isto é, enunciados que “falam” de perspectivas diferentes. Essas vozes pertencem aos enunciadores, seres que se expressam por meio de seu ponto de vista e não através de palavras precisas.

Podem - se identificar os enunciadores por meio dos enunciados concessivo e restritivo. O enunciado concessivo (O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário) não é introduzido por operador. O enunciado restritivo (Mas na prática,



como se viu na revisão da Confins, a ação do governo vai em sentido contrário), no entanto, é introduzido pelo operador prototípico “mas”, o que o caracteriza como argumento mais forte (apud GOUVÊA, 2002, p. 96).

No que diz respeito à *representação do sujeito da enunciação*, observa-se que o enunciado concessivo é dito da perspectiva de E1 – perspectiva do alocutário, de um terceiro ou da voz pública –, enquanto o restritivo é dito da perspectiva de E2 – ponto de vista do locutor (L). Veja-se, abaixo, a representação:

E1 (voz pública): O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário.

E2 (locutor): Mas na prática, como se viu na revisão da Confins, a ação do governo vai em sentido contrário.

L: O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário (E1 = voz pública). Mas na prática, como se viu na revisão da Confins, a ação do governo vai em sentido contrário (E2 = L).

Tendo-se em vista que os enunciadores representam perspectivas diferentes, pode-se identificar, no discurso de L (locutor), que o enunciado concessivo “O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário” é dito da perspectiva de E1 (enunciador 1), que pertence ao alocutário, a um terceiro ou ao senso comum. O enunciado restritivo, por sua vez, é dito da perspectiva de E2 (enunciador 2), perspectiva mais forte e com a qual o locutor se identifica. O recorte, em destaque, portanto, é um recorte polifônico, pois encontram-se vozes que se manifestam de perspectivas diferentes.

Em se tratando do fenômeno da *orientação argumentativa*, constata-se que o enunciado (P) “O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário”, orienta para a conclusão (r) “logo os grandes empresários pagarão poucos tributos”. Já o enunciado (Q) “Mas, na prática, como se viu na revisão da Confins, a ação do governo vai em sentido contrário”, que funciona como argumento mais forte,

orienta para a conclusão (não-r) “logo os grandes empresários pagarão muitos tributos”, conclusão que prevalecerá.

No editorial em análise, verifica-se que a sequência do texto é realmente determinada pela orientação argumentativa do enunciado restritivo (Q). O parágrafo seguinte ao recorte diz:

No mesmo sentido a MP 232, instrumento de verdadeira expropriação tributária contra os profissionais liberais, pequenos empreendedores em geral, inclusive agricultores, além de empresas com ativos no exterior. Se o planalto forçar a aprovação da MP não haverá mais dúvidas de que o governo Lula segue a tradição de voracidade na cobrança de impostos já demonstrada por administrações petistas em algumas unidades da Federação. (Editorial “Receita e Despesa”, O Globo, 10/02/05)

Ducrot (1989) defende que há um princípio subjacente à passagem dos argumentos às conclusões. Esse princípio argumentativo é o *topos* ou teoria dos *topoi*.

O *topos* constitui-se num princípio argumentativo em que se apoia o locutor no momento da argumentação (apud GOUVÊA, 2002, p. 42). Esse princípio argumentativo permite a passagem de um argumento A a uma conclusão C. No recorte em apreço, o *topos* permite que o argumento P conduza à conclusão “r” e que o argumento Q conduza à conclusão “não-r”. Esses dois argumentos, por seu turno, fundamentam-se em *topoi* diferentes.

O argumento concessivo (P) “O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário”, conduz à conclusão r “logo os grandes empresários pagarão poucos tributos”, porque há um *topos* que diz “Quando o discurso oficial é favorável ao alívio tributário, os empresários pagam poucos tributos”. O argumento restritivo (Q) “Mas na prática, como se viu na revisão da Confins, a ação do governo vai em sentido contrário” conduz à conclusão não-r “logo os grandes empresários pagarão muitos tributos”, porque existe um *topos* que diz “ Quando a ação do governo não é favorável ao alívio tributário, os empresários pagam mais impostos”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), esse recorte apresenta a estrutura “X mas Y”, que veicula a estratégia do suspense. O locutor, ao enunciar que “O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário”, evoca, na mente do interlocutor, a conclusão de que os grandes empresários pagarão menos impostos. A presença do operador “mas”, no enunciado seguinte, porém, anula essa conclusão e orienta o discurso para a conclusão contrária “logo os grandes empresários pagarão muitos tributos”. O locutor estabelece com o seu alocutário um começo. Em seguida, introduz o operador restritivo, frustrando a expectativa criada por esse começo.

No que concerne às *estratégias de polidez* (BROWN & LEVINSON, 1987), observa-se que o argumento concessivo P precede o restritivo Q. Utilizando-se do enunciado concessivo P “O discurso oficial tem sido favorável ao alívio tributário” (enunciado que representa a opinião do interlocutor) o locutor (L) valoriza a face do outro. Ao introduzir o argumento restritivo “Mas na prática, como se viu na revisão da Confins, a ação do governo vai em sentido contrário”, L opõe-se ao argumento P, desqualificando-o. Segundo Brown & Levinson (1987), essa é uma importante estratégia argumentativa utilizada pelo locutor, pois, por meio dela, ele preserva tanto a face do interlocutor quanto a sua própria face.

Quanto à *hipótese* referente às marcas restritivas não-canônicas, elaborada para o gênero editorial de O Globo, pensou-se que o gênero editorial não apresentaria lexias restritivas não-prototípicas, em função de uma característica desse contrato de comunicação, que é o grau de formalidade. Essa hipótese se confirmou, pois não houve ocorrências de marcas não-prototípicas com valor de restrição, e isso se deve ao fato de se tratar de um gênero de caráter formal.

Este **segundo recorte** apresenta um exemplo de construção com o operador restritivo canônico “porém” no gênero editorial do jornal O Dia.

Enxugar gelo é uma expressão que, além de trabalho inútil, significa falta de inteligência. Ontem a Polícia Militar completou 23 dias de ocupação em favelas do Complexo do Alemão insistindo na prática de, enfrentando tiroteios, retirar barricadas montadas por traficantes. Obviamente são colocadas pelas quadrilhas. E o ciclo recomeça, aumentando o trágico saldo de mortos e feridos.

Quarta-feira houve uma mudança nessa lamentável rotina, mas que partiu dos bandidos: fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada. Às autoridades, **porém**, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo. (Editorial “Falta Inteligência”, O Dia, 25/05/07)

O recorte em destaque apresenta enunciados que ilustram o fenômeno da *polifonia*. Esses enunciados pertencem aos enunciadores, que representam perspectivas diferentes, ou seja, argumentam em sentidos contrários.

No recorte em apreço, o enunciado concessivo (os bandidos fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada), que não é introduzido por operador, pertence à perspectiva do alocutário, de um terceiro ou da voz pública. Já o enunciado restritivo (Às autoridades, porém, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo), que é introduzido pelo operador restritivo “porém”, pertence à perspectiva do locutor.

No que diz respeito à *representação do sujeito da enunciação*, o enunciado concessivo – atribuído ao alocutário, a um terceiro ou à voz pública – pertence a E1 (enunciador 1). O enunciado restritivo – atribuído à perspectiva do locutor – pertence a E2 (enunciador 2). Para ilustrar melhor esse fenômeno, observe-se a sua representação:

E1 (alocutário): (...) (os bandidos) fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada.

E2 (locutor): Às autoridades, porém, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo.

L: (...) (os bandidos) fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada (E1 = voz pública). Às autoridades, **porém**, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo. (E2=L).

De acordo com o recorte em destaque, entende-se o enunciado concessivo (os bandidos fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada) como argumento mais fraco, constituindo a perspectiva de E1.

Já o enunciado restritivo (Às autoridades, **porém**, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo.) é o argumento mais forte, constituindo a perspectiva de E2.

Quanto à *orientação argumentativa*, o enunciado concessivo P [(...) (os bandidos) fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada] orienta para a conclusão r “logo a Polícia mudou a estratégia”. O enunciado restritivo (Q) [Às autoridades, porém, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo] orienta para a conclusão oposta não-r “logo a Polícia não mudou de estratégia”.

Tal como em O Globo, a orientação argumentativa do enunciado restritivo do editorial de O Dia determina a sequência do texto, como se pode verificar:

Sob tiros, saíram o carro, o trilho e a polícia! Todo tiro voltará, não é preciso dom para prever isso.

O complexo do Alemão – assim como todas as outras comunidades do Rio que sofrem com criminosos que se julgam donos do território - precisa da presença da polícia, sim, como disse o governador Sérgio Cabral. Mas essa presença deve ser permanente, planejada e acompanhada de uma invasão de cidadania, não apenas de uma tropa de guerra. (Editorial “Falta Inteligência”, O Dia, 28/10/06)

A passagem de um argumento A a uma conclusão C não obedece a princípios lógicos e filosóficos, mas a um princípio argumentativo subjacente à argumentação. Esse princípio é o *topos* ou teoria dos *topoi*. No recorte em destaque, portanto, o argumento P conduz à conclusão r e o argumento Q, à conclusão não-r, fundamentando-se em *topoi* diferentes.

O enunciado concessivo P [(...) (os bandidos) fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada] orienta para a conclusão r “logo a Polícia mudou a estratégia”. A passagem do argumento P para a conclusão r fundamenta-se no *topos* “Quando os bandidos dificultam a ação da polícia, a polícia muda a estratégia”.

O enunciado restritivo Q [Às autoridades, porém, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo] orienta para a conclusão não-r “logo a Polícia não mudou de estratégia”. A passagem do argumento Q à conclusão não-r fundamenta-se no

*topos* “Quando a polícia não pensa em resolver o problema, ela não muda de estratégia”.

No que diz respeito às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002, p.120-121), o trecho em análise identifica-se com a estrutura “X mas Y”, que veicula a estratégia do suspense.

Essa estratégia argumentativa apresenta um começo, representado pelo argumento X, que evoca, na mente do interlocutor, uma conclusão. No recorte em análise, o locutor, ao enunciar o argumento X [(...) (os bandidos) fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada], evoca a conclusão “logo a Polícia mudou a estratégia”. O segundo enunciado, [Às autoridades, porém, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo], apresenta o operador restritivo “porém”, que frustra a expectativa criada pelo começo do recorte. Dessa forma, anula a conclusão do enunciado anterior. A orientação argumentativa do enunciado restritivo é a orientação que determinará a direção argumentativa do texto (GUIMARÃES, 2002, p. 120).

No que diz respeito às *estratégias de polidez* (BROWN & LEVINSON, 1987), em estruturas do tipo “P mas Q”, como já se destacou, o argumento concessivo P precede o argumento restritivo Q. Ao utilizar o argumento P [(...) (os bandidos) fincaram um carro com trilho de trem cimentado no chão, para dificultar a retirada] – argumento que pertence ao interlocutor – L se vale de uma estratégia de polidez positiva, demonstrando que percebe, que se interessa pela opinião do outro. Imediatamente, porém, introduz o seu argumento, o restritivo Q [Às autoridades, porém, não ocorreu mudar a tática de enxugar gelo], desqualificando, assim, o argumento P. Por intermédio dessa estratégia, L preserva não só a face do outro como também a própria face.

Quanto à *hipótese* aventada para os editoriais de O Dia, pensou-se que o gênero editorial *não* apresentaria operadores restritivos não-canônicos. Essa hipótese se confirmou. Embora o jornal O Dia se destine a um público cujo nível de escolaridade está abaixo do nível de escolaridade do público de O Globo – o que favoreceria o aparecimento de marcas não-canônicas –, não ocorreram

marcas restritivas não-prototípicas. Isso se explica pelo fato de o contrato *editorial* privilegiar o caráter formal da língua, o que colabora para a não-ocorrência de marcas linguísticas não-prototípicas com valor de restrição.

Quanto às *hipóteses* referentes aos operadores restritivos canônicos, pensou-se, para o gênero editorial, que:

(a) o operador restritivo canônico mais frequente no gênero editorial, tanto no jornal O Globo quanto no jornal O Dia, seria o “mas”;

(b) o gênero editorial, no jornal O Globo, apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que no jornal O Dia;

A hipótese (a) – de que o operador restritivo canônico mais frequente no gênero editorial, tanto no O Globo quanto no O Dia, seria o “mas” – confirmou-se. No editorial do jornal O Globo, o operador “mas” apresentou uma frequência de **88%**, enquanto os outros operadores apresentaram frequências muito menores (porém: 4%, contudo: 2%, entretanto: 2%, não obstante: 2%, no entanto: 2%). No editorial de O Dia, o operador “mas” apresentou uma frequência de **79,3%**, enquanto o operador “porém” teve 3,4% e o operador “no entanto” teve 17,2%. Esses resultados se justificam pelo fato de o operador “mas” ser o operador restritivo “por excelência”, ou seja, o operador com maior ocorrência (DUCROT, 1987, apud GOUVÊA, 2002).

A hipótese (b) – de que o editorial, no jornal O Globo, apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “entretanto”, “não obstante” do que o editorial em O Dia – confirmou-se, exceto para o operador “no entanto”.

Em primeiro lugar, observa-se que o jornal O Globo apresentou uma variedade maior de operadores restritivos canônicos do que o jornal O Dia: foram cinco tipos de operadores (porém, contudo, entretanto, não obstante, no entanto) no O Globo contra dois tipos (porém, no entanto) no O Dia. Essa variedade, de uma certa forma, confirma a hipótese aventada.

Em segundo lugar, quanto a ocorrência do operador “porém”, observa-se que não houve diferença significativa, pois o jornal O Globo apresentou uma frequência de 4%, ao passo que o jornal O Dia, uma frequência de 3,4%. Tendo em vista esses dois percentuais, observa-se uma diferença mínima de 0,6% entre O Globo e O Dia, com predomínio do operador “porém” em O Globo.

Quanto ao operador “**no entanto**”, a hipótese **não** se confirmou, pois o jornal O Dia apresentou um percentual bem maior desse operador (17,2%), do que o jornal O Globo (2%). A partir desses dados, destaca-se uma diferença de 15,2%, referente ao operador “no entanto”.

### 3.2 O artigo opinativo

Este **primeiro recorte**, retirado do jornal O Globo, é parte de um artigo opinativo. Melo (1985, p. 92) explica que o artigo opinativo é um pequeno ensaio que veicula a opinião de um colaborador do jornal, que geralmente se identifica, assinando o texto e até mesmo inserindo uma pequena fotografia, discretamente, na sua margem esquerda.

Quanto à presença do operador restritivo, observa-se o operador prototípico “todavia”:

(...) temos que reconhecer que os combustíveis fósseis continuarão a gerar a maior parte da energia no mundo em um futuro próximo.  
**Todavia**, podemos tornar os combustíveis fósseis menos poluentes, promover o desenvolvimento e aumentar a eficiência da produção de energia e da sua utilização final. (Patrícia Hewitt, artigo opinativo “Os riscos são maiores do que se previa”, O Globo, 24/03/05)

Antes de se analisar o recorte em destaque, é preciso identificar o enunciado concessivo e o enunciado restritivo nesta estrutura de coordenação. O enunciado “(...) temos que reconhecer que os combustíveis fósseis continuarão a gerar a maior parte da energia no mundo em um futuro próximo” veicula o valor semântico de concessão, pois não é introduzido por operador. Já o enunciado “**Todavia**, podemos tornar os combustíveis fósseis menos poluentes, promover o



desenvolvimento e aumentar a eficiência da produção de energia e da sua utilização final” veicula o valor semântico de restrição, pois é introduzido pelo operador restritivo “todavia”.

No que diz respeito à *representação do sujeito da enunciação*, observa-se isto:

E1 (alocutário): (...) temos que reconhecer que os combustíveis fósseis continuarão a gerar a maior parte da energia no mundo em um futuro próximo.

E2 (locutor): **Todavia**, podemos tornar os combustíveis fósseis menos poluentes.

L: (...) temos que reconhecer que os combustíveis fósseis continuarão a gerar a maior parte da energia no mundo em um futuro próximo (E1 = alocutário).

**Todavia**, podemos tornar os combustíveis fósseis menos poluentes (E2 = locutor).

Quanto à *orientação argumentativa*, em estruturas coordenadas do tipo “P mas Q” (e em estruturas do tipo “Embora P, Q”), o enunciado P, o concessivo, aponta para a conclusão r. Já o enunciado Q, o restritivo, aponta para a conclusão não-r.

Segundo os enunciados do recorte, o enunciado concessivo [(...) temos que reconhecer que os combustíveis fósseis continuarão a gerar a maior parte da energia no mundo em um futuro próximo] aponta para a conclusão r “logo não há interesse em buscar soluções para os danos ambientais”. O enunciado restritivo [**Todavia**, podemos tornar os combustíveis fósseis menos poluentes] aponta para a conclusão não-r “logo há interesse em buscar soluções para os danos ambientais”. Pode-se observar que a conclusão do enunciado restritivo determina a sequência do texto:

Muitas dessas tecnologias já existem e podem ser implementadas a um custo menor do que se pensa.

O Reino Unido é o anfitrião do debate, hoje e amanhã, para o qual convidou representantes de 20 países com necessidades significativas de energia. Dentre esses, incluem-se os países do G-8, outros países industrializados e economias emergentes, dentre as quais o Brasil, reunidos para discutir como a geração de energia pode ser mais sustentável. (Patrícia Hewitt, Artigo opinativo “Os riscos são maiores do que se previa”, O Globo, 24/03/05).

Como já se viu quando da análise dos outros recortes, a passagem de um argumento A a uma conclusão C fundamenta-se em um princípio argumentativo denominado *topos*.

Com base nesse princípio, verifica-se que o enunciado concessivo [(...) temos que reconhecer que os combustíveis fósseis continuarão a gerar a maior parte da energia no mundo em um futuro próximo] conduz à conclusão “logo não há interesse em buscar soluções para os danos ambientais”, porque existe um *topos* que diz “Quando se pensa em utilizar combustíveis fósseis para gerar energia no futuro, vê-se que não há interesse em diminuir os danos ambientais”. O enunciado [**Todavia**, podemos tornar os combustíveis fósseis menos poluentes] conduz à conclusão “logo há interesse em buscar soluções para os danos ambientais”, porque existe um *topos* que diz “Quando se utilizam combustíveis fósseis menos poluentes, vê-se mais interesse em diminuir os danos ambientais”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), os enunciados do recorte identificam-se com a estrutura do tipo “X mas Y”, que caracteriza a estratégia do suspense. O argumento X (temos que reconhecer que os combustíveis fósseis continuarão a gerar a maior parte da energia no mundo em um futuro próximo) evoca, na mente do interlocutor, por um instante, a conclusão de que não há interesse em buscar soluções para os danos ao meio ambiente. O locutor, porém, introduz o argumento “mas Y” (**Todavia**, podemos tornar os combustíveis fósseis menos poluentes), que anula a conclusão do argumento X, indicando que a orientação do argumento “mas Y” prevalecerá no discurso.

No que diz respeito às *estratégias de polidez*, segundo Penélope Brown & Stephen Levinson (1987), o argumento restritivo Q, em estruturas do tipo “P mas Q”, é precedido do argumento concessivo P. Ao utilizar o enunciado concessivo

“temos que reconhecer que os combustíveis fósseis continuarão a gerar a maior parte da energia no mundo em um futuro próximo” (que pertence ao alocutário), o locutor(L) preserva a face do outro, concordando com ele, valorizando sua opinião. Ao introduzir, porém, o enunciado restritivo “**Todavia**, podemos tornar os combustíveis fósseis menos poluentes” (que representa a opinião de L), opõe-se ao enunciado anterior, desqualificando-o, sutilmente. Através dessa estratégia, L preserva não só a face do alocutário, mas também a sua própria face, na medida em que demonstra respeito pela opinião alheia.

Quanto às *hipóteses* formuladas para este gênero, pensou-se que:

(a) o operador restritivo canônico mais frequente no gênero artigo opinativo, tanto no jornal O Globo quanto no jornal O Dia, seria o “mas”;

(b) o artigo opinativo, no jornal O Globo, apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que no jornal O Dia.

A hipótese (a) – de que o operador restritivo canônico mais frequente, no gênero artigo opinativo nos dois jornais, seria o “mas” – confirmou-se, pois o operador canônico “mas”, em artigo opinativo do jornal O Globo, apresentou uma frequência de **48,5%**, enquanto os outros operadores apresentaram percentuais inferiores (porém: 8,8%; todavia: 2,9%; no entanto: 17,6%, entretanto: 13,2%; contudo: 8,8%). O operador “mas” no mesmo gênero, no jornal O Dia, apresentou uma frequência de **76%**; o operador “porém” teve 4%; “contudo” obteve também 4%; “no entanto”, 8%; e “entretanto” também 8%. Esse resultado se justifica, pois, como já foi dito, o “mas” é o operador restritivo “por excelência” (DUCROT, 1987 apud GOUVÊA, 2002).

A hipótese (b) – de que o artigo opinativo, no jornal O Globo, apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que no jornal O Dia – também se confirmou. O gênero artigo opinativo, em O Globo, apresentou os

operadores “**porém**” com 8,8%, “**todavia**” com 2,9%, “**no entanto**” com 17,6%, “**entretanto**” com 13,2% e “**contudo**” com 8,8%. Esse mesmo gênero, em O Dia, apresentou os operadores “**porém**” com 4%, “**contudo**” com 4%, “**no entanto**” com 8% e “**entretanto**” com 8%. Essa hipótese da mesma forma se justifica pelo fato de o público-alvo de O Globo ter um nível de escolaridade acima do nível de escolaridade do público de O Dia.

Veja-se, agora, este **segundo recorte**, retirado de um artigo opinativo de O Globo, que apresenta um exemplo de construção com marca restritiva não-canônica:

(...) Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início de seu pontificado: “A Igreja está viva e é jovem”. **E** anda muito injustiçada.(...) (Ali Kamel, artigo opinativo “Bento XVI e o fundamentalismo”, O Globo, 03/05/2005)

O recorte em destaque representa uma estrutura coordenada do tipo “P mas Q”. Esse tipo de estrutura ilustra o *fenômeno da polifonia*. Os enunciados P e Q apresentam vozes, que “falam” de pontos de vista distintos. Essas vozes pertencem aos enunciadores, seres que se expressam por intermédio de pontos de vista.

Agora, é necessário identificar e analisar o enunciado concessivo e o enunciado restritivo. O enunciado [Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início de seu pontificado: “A Igreja está viva e é jovem”] veicula o valor de concessão. Do ponto de vista formal, não é introduzido por operador. Já o enunciado [**E** anda muito injustiçada] veicula o valor de restrição e, do ponto de vista formal, é introduzido pelo operador “E”, que, diferentemente do valor semântico de adição que costuma veicular, foi empregado com o valor semântico de restrição, tal como o operador canônico “mas”.

O enunciado concessivo – argumento mais fraco – constitui a perspectiva de E1, que pertence ao alocutário, a um terceiro ou à voz pública. O locutor, porém, responsabiliza-se pelo argumento restritivo – o mais forte –, identificando-se com a

perspectiva de E2. Dessa forma, o sujeito da enunciação poderia ser assim representado:

E1 (alocutário): Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início de seu pontificado: “A Igreja está viva e é jovem”.

E2 (locutor): E anda muito injustiçada.

L: Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início de seu pontificado: “A Igreja está viva e é jovem” (E1=alocutário). **E** anda muito injustiçada (E2=L).

No que diz respeito à *orientação argumentativa*, o enunciado concessivo P “Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início de seu pontificado: ‘A Igreja está viva e é jovem’” orienta para a conclusão r “logo se falará muito bem dela”. Já o enunciado restritivo Q “**E** (= mas) anda muito injustiçada” orienta para a conclusão não-r “logo não se falará muito bem dela”.

Tendo em vista que o enunciado restritivo representa o argumento mais forte, pode-se verificar que a orientação argumentativa desse enunciado (logo não se falará muito bem dela), determina a sequência do texto:

Li em mais de um lugar que a Igreja, no futuro, será responsabilizada pelos milhões de mortos, vítimas da Aids na África, por condenar o uso da camisinha. Isso não tem lógica, não faz sentido. (...) (ALI KAMEL, artigo opinativo “Bento XVI e o fundamentalismo”, O Globo, 23/05/2005)

Reiterando-se as informações já apresentadas sobre a teoria dos *topoi*, Oswald Ducrot (1989) defende que a passagem do argumento A à conclusão C não está associada a princípios lógico-filosóficos, como defendia a concepção tradicional de argumentação. Segundo ele, a argumentação ocorre devido ao princípio argumentativo denominado *topos*. Esse princípio permite que haja um encadeamento discursivo entre o argumento e a conclusão. No recorte em análise, a passagem do argumento P à conclusão r, e a passagem do argumento Q à não-r estão fundamentadas em *topoi* diferentes.

A passagem do enunciado concessivo P [Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início de seu pontificado: ‘A Igreja está viva e é jovem’] à conclusão r “logo se falará muito bem dela” fundamenta-se num *topos* que diz “Quando se está vivo e se é atuante e moderno, é-se elogiado”. O argumento Q [E anda muito injustiçada] orienta para a conclusão não-r “logo não se falará muito bem dela”, porque há um *topos* que diz “Quando se sofrem injustiças, não se é elogiado”.

No que concerne às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002, p. 120-121), o recorte apresenta um exemplo da estrutura “X mas Y” – estrutura própria das construções de coordenação –, que veicula a estratégia do suspense. Essa estratégia estabelece com o alocutário um começo, que não predomina. De acordo com Guimarães (2002), o argumento inicial evoca uma expectativa na mente do alocutário. No momento em que o locutor introduz a marca restritiva não-prototípica “E” (veiculadora, neste caso, do valor de restrição), a expectativa criada pelo argumento inicial se “quebra”, já que o alocutário entenderá que o argumento seguinte será o argumento que prevalecerá.

Isso se aplica aos argumentos do artigo opinativo em análise. O argumento [Como disse Bento XVI na homilia da missa que marcou o início de seu pontificado: ‘A Igreja está viva e é jovem’], evoca, na mente do alocutário, a conclusão de que se falará muito bem da igreja. O argumento [E anda muito injustiçada] frustra a conclusão criada pelo argumento anterior. Como o segundo enunciado é introduzido pela lexia restritiva não-prototípica “e” com valor de “mas”, o alocutário entenderá que a conclusão do argumento anterior (logo se falará muito bem dela) não prevalecerá.

No que diz respeito às *estratégias de preservação de face* (BROWN & LEVINSON, 1987), em estruturas coordenadas do tipo “P mas Q”, o enunciado concessivo P precede o enunciado restritivo Q. O locutor, ao se utilizar do enunciado P, valoriza a opinião do outro. Neste caso, concorda com a opinião de que a igreja está viva e é jovem, e de que esse fato faz concluir que se falará bem da igreja. Em seguida, porém, introduz o argumento Q “E anda muito injustiçada”,

fazendo concluir que não se falará bem dela. Por intermédio dessa estratégia de polidez positiva, o locutor evita desacordo com o interlocutor, preservando-lhe, assim, a face e, como consequência, também a própria face.

Observe-se, agora, este **terceiro recorte**, retirado de um artigo opinativo do jornal O Dia, que apresenta um exemplo da lexia “agora” com valor de “mas”. Veja-se:

São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, geralmente esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética. **Agora**, com o culto ao crime, em *sites* como *Orkut*, *You Tube* e outros, a preocupação é maior, pois o acesso, embora, em tese, seja reservado a maiores de 18 anos, é vulnerável e sem fiscalização. (...) (Marcos Espínola, artigo opinativo “Crime na rede”, O Dia, 30/06/06)

Os enunciados do recorte em destaque também apresentam *o fenômeno da polifonia*. Nesses enunciados, é possível identificar uma superposição de vozes, que pertencem aos enunciadores. Segundo Oswald Ducrot (1987, p.169), “os enunciadores são seres que não se expressam por palavras no sentido material do termo, mas por diferentes pontos de vista”.

Identificam-se, primeiramente, o enunciado concessivo e o enunciado restritivo. O enunciado P “São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, geralmente esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética” veicula o valor de concessão. Já o enunciado Q “**Agora**, com o culto ao crime, em *sites* como *Orkut*, *You Tube* e outros, a preocupação é maior” veicula o valor de restrição. O locutor identifica-se com esse enunciado, o restritivo, que representa a perspectiva de E2 e por meio do qual apresenta a sua opinião. Dessa forma, a representação do sujeito da enunciação poderia ser assim:

E1 (alocutário): São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, geralmente esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética.

E2 (locutor): **Agora**, com o culto ao crime, em *sites* como *Orkut*, *You Tube* e outros, a preocupação é maior.

L: São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, geralmente esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética (E1=alocutário). **Agora**, com o culto ao crime, em *sites* como *Orkut*, *You Tube* e outros, a preocupação é maior (E2=L).

Esses enunciados apresentam dois enunciadores que argumentam em sentidos opostos. O enunciado concessivo é dito da perspectiva de E1 (perspectiva mais fraca), que pertence ao alocutário, a um terceiro ou à voz pública. O enunciado restritivo é dito da perspectiva de E2 (perspectiva mais forte), perspectiva com a qual o locutor se identifica.

Quanto à *orientação argumentativa*, o enunciado concessivo (P) “São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, geralmente esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética” orienta para a conclusão r “logo a preocupação é grande”.

Já com relação ao enunciado Q – **Agora**, com o culto ao crime, (...), a preocupação é maior –, pôde-se verificar que a marca restritiva não-canônica “agora” **não** introduziu um argumento. A lexia “agora”, neste recorte, introduziu a própria tese (não-r) “Agora, com o culto ao crime, em *sites* como *Orkut*, *You Tube* e outros, a preocupação é maior“. Observa-se que o operador está introduzindo tese e não argumento porque, imediatamente, surge o operador “pois”, típico introdutor de argumento – “pois o acesso, embora em tese, seja reservado a maiores de 18 anos, é vulnerável e sem fiscalização”. A orientação discursiva do texto, porém, como se verifica a seguir, continua determinada pela perspectiva de E2. (a preocupação é maior):

(...) Crianças de todas as idades navegam livremente, ficando diante de páginas como “Todo mundo fuma maconha”, “Sou treinado para matar”, entre tantas de incentivo ao consumo de bebidas, gato de TV por assinatura etc.

A proposta de um site de relacionamento, propiciando reencontro de colegas e amigos de escola, tornou-se séria ameaça para a sociedade. Recentemente o Ministério Público conseguiu desativar algumas delas, mas outras centenas continuam com temas de pornografia e violência.



A polêmica está no ar. Há quem defenda um equívoco, afinal, a questão é complexa. Tudo tem limite, inclusive a própria democracia. Com tantas mudanças de valores nas últimas décadas, a sociedade não precisa nem merece mais um instrumento de desestabilização familiar e de fomento à violência. Muito menos de apologia ao crime. Precisamos de iniciativas que nos levem à educação e à paz. (Marcos Espínola, artigo opinativo “Crime na rede”, O Dia, 30/06/06)

O fato de a restrição assumir a forma de tese já foi atestado por Oliveira & Monnerat (2005, p. 95). Segundo esses estudiosos, a restrição pode funcionar como argumento pró-tese ou como a própria tese.

No exemplo apresentado por eles – “Investimos muito na casa de Búzios, **mas** o mercado imobiliário está em baixa, **portanto** não podemos pedir muito por ela” –, tem-se restrição em forma de argumento. Esse fragmento apresenta a estrutura “CONCESSÃO, mas RESTRIÇÃO (ARGUMENTO), portanto TESE”. A restrição, nesse exemplo, está em forma de argumento (mas o mercado imobiliário está em baixa). Esse argumento defende a tese “logo não podemos pedir muito por ela”.

Já em “Investimos muito na casa de Búzios, **mas** não podemos pedir muito por ela, **porque** o mercado imobiliário está em baixa”, tem-se a restrição em forma de tese. Esse fragmento é representado pela estrutura “CONCESSÃO, mas RESTRIÇÃO (TESE), porque ARGUMENTO”. A restrição (mas não podemos pedir muito por ela) assume a forma de TESE. Essa tese é justificada pelo argumento “porque o mercado imobiliário está em baixa”.

Como se verifica no exemplo de Oliveira e Monnerat (2005), a restrição introduzida por operador prototípico pode assumir a forma de tese. Nesta pesquisa, verifica-se, a partir do recorte de O Dia, que as lexias não-prototípicas com valor de restrição também podem introduzir tese numa estrutura do tipo “Concessão, mas Restrição (Tese), porque Argumento”.

A passagem do argumento A à conclusão C, como já se disse anteriormente, está associada ao princípio argumentativo do *topos*, que está subjacente a todo ato de argumentação (GOUVÊA, 2002, p. 43).

O argumento P “São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, geralmente esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética” orienta para a conclusão r “logo a preocupação é grande”, porque existe um *topos* subjacente que diz “Quando são muitos os crimes, tem-se uma preocupação grande” .

A tese “Agora, com o culto ao crime, em *sites* como *Orkut*, *You Tube* e outros, a preocupação é maior” é defendida pelo argumento “pois o acesso, embora, em tese, seja reservado a maiores de 18 anos, é vulnerável e sem fiscalização”, porque existe um *topos* que diz “Quando o acesso aos caminhos perigosos é fácil e sem fiscalização, tem-se uma preocupação maior”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002, p. 120), a estrutura do enunciado “São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, esquecidos nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética. **Agora**, com o culto ao crime, em *sites* como *Orkut*, *You Tube* e outros, a preocupação é maior” identifica-se com a estrutura “X, mas Y”, que veicula a estratégia do suspense (GUIMARÃES, 2002, p.120). O argumento “Y” é introduzido pela lexia “agora”, que, diferentemente do valor habitual de tempo, veicula o valor de restrição tal como o operador restritivo canônico “mas”.

Por meio dessa estratégia, o locutor apresenta um argumento inicial (“São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha, esquecido nas prisões do Brasil, aos colarinhos brancos e políticos em sua maioria absolvidos nas comissões de ética”), que evoca na mente do interlocutor uma conclusão (logo a preocupação é grande). Esse começo não predominará, pois o enunciado seguinte (“**Agora**, com o culto ao crime, em *sites* como *Orkut*, *You Tube* e outros, a preocupação é maior”), como é dito da perspectiva de E2, é o que prevalecerá. Guimarães (2002) denomina essa formulação de *estratégia do suspense*, pois o enunciado que é introduzido pela lexia “agora”, frustra a expectativa criada pelo argumento inicial.

Quanto às *estratégias de polidez* (BROWN & LEVINSON, 1987), constata-se que, ao utilizar o argumento concessivo P “São muitos os tipos de crimes desde o ladrão de galinha (...)”, o locutor se vale da estratégia de polidez positiva “procure acordo com o outro”, valorizando a sua opinião. Em seguida, porém, introduz o enunciado restritivo Q “Agora, com o culto ao crime, (...) a preocupação é maior”, que, neste caso, funciona como tese, opondo-se à conclusão do argumento P. Dessa forma, L preserva ambas as faces, a própria e a do interlocutor.

No que diz respeito à *hipótese* formulada para o gênero *artigo opinativo* dos jornais em estudo, pensou-se que o jornal O Dia apresentaria uma frequência maior de marcas restritivas não-prototípicas do que o jornal O Globo, tendo em vista que o público-alvo do primeiro é menos escolarizado do que o público-alvo do segundo. Essa hipótese se confirma, pois, em 100% de operadores restritivos, o artigo opinativo do jornal O Globo apresentou um percentual de 8,2, enquanto o artigo opinativo do jornal O Dia apresentou um percentual de 21,9 de marcas restritivas não-prototípicas.

### 3.3 A Crônica

O gênero *crônica* apresenta algumas características que não são encontradas nos outros gêneros. Ao se realizar a leitura de uma crônica jornalística, percebe-se um estilo linguístico mais informal, devido ao uso de construções que se distanciam de uma linguagem com maior prestígio social, ao uso de primeira pessoa ou ao uso de marcas linguísticas típicas da oralidade.

No que diz respeito ao estudo discursivo de marcas linguísticas com valor de restrição, veja-se este **primeiro recorte**, uma crônica do jornal O Dia, que apresenta uma construção com o operador restritivo canônico “entretanto”:

A Kombi laranja acabou ganhando um lugar de destaque no meu panteão de coisas-usadas-que-já-não-se-podem-usar, mesmo porque foi nela que aprendi a dirigir e é graças a ela que consigo colocar qualquer carro na vaga. O domingo, **entretanto**, é dedicado àquela outra viagem, para

conhecer as obras do mineiro Aleijadinho e o barroco mineiro, antes da Kombi, da adolescência e das espinhas que marcavam a pele. (Miguel Falabella, crônica “Miniaturas de pedra sabão”, O Dia, 19/11/06).

No recorte em destaque, o enunciado [A Kombi laranja acabou ganhando um lugar de destaque no meu panteão de coisas-usadas-que-já-não-se-podem-usar (...)] veicula o valor semântico de concessão. Já o enunciado [O domingo, **entretanto**, é dedicado àquela outra viagem (...)], introduzido pelo operador prototípico “entretanto”, veicula o valor de restrição.

Quanto à *representação do sujeito da enunciação*, o enunciado concessivo é dito da perspectiva de E1 – perspectiva do alocutário – enquanto o enunciado restritivo é dito da perspectiva de E2 – perspectiva com a qual o locutor se identifica. Veja-se a representação:

E1 (alocutário): A Kombi laranja acabou ganhando um lugar de destaque no meu panteão de coisas-usadas-que-já-não-se-podem-usar, (...).

E2 (locutor): O domingo, **entretanto**, é dedicado àquela outra viagem (...).

L: A Kombi laranja acabou ganhando um lugar de destaque no meu panteão de coisas-usadas-que-já-não-se-podem-usar, (...) (E1=alocutário). O domingo, **entretanto**, é dedicado àquela outra viagem (...) (E2=L).

Nessa representação, o enunciado concessivo é dito da perspectiva de E1, que pertence ao alocutário. Já o enunciado restritivo é dito da perspectiva de E2, perspectiva por meio da qual L argumenta. Pode-se dizer que o recorte apresenta o *fenômeno da polifonia*, visto que se compõe de enunciadores cujas vozes defendem perspectivas diferentes.

Quanto à *orientação argumentativa* e seguindo o postulado de Ducrot (1989) de que, em estruturas do tipo “P mas Q”, o enunciado P orienta para a conclusão r, e o enunciado Q orienta para a conclusão não-r, observa-se que o enunciado concessivo P [A Kombi laranja acabou ganhando um lugar de destaque no meu panteão de coisas-usadas-que-já-não-se-podem-usar(...)] aponta para a

conclusão r “logo o assunto da crônica são as viagens com a Kombi laranja”. Já o enunciado restritivo Q [“O domingo, **entretanto**, é dedicado àquela outra viagem (...)], aponta para a conclusão não-r “logo o assunto da crônica não são as viagens com a Kombi laranja”. A conclusão do enunciado restritivo (não-r) determina a sequência do texto, como se pode verificar:

(...) Naquela viagem, fizemos um estirão até Belo Horizonte, onde passamos a noite (...).E, assim, visitei as cidades históricas no colo de meu pai, subindo e descendo ladeiras (...), ouvindo histórias e, principalmente, criando enredos que misturava os inconfidentes e os monstros japoneses que povoavam a televisão da minha infância. (Miguel Falabella, crônica “Miniaturas de pedra sabão”, O Dia, 19/11/06).

A passagem de um argumento A a uma conclusão C fundamenta-se no princípio argumentativo denominado *topos*, como já se mostrou anteriormente. Considerando-se os enunciados da crônica em análise, pode-se observar que a passagem do argumento concessivo [A Kombi laranja acabou ganhando um lugar de destaque no meu panteão de coisas-usadas-que-já-não-se-podem-usar(...)] à conclusão r (logo o assunto da crônica são as viagens com a Kombi laranja) fundamenta-se num *topos* que diz “Quando algo ganha destaque no panteão de coisas usadas, “esse algo” será o assunto da crônica”. A passagem do argumento restritivo [O domingo, **entretanto**, é dedicado àquela outra viagem(...)] à conclusão não-r (logo o assunto da crônica não são as viagens com a Kombi laranja) fundamenta-se no *topos* que diz “Quando se dedica o domingo a outras coisas que não “àquele algo”, “aquele algo” não será o assunto da crônica”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), o recorte em análise, por identificar-se com a estrutura do tipo “X mas Y”, veicula a estratégia do suspense. Nessa estratégia, L enuncia o argumento X [A Kombi laranja acabou ganhando um lugar de destaque no meu panteão de coisas-usadas-que-já-não-se-podem-usar(...)], que evoca, na mente do interlocutor, a conclusão de que o assunto da crônica será a Kombi laranja, conclusão essa que este pensa, por poucos instantes, ser a decisiva. Ao enunciar, porém, o argumento introduzido pelo operador restritivo “entretanto” [O domingo, **entretanto**, é dedicado àquela

outra viagem(...)], L indica que a conclusão predominante será a apontada por Y (logo o assunto da crônica não são as viagens com a Kombi laranja).

Ao incorporar o enunciado concessivo no ato da enunciação, L utiliza-se de uma importante *estratégia de polidez* (BROWN & LEVINSON,1987). A partir do enunciado concessivo P “A Kombi laranja acabou ganhando um lugar de destaque (...)” – em “P mas Q” –, L concorda com o interlocutor, preservando a sua face, para, em seguida, introduzir o enunciado restritivo [O domingo, **entretanto**, é dedicado àquela outra viagem (...)], enunciado por meio do qual argumenta. Através dessa estratégia de polidez positiva, torna-se mais “fácil” para L convencê-lo de sua opinião, além de preservar a sua face.

No que diz respeito às *hipóteses* relativas aos operadores canônicos para o gênero crônica, pensou-se que:

(a) o operador restritivo canônico mais frequente no gênero crônica, nos jornais O Globo e O Dia, seria o “mas”;

(b) no gênero crônica, o jornal O Globo apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que o jornal O Dia;

(c) o gênero crônica apresentaria um percentual maior de ocorrências do operador “mas” do que os outros gêneros nos dois jornais.

A hipótese (a) – de que o operador restritivo canônico “mas” seria o operador mais frequente no gênero crônica, nos dois jornais - confirmou-se. No jornal O Globo, em crônica, o operador “mas” apresentou uma frequência de **89,6%**, ao passo que os outros operadores canônicos apresentaram percentuais muito inferiores (“porém”: 4,1%; “no entanto”: 5,1%; “entretanto”: 1,0%). No jornal O Dia, o operador “mas” apresentou uma frequência de **96%**, ao passo que o operador “entretanto” apresentou uma frequência de 4%. Isso se justifica pelo fato de o operador “mas”, segundo Oswald Ducrot (1987, apud GOUVÊA, 2002), ser o operador restritivo “por excelência”, ou seja, o operador mais recorrente.

A hipótese (b) – de que o jornal O Globo, no gênero crônica, apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que o jornal O Dia – confirmou-se parcialmente. O jornal O Globo, nesse gênero, apresentou o operador “**porém**” com uma frequência de 4,1%; o operador “**no entanto**” com 5,1%; e o operador “**entretanto**” com 1%. Já o jornal O Dia apresentou, além do operador “mas”, apenas o operador “**entretanto**”, com uma frequência de 4%. Quanto a este operador, a hipótese não se confirmou, já que ele apresentou uma frequência maior no O Dia. O fato de o jornal O Dia se destinar a um público-alvo cujo nível de escolaridade está abaixo do nível de escolaridade do público do jornal O Globo explica a não ocorrência de “porém” e “no entanto”. Um público-alvo menos escolarizado contribui para a ausência de operadores restritivos diferentes de “mas”.

A hipótese (c) – de que o gênero crônica apresentaria um percentual maior de ocorrências do operador “mas” do que os outros gêneros nos jornais O Globo e O Dia – confirmou-se. Em O Globo, o *gênero crônica* apresentou uma frequência de **89,6%** do operador “mas”, enquanto os outros gêneros apresentaram percentuais menores (gênero editorial: 88%; gênero artigo opinativo: 48,5%; gênero notícia: 66,6% e o gênero reportagem: 67,3%). Em O Dia, essa hipótese também se confirmou, pois o *gênero crônica* apresentou uma frequência de **96%** do operador “mas”, enquanto o editorial apresentou 79,3%, o artigo opinativo, 76%, a notícia, 79,4% e a reportagem, 71,1%. Esses resultados se devem ao fato de que a crônica é um texto de caráter informal, o que favorece o uso do operador restritivo prototípico “mas”.

Este **segundo recorte**, referente ao gênero crônica, apresenta uma construção com a lexia restritiva não-prototípica “pois”:

Eu nunca soube que a Keaton era diabética. Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos. **Pois** ficam, e é muito difícil perceber isso, a menos que façam um check-up rotineiro depois de certa idade. (Cora Rónai, crônica “Keaton: o último susto de 2007”, O Globo, 03/01/08).

No trecho em destaque, é preciso, primeiramente, identificar os enunciados concessivo e restritivo. O enunciado [(...) Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos] veicula o valor semântico de concessão, pois, numa construção de coordenação, é o enunciado não introduzido por operador, ao passo que o enunciado [(...) Pois ficam (...)] veicula o valor semântico da restrição, na medida em que, levando-se em conta a mesma estrutura de coordenação, é o introduzido por operador. Neste caso, observa-se a lexia “pois”, veiculando um valor semântico de restrição.

Quanto à *representação do sujeito da enunciação*, observa-se que o enunciado concessivo “(...) Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos” é dito da perspectiva de E1, perspectiva do alocutário, de um terceiro ou da voz pública, ao passo que o enunciado restritivo “Pois ficam (...)”, por seu turno, é dito da perspectiva de E2, perspectiva mais forte, pois é a perspectiva por meio da qual o locutor (L) argumenta. Veja-se, abaixo, a representação:

E1 (alocutário): Eu nunca soube que a Keaton era diabética. Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos.

E2 (locutor): Pois ficam, (...).

L: Eu nunca soube que a Keaton era diabética. Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos (E1=alocutário). **Pois** ficam, (...) (E2=L).

Tendo em vista que os enunciadores representam perspectivas diferentes, verifica-se que o enunciado concessivo pertence à perspectiva de E1, enquanto o enunciado restritivo pertence à perspectiva de E2, perspectiva mais forte e com a qual o locutor se identifica. O recorte, em análise, portanto é *polifônico*, pois apresenta enunciadores cujas vozes “falam” de perspectivas diferentes.

Quanto à *orientação argumentativa*, os enunciados do recorte em apreço orientam para conclusões contrárias. Oswald Ducrot (1989) explica que, em estruturas do tipo “P mas Q” (e também “Embora P, Q”) os enunciados P e Q apontam para conclusões opostas. Dessa forma, o enunciado concessivo (P) (Eu



nunca soube que a Keaton era diabética. Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos) aponta para a conclusão r “logo não é comum gatos ficarem diabéticos”. O enunciado restritivo (Q) (Pois ficam...) aponta para a conclusão não-r “logo é comum gatos ficarem diabéticos”.

A *orientação argumentativa* do enunciado restritivo determina a direção argumentativa do texto, como se pode constatar:

Como os humanos, podem viver perfeitamente bem com diabetes, desde que medicados; e, ao contrário de qualquer outra espécie de bicho, podem até reverter a situação e, dentro de poucos meses, não ter mais traço da doença (Cora Rónai, crônica “Keaton: o último susto de 2007”, O Globo, 03/01/08).

A passagem do argumento A à conclusão C, como já se salientou, não obedece a princípios lógico-filosóficos, como defendia a concepção tradicional de argumentação. O argumento A conduz à conclusão C pelo fato de existir um princípio argumentativo denominado *topos*, que está subjacente a todo ato de argumentação (DUCROT, 1989). Na crônica em análise, o argumento P [Eu nunca soube que a Keaton era diabética. Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos] conduz à conclusão “logo não é comum gatos ficarem diabéticos”, porque existe um *topos* que diz “Quando não se sabe que existe diabetes felina, é impossível detectá-la em gatos”. Já o enunciado restritivo Q [**Pois** ficam(...)] aponta para a conclusão não-r “logo é comum gatos ficarem diabéticos” porque existe o *topos* que diz “Quando se sabe que existe diabetes felina, é possível detectá-la em gatos”.

No que se refere às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002, p.120), os enunciados da crônica representam a estrutura do tipo “X mas Y”. Esse tipo de estrutura, como já se observou anteriormente, veicula a estratégia do suspense. O locutor, ao se utilizar dessa estratégia, enuncia o argumento X [(...) Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos)], que conduz o interlocutor, por instantes, à conclusão de que não é comum gatos ficarem diabéticos. Em seguida, porém, o locutor introduz o argumento “mas Y” (**Pois** ficam), indicando que o

argumento anterior não predomina no discurso, ou seja, é comum gatos ficarem diabéticos.

É possível identificar uma das *estratégias de polidez* positiva no recorte em análise (BROWN & LEVINSON,1987), uma vez que o enunciado concessivo P [(...) Na verdade, nem sabia que gatos podem ficar diabéticos], na estrutura coordenada do tipo “P mas Q”, precede o enunciado restritivo Q [(...) Pois ficam (...)]. Ao incorporar o enunciado concessivo, L procura concordar com o ponto de vista do alocutário e evita, assim, um desacordo. Com essa estratégia, L preserva a própria face e a do seu interlocutor.

Este **terceiro recorte**, pertencente ao gênero *crônica*, apresenta outra marca restritiva não-prototípica. Veja-se:

(...) É sempre bom mexer com plantas. Oferecer-lhes algum conforto sempre nos conforta, além é claro, de ser uma das chaves para o portão do labirinto. Todos nós temos um labirinto por dentro, cheio de caminhos que vão escurecendo com o passar dos anos e que precisamos visitar, vez ou outra, ainda que tenhamos medo de terminar perdido nas possibilidades. (Miguel Falabella, Crônica “Dias de labirinto”, O Dia, 15/10/06)

O recorte, em análise, apresenta o fenômeno da polifonia. Esse fenômeno se caracteriza por apresentar enunciados que defendem perspectivas diferentes. Essas perspectivas pertencem aos enunciadores, que são seres que se expressam por pontos de vista. É importante identificar, primeiramente, o enunciado concessivo e o enunciado restritivo.

O enunciado “Todos nós temos um labirinto por dentro, cheio de caminhos que vão escurecendo com o passar dos anos” veicula o valor de concessão. Já o enunciado “e que precisamos visitar” veicula o valor de restrição. Esses enunciados defendem perspectivas diferentes, que pertencem aos enunciadores E1 (enunciador 1) e E2 (enunciador 2), isto é, o enunciado concessivo representa a perspectiva de E1, ao passo que o enunciado restritivo representa a perspectiva de E2.

Quanto à *orientação argumentativa*, o enunciado concessivo “Todos nós temos um labirinto por dentro, cheio de caminhos que vão escurecendo com o passar dos anos” orienta para a conclusão (r) “logo a escuridão dos caminhos nos impede de visitá-los”. O enunciado restritivo “e (=mas) que precisamos visitar” orienta para a conclusão (não-r) “logo a escuridão dos caminhos não nos deve impedir de visitá-los”. A orientação argumentativa do enunciado restritivo, introduzido pela lexia “e”, determinará a sequência do texto, como se pode verificar:

Visitar os caminhos é iluminá-los. Portanto, vale a pena abrir o tal portão. Ainda que o dia, depois da aventura, torne-se um daqueles dias em que tem-se dificuldade de começar o que quer que seja. Um daqueles dias em que toca o telefone e você ouve uma voz que há muito não ouvia e que não esperava ouvir. Uma voz que desencadeia um tremor e acorda o vulcão. São esses os dias do labirinto, dias de visitar o avesso. (Miguel Falabella, Crônica “Dias de labirinto”, O Dia, 15/10/06)

A passagem do argumento P à conclusão r e a passagem do argumento Q à conclusão não-r está relacionada ao princípio argumentativo do *topos* ou teoria dos *topoi*. Dessa forma, o argumento (P) “Todos nós temos um labirinto por dentro, cheio de caminhos que vão escurecendo com o passar dos anos” orienta para a conclusão “logo a escuridão dos caminhos nos impede de visitá-los”, porque se fundamenta no *topos* que diz “Quando os caminhos vão escurecendo, é difícil visitá-los”. O argumento Q “e (=mas) que precisamos visitar” orienta para a conclusão “logo a escuridão dos caminhos não nos deve impedir de visitá-los”, pois fundamenta-se no *topos* que diz “Quando precisamos visitar os caminhos, não deve ser difícil visitá-los”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), a crônica, em análise, apresenta a estrutura “X mas Y”, que veicula a estratégia do suspense. Ao enunciar “Todos nós temos um labirinto por dentro, cheio de caminhos que vão escurecendo com o passar dos anos”, o locutor evoca, na mente do interlocutor, uma conclusão. Em seguida, ele diz “e que precisamos visitar”, que frustra a expectativa criada pelo argumento anterior, já que a lexia “e”, embora apresente o

valor de adição ordinariamente, veicula, neste recorte, o valor semântico de restrição.

Quanto às *hipóteses* relacionadas aos operadores não-canônicos formuladas para o gênero crônica, pensou-se que esse gênero, no jornal O Dia, apresentaria um percentual maior de lexias restritivas não-prototípicas do que no jornal O Globo. Essa hipótese se confirmou, pois a crônica, no jornal O Dia, apresentou uma frequência de 12,7% de lexias restritivas não-prototípicas. Já no jornal O Globo, apresentou uma frequência de 9,4% de lexias restritivas não-canônicas. Esse resultado se justifica pelo fato de o jornal O Dia destinar-se a um público cujo nível de escolaridade está abaixo do nível de escolaridade do público a que se destina o jornal O Globo. Isso, provavelmente, contribui para que o jornal O Dia apresente um percentual maior dessas marcas restritivas não-prototípicas do que o jornal O Globo.

### 3.4 A Notícia

Este **primeiro recorte** representa um exemplo do gênero notícia. Esse gênero tem a função de assinalar os acontecimentos, apresentando um fato inédito. Assim, entende-se a notícia como um gênero de cunho informativo (Melo, 1985, p.49).

A seguir, destaca-se uma construção com o operador restritivo canônico “contudo” no gênero notícia de O Globo:

O carioca Luiz Lima é um dos favoritos. Campeão nos jogos Pan-Americanos de Winnipeg, em 1999, ele deixou as piscinas para se dedicar às maratonas aquáticas, de olho no Pan e nas Olimpíadas de 2008. Da Travessia dos Fortes, ele é pentacampeão.

**Contudo**, Lima terá de lutar muito pela vaga. (Notícia “Copacabana é palco da seletiva para o Pan”, O Globo, 14/05/07).

Observa-se, nesse recorte, que o enunciado “O carioca Luiz Lima é um dos favoritos (...)” veicula o valor semântico de concessão, já que, ao fazer parte de uma estrutura do tipo X mas Y, constitui o argumento não introduzido por

operador. Já o enunciado “**Contudo**, Lima terá de lutar muito pela vaga” veicula o valor de restrição, pois, na mesma estrutura, é o argumento introduzido pelo operador restritivo canônico “contudo”.

Quanto à *representação do sujeito da enunciação*, os enunciados do recorte representam vozes que pertencem aos enunciadores E1 e E2. Veja-se a representação:

E1 (alocutário): O carioca Luiz Lima é um dos favoritos (...).

E2 (locutor): **Contudo**, Lima terá de lutar muito pela vaga.

L: O carioca Luiz Lima é um dos favoritos (...) (E1=alocutário). **Contudo**, Lima terá de lutar muito pela vaga (E2=locutor)

No que diz respeito à *orientação argumentativa*, os enunciados P e Q, em estruturas do tipo “P mas Q” (e “Embora P, Q”), apontam para conclusões opostas. O enunciado P aponta para a conclusão (r), ao passo que o enunciado Q aponta para a conclusão (não-r). Em relação à notícia em análise, o enunciado P “O carioca Luiz Lima é um dos favoritos (...)” aponta para a conclusão (r) “logo Luiz Lima não terá dificuldades para vencer os adversários”. Já o enunciado restritivo Q “**Contudo** Lima terá de lutar muito pela vaga” aponta para a conclusão oposta (não-r) “logo Luiz Lima terá dificuldades para vencer os adversários”. A orientação argumentativa do enunciado restritivo determina a sequência do texto, como se pode constatar a seguir:

No último dia 4 de abril, houve seletiva na qual classificaram-se 20 nadadores para a última prova classificatória do Pan. No dia 4, quem venceu a competição em Copacabana foi o baiano Alan do Carmo, seguido pelos gaúchos Marcelo Romanelli e Carlos Pavão. (Notícia “Copacabana é palco da seletiva para o Pan”, O Globo, 14/05/07).

Oswald Ducrot (1987), ao estudar a TAL (Teoria da Argumentação na Língua), explica que há um princípio que subjaz a toda argumentação. Por intermédio desse princípio, um argumento A orienta para uma conclusão C. Trata-

se, como já se destacou anteriormente, da *teoria dos topoi*. No recorte em análise, verifica-se que o argumento P “O carioca Luiz Lima é um dos favoritos” aponta para a conclusão r “logo Luiz Lima não terá dificuldades para vencer os adversários”, porque existe um *topos* que diz “Quando o atleta ganha muitas competições, não tem dificuldades para vencer os adversários”. O argumento Q “contudo, Lima terá de lutar muito pela vaga”, por sua vez, aponta para a conclusão não-r “logo Luiz Lima terá dificuldades para vencer os adversários”, porque existe um *topos* que diz “Quando o atleta tem de lutar muito pela vitória numa competição, ele terá dificuldades para vencer os adversários”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), os enunciados do recorte em apreço representam a estrutura “X mas Y”, que veicula a estratégia do suspense. Essa estratégia caracteriza-se por apresentar um argumento X (O carioca Luiz Lima é um dos favoritos...), que evoca, na mente do interlocutor a conclusão “logo Luiz Lima não terá dificuldades para vencer os adversários”. Em seguida, o locutor enuncia o argumento Y (**contudo** Lima terá de lutar muito pela vaga), indicando que a conclusão do enunciado anterior não prevalecerá. Dessa forma, o argumento Y, introduzido pelo operador restritivo “contudo”, “quebra” a expectativa criada pelo argumento X.

Numa situação de interlocução, o ato de enunciação pode ameaçar, constantemente, a face dos interlocutores (BROWN & LEVINSON, 1987). Tendo em vista isso, os interactantes *preservam*, reciprocamente, as faces a fim de evitar o fracasso da comunicação. L incorpora o enunciado concessivo (P) “O carioca Luiz Lima é um dos favoritos (...)”, procurando acordo com seu interlocutor, para, em seguida, desqualificar-lhe o argumento por meio do enunciado (mas Q) “**contudo** Lima terá de lutar muito pela vaga”.

Quanto às *hipóteses* formuladas para o gênero notícia, no que concerne aos operadores canônicos, pensou-se que:

- a) o operador restritivo canônico mais frequente, no gênero notícia, nos jornais O Globo e O Dia, seria o “mas”;

b) o jornal O Globo, em notícia, apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que o jornal O Dia.

A hipótese (a) - de que o operador restritivo canônico mais frequente nos dois jornais, em notícia, seria o operador “mas” – confirmou-se. Em O Globo, o operador “**mas**” apresentou uma frequência de **66,6%** (24 ocorrências), ao passo que outros operadores apresentaram frequências menores (porém: 2,7%, contudo: 2,7%, entretanto: 2,7%, no entanto: 25%). Em O Dia, essa hipótese também se confirma, pois o operador “mas” apresentou uma frequência de **79,4%** (27 ocorrências), ao passo que outros operadores apresentaram percentuais inferiores (porém: 8,8%, no entanto: 11,7%). Como já se referiu anteriormente, o “mas” é o operador argumentativo restritivo “por excelência” (apud GOUVÊA,2002), o que justifica esses resultados.

A hipótese (b) – de que o jornal O Globo, em notícia, apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que o jornal O Dia – confirmou-se parcialmente. O jornal O Globo apresentou os operadores canônicos “**porém**”, com uma frequência de 2,7%, “**contudo**”, com 2,7%, “**entretanto**”, com 2,7% e “**no entanto**”, com 25%. O jornal O Dia, por sua vez, apresentou os operadores “**porém**”, com uma frequência de 8,8% e “**no entanto**”, com 11,7%. Percebe-se que o jornal O Globo apresentou uma variedade maior de operadores prototípicos do que o O Dia. A hipótese não se confirmou para o operador “porém”, pois teve uma frequência maior em O Dia (8,8%) do que em O Globo (2,7%).

A maior variedade de operadores no O Globo se explica pelo fato de o jornal se destinar a um público-alvo que apresenta um nível de escolaridade mais alto, privilegiando, assim, o uso de outras lexias além do “mas”. A frequência mais baixa do operador “no entanto” no O Dia (11,7%) do que no O Globo (25%) justifica-se pelo fato de o público-alvo do primeiro ter um nível de escolaridade mais baixo do que o nível de escolaridade do público do segundo. Era isso, aliás,

o que se esperava para todos os operadores, mas o operador “porém”, no O Dia, surpreendeu.

Este **segundo recorte** representa um exemplo de marca restritiva não-prototípica no gênero notícia do jornal O Globo:

(...) Tubarões fêmeas têm um órgão que permite que guardem sêmen durante um certo período. Por conta disso, durante anos, várias especulações foram levantadas, mas sem consenso algum. Uma das teorias postulava que uma das fêmeas teria sido inseminada antes de ser capturada. **O problema é que** não havia registro de fêmeas que conseguissem armazenar o sêmen por um período tão longo quanto três anos. (Notícia “Tubarão se reproduz sem macho”, O Globo, 24/05/07)

Os enunciados, nesse recorte, apresentam vozes que “falam” de perspectivas diferentes. Essas vozes pertencem aos enunciadores, que são seres que não se expressam literalmente por palavras, mas por perspectivas. Para se observar o *fenômeno da polifonia*, é importante identificar, no recorte, o enunciado concessivo e o enunciado restritivo.

O trecho do gênero *notícia* em análise apresenta um enunciado concessivo e um enunciado restritivo. O enunciado “Uma das teorias postulava que uma das fêmeas teria sido inseminada antes de ser capturada” veicula o valor semântico de concessão e, do ponto de vista formal, não é introduzido por operador. Já o enunciado “**O problema é que** não havia registro de fêmeas que conseguissem armazenar o sêmen por um período tão longo quanto três anos” veicula o valor semântico de restrição e, do ponto de vista formal, é introduzido pela lexia “o problema é que”, que veicula o valor semântico de restrição. Quanto à *representação do sujeito da enunciação*, o que se tem é isto:

E1 (alocutário): Uma das teorias postulava que uma das fêmeas teria sido inseminada antes de ser capturada.

E2 (locutor): O problema é que não havia registro de fêmeas que conseguissem armazenar o sêmen por um período tão longo quanto três anos.



L: Uma das teorias postulava que uma das fêmeas teria sido inseminada antes de ser capturada (E1=alocutário). **O problema é que** não havia registro de fêmeas que conseguissem armazenar o sêmen por um período tão longo quanto três anos (E2=L).

Nessa representação, o enunciado concessivo é dito da perspectiva de E1(enunciador 1), ao passo que o enunciado restritivo é dito da perspectiva de E2 (enunciador 2). O locutor, ao incorporar o enunciado de E1 no ato da enunciação, concede razão ao interlocutor, concordando com o seu ponto de vista. Introduz, porém, o enunciado da perspectiva de E2, perspectiva por meio da qual apresenta sua opinião, desqualificando o argumento anterior.

Quanto à *orientação argumentativa*, o enunciado “Uma das teorias postulava que uma das fêmeas teria sido inseminada antes de ser capturada” orienta para a conclusão (r) “logo aqueles tubarões fêmeas se reproduziram de forma natural”. Em seguida, o locutor introduz o enunciado restritivo “**O problema é que** não havia registro de fêmeas que conseguissem armazenar o sêmen por um período tão longo quanto três anos”, que orienta para a conclusão (não-r) “logo aqueles tubarões fêmeas não se reproduziram de forma natural”.

Na notícia em análise, verifica-se que a *orientação argumentativa* do enunciado restritivo determina a sequência do texto, como se pode verificar a seguir:

O mistério só foi resolvido agora. Um grupo de pesquisadores fez uma série de testes de DNA no animal – que morreu logo após o nascimento – e concluiu que ele não tinha DNA masculino.  
A descoberta mostra que as fêmeas de tubarão são capazes de se reproduzir de forma assexuada na ausência de machos, causada, entre outros fatores, pela pesca excessiva. (Notícia “Tubarão se reproduz sem macho”, O Globo, 24/05/07)

A passagem do argumento A à conclusão C, como já se mostrou anteriormente, está associada ao princípio argumentativo do *topos*. No recorte, em análise, o argumento P orienta para a conclusão r e o argumento Q, para a conclusão não-r. A passagem dos argumentos às conclusões está subjacente ao

princípio do *topos*. Nos recortes em apreço, existem *topoi* diferentes. O argumento P “Uma das teorias postulava que uma das fêmeas teria sido inseminada antes de ser capturada” conduz à conclusão “logo aqueles tubarões fêmeas se reproduziram de forma natural”, porque existe o *topos* “Se um tubarão fêmea é inseminado antes da captura, pode-se dizer que a reprodução se deu de forma natural”. Já o argumento Q “O problema é que não havia registro de fêmeas que conseguissem armazenar o sêmen por um período tão longo quanto três anos” conduz à conclusão (não-r) “logo aqueles tubarões fêmeas não se reproduziram de forma natural”, porque existe um *topos* que diz “Se não há registro de fêmeas que tenham conseguido armazenar sêmen por um período longo, não se pode dizer que a reprodução se deu de forma natural”.

A notícia, em análise, representa a estrutura “X, mas Y”, que veicula a *estratégia do suspense* (GUIMARÃES, 2002). O locutor, utilizando-se dessa estratégia, estabelece com o alocutário um começo. Em seguida, introduz o argumento “mas Y”, que se opõe ao acordo inicial.

No recorte, o argumento P “Uma das teorias postulava que uma das fêmeas teria sido inseminada antes de ser capturada” cria, no alocutário, uma expectativa de que os tubarões fêmeas se reproduziram de forma natural. Isso não prevalecerá, pois o argumento Q “O problema é que não havia registro de fêmeas que conseguissem armazenar o sêmen por um período tão longo quanto três anos” orienta para a conclusão de que os tubarões fêmeas não se reproduziram de forma natural, o que frustra a expectativa do argumento anterior. Esse mecanismo caracteriza a estratégia do suspense, veiculada pela estrutura X mas Y.

Quanto às *estratégias de polidez*, conforme os postulados de Penélope Bown & Stephen Levinson (1987), em estruturas do tipo “P mas Q”, o argumento concessivo P (pertencente ao interlocutor) precede o argumento restritivo Q (pertencente ao locutor). O locutor (L), ao incorporar o argumento P “Uma das teorias postulava que uma das fêmeas teria sido inseminada antes de ser capturada” no ato da enunciação, valoriza a opinião do interlocutor, concordando

com ele. Ao introduzir o argumento Q “O problema é que não havia registro de fêmeas que conseguissem armazenar o sêmen por um período tão longo quanto três anos” desqualifica, sutilmente, o argumento anterior. Dessa forma, L, usando uma estratégia de polidez positiva, preserva tanto a face do outro como a sua face.

Este **terceiro recorte**, retirado de uma notícia do jornal O Dia, apresenta uma construção com uma marca não-prototípica veiculando o valor de restrição:

O Flamengo, que está invicto há 22 jogos, disputou 34 partidas no NBB 2009 e perdeu apenas duas vezes, uma delas justamente para o Universo/Brasília na fase de classificação. (Notícia “Mengão vai buscar o bi no basquete”, O Dia, 11/06/09).

No recorte em destaque, o enunciado [O Flamengo, (...), disputou 34 partidas no NBB 2009] veicula o valor semântico de concessão. Já o enunciado “e perdeu apenas duas vezes, uma delas justamente para o Universo/Brasília na fase de classificação” veicula o valor de restrição. Observa-se que esse valor semântico é introduzido pela marca não-prototípica “e”, que, diferentemente do valor habitual de adição, foi empregada nesse recorte, com o valor de “mas”.

Quanto à *representação do sujeito da enunciação*, o enunciado concessivo “O Flamengo, (...), disputou 34 partidas no NBB 2009” é dito da perspectiva de E1, perspectiva do alocutário, de um terceiro ou da voz pública. O enunciado restritivo “e perdeu apenas duas vezes, uma delas justamente para o Universo Brasília na fase de classificação” é dito da perspectiva de E2, perspectiva com a qual o locutor (L) se identifica. Os enunciados do recorte, portanto, são polifônicos, pois apresentam vozes que se manifestam de perspectivas diferentes. Veja-se a representação:

E1 (alocutário): O Flamengo, (...), disputou 34 partidas no NBB 2009.

E2 (locutor): (...) e perdeu apenas duas vezes, uma delas justamente para o Universo Brasília na fase de classificação.

L: O Flamengo, (...), disputou 34 partidas no NBB 2009 (E1=alocutário) e perdeu apenas duas vezes, uma delas justamente para o Universo Brasília na fase de classificação (E2=locutor).

No que diz respeito à *orientação argumentativa* e seguindo os estudos de Ducrot (1989) sobre estruturas do tipo “P mas Q”, constata-se que o enunciado P [O Flamengo, (...), disputou 34 partidas no NBB 2009] orienta para a possível conclusão r “logo pode ter perdido algumas partidas”. O enunciado Q [e perdeu apenas duas vezes, uma delas justamente para o Universo/Brasília na fase de classificação] orienta para a conclusão contrária não-r “logo perdeu pouquíssimas partidas”. A orientação argumentativa do enunciado restritivo, que é dito da perspectiva de E2, determina a direção argumentativa do texto:

No primeiro turno a equipe candanga venceu por 82 a 78, no Maracanãzinho, e, no retorno, os rubro-negros deram o troco na casa do adversário: 100 a 92. (Notícia “Mengão vai buscar o bi no basquete”, O Dia, 11/06/09)

No que concerne ao *topos* que permite a passagem do enunciado A à conclusão C, observa-se que o argumento P [O Flamengo, (...), disputou 34 partidas no NBB 2009] defende a tese (r) “logo pode ter perdido algumas partidas” porque existe um *topos* que diz “Quando o time disputa 34 partidas, ele pode perder algumas vezes”. Já o argumento Q [e perdeu apenas duas vezes (...)] defende a tese (não-r) “logo perdeu pouquíssimas partidas”, porque existe um *topos* que diz “Quando o time perde apenas duas vezes no total de 34 partidas, pode-se dizer que perdeu pouquíssimas vezes”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), os enunciados do recorte representam a estrutura “X mas Y”, que veicula a estratégia do suspense. Nessa estratégia, o locutor enuncia o argumento X [O Flamengo, (...), disputou 34 partidas no NBB 2009], que conduz o interlocutor à conclusão de que “o Flamengo perdeu algumas partidas”. Ao enunciar o argumento Y [e (=mas) perdeu apenas duas vezes (...)], porém, anula a conclusão do argumento anterior, conduzindo o

interlocutor a concluir “logo perdeu pouquíssimas partidas”. Pode-se observar que a conclusão do argumento X não predomina na sequência textual, pois L estabelece um começo – o X – a que se opõe imediatamente.

No que diz respeito às *estratégias de polidez* (BROWN & LEVINSON, 1987), em estruturas coordenadas do tipo “P mas Q”, o enunciado concessivo P (argumento do interlocutor) [O Flamengo, (...), disputou 34 partidas no NBB 2009] precede o enunciado restritivo Q [**e** (=mas) perdeu apenas duas vezes (...)] (argumento do locutor). Por meio dessa estratégia, L evita entrar em desacordo com o alocutário, o que garante (ou pode garantir) o sucesso da comunicação.

Em relação às *hipóteses* formuladas para o gênero *notícia*, no que se refere aos operadores não-canônicos, pensou-se que esse gênero, no jornal O Dia, apresentaria um percentual maior de marcas restritivas não-prototípicas do que no jornal O Globo. Essa hipótese se confirmou, pois o gênero notícia, no jornal O Globo, apresentou uma frequência de **2,8%** (1 ocorrência) de lexias restritivas não-prototípicas. Já o gênero notícia do jornal O Dia apresentou uma frequência de **5,6%** (2 ocorrências) de lexias restritivas não-prototípicas. Esse resultado se justifica pelo fato de o jornal O Dia destinar-se a um público cujo nível de escolaridade está abaixo do nível de escolaridade do público a que se dirige o jornal O Globo, característica que favorece o emprego de marcas linguísticas de caráter informal.

### 3.5 A Reportagem

O gênero *reportagem* também é um gênero de caráter informativo. Há algumas diferenças entre a reportagem e a notícia. Enquanto a notícia relata um fato de caráter inédito - que eclodiu no meio social -, a reportagem relata um acontecimento que, após repercutir na sociedade, produziu alterações no meio social (MELO, 1985).

Este **primeiro recorte** - uma reportagem do jornal O Dia - apresenta uma construção com o operador restritivo canônico “no entanto”:

(...) Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio, que muitas vezes vira caso de polícia e choca a população, como o depredamento de um centro espírita no Catete por jovens evangélicos em fúria no início de junho. Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar. (Francisco Édson Alves, reportagem “Todo credo contra a intolerância”, O Dia, 22/08/08).

No recorte em apreço, o enunciado “Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio, que muitas vezes vira caso de polícia e choca a população, como o depredamento de um centro espírita no Catete por jovens evangélicos em fúria no início de junho” veicula o valor semântico de concessão e, do ponto de vista formal, não é introduzido por operador. Já o enunciado “Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar” veicula o valor semântico de restrição e, do ponto de vista formal, é introduzido pelo operador restritivo canônico “no entanto”.

Quanto à *representação do sujeito da enunciação*, observa-se que o enunciado concessivo [Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio, que muitas vezes vira caso de polícia e choca a população(...)] é dito da perspectiva de E1 – perspectiva do alocutário, de um terceiro ou da voz pública. Já o enunciado restritivo [Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar] é dito da perspectiva de E2, perspectiva do locutor (L). Veja-se, abaixo, a representação:

E1(alocutário): Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio, que muitas vezes vira caso de polícia e choca a população, como o depredamento de um centro espírita no Catete por jovens evangélicos em fúria, no início de junho.

E2 (locutor): Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar.

L: Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio, que muitas vezes vira caso de polícia e choca a população, como o depredamento de um centro espírita no Catete por jovens evangélicos em

fúria, no início de junho (E1= alocutário). Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar. (E2=L).

Nessa representação, observa-se o *fenômeno da polifonia*, na medida em que o enunciado como um todo compõe-se de dois enunciados menores que representam perspectivas diferentes.

No que diz respeito à *orientação argumentativa*, sabe-se que os enunciados do tipo “P mas Q” orientam para conclusões opostas. Assim, o enunciado concessivo P “Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio, que muitas vezes vira caso de polícia e choca a população (...)” orienta para a possível conclusão (r) “logo não há solução para o problema da intolerância religiosa”. O enunciado restritivo Q “Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar” orienta para a possível conclusão (não-r) “logo há solução para o problema da intolerância religiosa”.

Como L argumenta por meio da perspectiva de E2, pode-se observar que a orientação argumentativa do enunciado Q, o restritivo, determina a sequência do discurso:

Grande caminhada marcada para o dia 21 de setembro promete reunir representantes de diversos credos e uma delegacia especializada deverá ser criada para investigar esses crimes. Dezoito denominações fundaram a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, que tem o apoio de outras 100. (Francisco Edson Alves, reportagem “Todo credo contra a intolerância”, O Dia, 24/08/08).

No que concerne aos *topoi* que sustentam a relação argumento-tese, o argumento P [Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio, que muitas vezes vira caso de polícia e choca a população (...)] conduz à conclusão r “logo não há solução para o problema da intolerância religiosa”, porque existe o *topos* que diz “Quando a intolerância religiosa cresce, vira caso de polícia e choca a população, não se vislumbra uma solução para o problema”. O argumento Q [Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar] conduz à conclusão não-r “logo há solução para o problema da intolerância religiosa”,

porque há um *topos* que diz “Quando a realidade referente à discriminação religiosa começa a mudar, vislumbra-se uma solução para o problema”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), tem-se novamente a estratégia do suspense “X mas Y”. O argumento X [Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio, que muitas vezes vira caso de polícia e choca a população (...)] evoca, na mente do interlocutor, a conclusão “logo não há solução para o problema da intolerância religiosa”. Em seguida, porém, o argumento, introduzido pelo operador canônico “no entanto”, “quebra” a expectativa criada pelo argumento X. O interlocutor, por sua vez, entende que o argumento que predomina é o argumento Y [Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar], portanto sua conclusão (logo há solução para o problema da intolerância religiosa) prevalecerá.

No que se refere às *estratégias de polidez*, Penélope Brown & Stephen Levinson (1987, apud MAINGUENEAU, 2008) explicam que os interlocutores sempre negociam entre si numa situação comunicativa, pois o ato de fala de um pode ameaçar a face do outro. Para assegurar a transmissão eficaz da informação, os interactantes usam determinadas *estratégias de polidez*. No caso da reportagem em análise, o locutor incorpora, no ato da enunciação, o enunciado da perspectiva de E1, isto é, o argumento do alocutário “Márcia é um exemplo do assustador crescimento da intolerância religiosa no Rio”. Isso funciona como uma importante estratégia de preservação de face, pois, por meio dela o locutor (L) concorda com o interlocutor. L valoriza, assim, a face do outro a fim de que este aceite a perspectiva de E2, representada pelo enunciado restritivo “Essa realidade, **no entanto**, começa a mudar”.

Quanto às *hipóteses* elaboradas para as marcas restritivas prototípicas, pensou-se que:

(a) o operador restritivo canônico mais frequente no gênero reportagem, nos jornais O Globo e O Dia, seria o “mas”;



(b) a reportagem, no jornal O Globo, apresentaria um percentual maior de ocorrências dos operadores canônicos “porém”, “todavia”, “contudo”, “no entanto”, “entretanto”, “não obstante” do que no jornal O Dia.

A hipótese (a) – de que o operador restritivo canônico mais frequente, no gênero reportagem, nos dois jornais, seria o “mas” – confirmou-se, pois o gênero reportagem, em O Globo, apresentou uma frequência de **67,3%** (31 ocorrências) do operador restritivo “mas”, ao passo que o operador “**porém**” apresentou uma frequência de 10,8% (5 ocorrências) e o operador “**no entanto**”, 21,7%(10 ocorrências). A reportagem, em O Dia, apresentou uma frequência de **71,1%** (32 ocorrências) do operador “mas”; o operador “**porém**” apresentou uma frequência de 11,1% (5 ocorrências) e o operador “**no entanto**”, 17,7% (8 ocorrências). Já se disse que o operador “mas”, segundo Ducrot & Anscombe (1983), é o operador argumentativo “por excelência”, fato que explica a recorrência ao seu emprego.

A hipótese (b) – de que o gênero reportagem do jornal O Globo apresentaria um percentual maior de ocorrências de operadores restritivos canônicos do tipo “porém, todavia, contudo, no entanto, não obstante, entretanto” do que o gênero reportagem do jornal O Dia – confirmou-se parcialmente. Nesse gênero, cada jornal apresentou dois tipos de operadores restritivos canônicos além do operador “mas”. O Globo apresentou o operador “porém” com uma frequência de 10,8% e o operador “no entanto” com 21,7%. Já o jornal Dia apresentou o operador “porém” com uma frequência de 11,1% e o operador “no entanto” com 17,7%. Observa-se que o operador “porém”, nos dois jornais, tem um percentual praticamente igual, com um predomínio para o seu emprego no O Dia. Esse fato não constitui uma diferença relevante (0,3%), mas não permite que a hipótese se confirme. O percentual do operador “no entanto”, no O Globo (21,7%), porém, fez que a hipótese se confirmasse parcialmente. O operador “no entanto” em O Dia apresentou uma frequência de 17,7%, perfazendo uma diferença de 4 pontos percentuais em favor de O Globo.

Este **segundo recorte** - uma reportagem do jornal O Dia - apresenta uma construção com a marca restritiva não-prototípica “enquanto”:

(...) as mulheres de classe média e alta têm acesso a médicos e clínicas particulares, **enquanto** a população pobre não recebe assistência. (Demétrio Weber, reportagem “Em Campinas, informações sobre aborto ilegal”, O Globo, 31/05/07).

No trecho em destaque, o enunciado [(...) as mulheres de classe média e alta têm acesso a médicos e clínicas particulares] veicula o valor semântico de concessão, já que, numa estrutura do tipo X mas Y, não é introduzido por operador. Já o enunciado [**enquanto** a população pobre não recebe assistência] veicula o valor semântico de restrição, pois, na mesma estrutura, é introduzido pela marca não-prototípica “enquanto”, que, neste caso, é empregada com valor semântico de “mas”.

Tanto o enunciado concessivo quanto o restritivo representam vozes que constituem perspectivas diferentes. Essas vozes pertencem aos enunciadores, seres que não se expressam por meio de palavras (literalmente), mas por intermédio de seu ponto de vista.

Assim, quanto à *representação do sujeito da enunciação*, o enunciado concessivo [(...) as mulheres de classe média e alta têm acesso a médicos e clínicas particulares] é dito da perspectiva de E1, perspectiva do locutário, de um terceiro ou da voz pública. Já o enunciado restritivo [**enquanto** a população pobre não recebe assistência] é dito da perspectiva de E2, perspectiva com a qual L se identifica. Essas vozes, então, indicam que o recorte é *polifônico*.

No que concerne à *orientação argumentativa*, o recorte em destaque apresenta enunciados que orientam para conclusões contrárias. O enunciado concessivo P [(...) as mulheres de classe média e alta têm acesso a médicos e clínicas particulares] aponta para a conclusão r “logo as mulheres estão protegidas”. O enunciado restritivo Q [**enquanto** a população pobre não recebe assistência] aponta para a conclusão não-r “logo nem todas as mulheres estão

protegidas”. A orientação argumentativa do enunciado restritivo não-r determina a sequência do texto, como se pode constatar:

O pressuposto é que as mulheres que querem abortar assim o farão, mesmo em condições inseguras, perfurando o útero com agulhas de tricô ou injetando substâncias ácidas.

O professor da Unicamp e coordenador do Grupo de Trabalho sobre aborto Inseguro da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia, Aníbal Faundes, disse que o hospital uruguaio Pereyra Rossel reduziu para quase zero os casos de mortalidade materna em Montevidéo após a implantação do programa, em 2004. Segundo ele, 48% das mortes maternas no hospital eram causadas por abortos ilegais ou inseguros. (Demétrio Weber, Reportagem “Em Campinas, informações sobre aborto ilegal”, O Globo, 31/05/07).

Quanto a passagem dos argumentos às conclusões, verifica-se que o argumento P [(...) as mulheres de classe média e alta têm acesso a médicos e clínicas particulares] conduz à conclusão (r) “logo as mulheres estão protegidas” porque existe um *topos* que diz “Quando se oferecem médicos e clínicas particulares, as mulheres não correm perigo com práticas abortivas”. O argumento Q (**enquanto** a população pobre não recebe assistência) conduz à conclusão (não-r) “logo nem todas as mulheres estão protegidas” porque existe um *topos* que diz “Quando a população pobre não recebe assistência, muitas mulheres correm perigo com práticas abortivas”.

No que diz respeito às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), tem-se, como nos demais casos, a estratégia do suspense (X mas Y). O locutor, ao proferir o argumento X [(...) as mulheres de classe média e alta têm acesso a médicos e clínicas particulares] evoca, por instantes, na mente do interlocutor, a conclusão de que as mulheres estão protegidas. Em seguida, introduz o argumento Y (**enquanto** a população pobre não recebe assistência), que frustra a expectativa criada pelo argumento anterior e orienta para a conclusão de que nem todas as mulheres estão protegidas. Como se pode perceber, a marca restritiva não-prototípica “enquanto” funciona como uma pista argumentativa, uma vez que indica que o argumento “mas (=enquanto) Y”, o restritivo, é o que prevalecerá no discurso.

Quanto às *estratégias de polidez* (BROWN & LEVINSON, 1987), o locutor incorpora, em seu enunciado, o enunciado “(...) as mulheres de classe média e alta têm acesso a médicos e clínicas particulares”, que é dito da perspectiva de E1 – perspectiva do alocutário. Em seguida, introduz o enunciado restritivo “**enquanto** a população pobre não recebe assistência”, que defende a sua opinião (a de L). Essa é uma importante estratégia de polidez positiva, na medida em que o locutor preserva a face do outro, ao tornar menos penoso, para este, aceitar a restrição, que representa a opinião de L.

O **terceiro recorte**, a seguir, apresenta uma marca linguística não-prototípica com valor de “mas” numa reportagem do jornal O Dia:

O sentimento não pode parar, mas o clima ontem no Vasco era de que o clube havia ficado órfão. (...) Os jogadores e até o técnico Dorival Júnior já tentam minimizar a falta de Carlos Aberto. (...) O jogador teme represálias do Werder Bremen, que detém seus direitos. Agora, os dirigentes cruzmaltinos correm contra o tempo para conseguir uma solução que prorogue o empréstimo do jogador, ou até mesmo pagar por parte dos direitos do apoiador, avaliados em R\$ 22 milhões. (...) Apesar do otimismo, já que a vontade do craque é ficar no Vasco, o dirigente não acredita que o desfecho do negócio será rápido. (...) As negociações com o clube alemão estão sendo conduzidas pelo procurador de Carlos Alberto, Carlos Leite. Mas, somente após a resposta dos dirigentes do Werder Bremen é que o empresário vai buscar soluções. **O problema é que** o clube tem apenas mais 12 dias para renovar o vínculo com o jogador, ou Carlos Alberto terá de esperar até agosto para voltar a vestir a camisa 19. (Rodrigo Lima, reportagem “Carlos Alberto no Vasco? Só de visita”, O Dia, 03/07/09)

Essa reportagem de O Dia apresenta-se como mais um exemplo de polifonia, pois seus enunciados representam “vozes”, que pertencem a enunciadores distintos. Os enunciadores, segundo Oswald Ducrot (apud GOUVÊA, 2002) são seres que se expressam por diferentes pontos de vista no discurso. É importante identificar o enunciado concessivo e o enunciado restritivo a fim de reconhecer o enunciado por meio do qual o locutor argumenta.

O enunciado “somente após a resposta dos dirigentes do Werder Bremen é que o empresário vai buscar soluções” veicula o valor semântico de concessão. Já o enunciado “**O problema é que** o clube tem apenas mais 12 dias para renovar o

vínculo do jogador com o Vasco, ou Carlos Alberto terá de esperar até agosto para voltar a vestir a camisa 19” veicula o valor de restrição.

Cada enunciado pertence a um enunciador diferente. O enunciado concessivo [somente após a resposta (...) buscar soluções. (...)] é dito da perspectiva de E1, perspectiva do alocutário, de um terceiro ou da voz pública. Já o enunciado restritivo [O problema é que o clube (...) vestir a camisa 19] é dito a perspectiva de E2, perspectiva por meio da qual o locutor argumenta, como se pode constatar na seguinte representação:

E1 (alocutário): As negociações com o clube alemão estão sendo conduzidas pelo procurador de Carlos Alberto, Carlos Leite (...).

E2 (locutor): O problema é que o clube tem apenas mais 12 dias para renovar o vínculo do jogador com o Vasco, ou Carlos Alberto terá de esperar até agosto para voltar a vestir a camisa 19.

L: As negociações com o clube alemão estão sendo conduzidas pelo procurador de Carlos Alberto, Carlos Leite (...) (E1=alocutário). **O problema é que** o clube tem apenas mais 12 dias para renovar o vínculo do jogador com o Vasco, ou Carlos Alberto terá de esperar até agosto para voltar a vestir a camisa 19 (E2=L).

Quanto à *orientação argumentativa*, o enunciado concessivo “somente após a resposta dos dirigentes do Werder Bremen é que o empresário vai buscar soluções” orienta para a conclusão r “logo as soluções não virão imediatamente”. Já o enunciado restritivo “*O problema é que* o clube tem apenas mais 12 dias para renovar o vínculo do jogador com o Vasco, ou Carlos Alberto terá de esperar até agosto para voltar a vestir a camisa 19” orienta para a conclusão não-r “logo as soluções precisam vir imediatamente”.

Por intermédio da *representação do sujeito da enunciação*, em destaque acima, é possível observar que o locutor argumenta da perspectiva de E2 – a perspectiva mais forte –, representada pelo enunciado restritivo. Dessa forma, a

orientação argumentativa do enunciado restritivo (conclusão não-r) determina a sequência do texto, como se pode verificar a seguir:

Enquanto não se resolve a situação do jogador, os ex-companheiros sentem a falta do ex, e quem sabe, futuro companheiro. “É esquisito vê-lo e não poder contar com ele. Ele é um cara brincalhão e que motiva o grupo”, afirmou o goleiro Fernando Prass, admitindo que Carlos Alberto é fundamental para a recuperação do time na série B. (Rodrigo Lima, reportagem “Carlos Alberto no Vasco? Só de visita”, O Dia, 03/0709)

No que se refere ao *topos*, a passagem dos argumentos às conclusões mobiliza *topoi* contrários. O enunciado concessivo P “somente após a resposta dos dirigentes do Werder Bremen é que o empresário vai buscar soluções” orienta para a conclusão r “logo as soluções não virão imediatamente”, porque existe um *topos* que diz “Quando se precisa de uma resposta para procurar soluções, as soluções só serão procuradas quando se obtiver a resposta”. O argumento Q “O problema é que o clube tem apenas mais 12 dias para renovar o vínculo do jogador com o Vasco, ou Carlos Alberto terá de esperar até agosto para voltar a vestir a camisa 19” orienta para a conclusão não-r “logo as soluções têm de vir imediatamente”, porque existe um *topos* que diz “Quando se tem poucos dias para a renovação de um jogador, as soluções precisam vir antes mesmo de se obter a resposta”.

Quanto às *estratégias de relação* (GUIMARÃES, 2002), o recorte representa a estrutura coordenada do tipo “X mas Y”, que veicula a estratégia do suspense. O argumento (X) cria uma expectativa, na mente do interlocutor, a favor de determinada conclusão. De acordo com o recorte em análise, o argumento P “somente após a resposta dos dirigentes do Werder Bremen é que o empresário vai buscar soluções” evoca, na mente do interlocutor, que as soluções não virão imediatamente.

Em seguida, porém, o argumento (mas Y) “O problema é que o clube tem apenas mais 12 dias para renovar o vínculo do jogador com o Vasco, ou Carlos Alberto terá de esperar até agosto para voltar a vestir a camisa 19” frustra a

expectativa criada pelo alocutário, pois aponta para a tese de que as soluções precisam vir imediatamente. O argumento Q, portanto, indica que a conclusão do argumento anterior não prevalecerá do ponto de vista argumentativo.

No que diz respeito às *estratégias de polidez* (BROWN & LEVINSON, 1987), em estruturas do tipo P mas Q, o argumento concessivo P precede o argumento restritivo Q. Ao utilizar o enunciado P “somente após a resposta dos dirigentes do Werder Bremen é que o empresário vai buscar soluções” (que pertence ao alocutário), o locutor procura acordar com o alocutário, valorizando sua opinião, conduta que constitui uma estratégia de polidez. Ao introduzir o argumento Q “*O problema é que* o clube tem apenas mais 12 dias para renovar o vínculo do jogador com o Vasco, ou Carlos Alberto terá de esperar até agosto para voltar a vestir a camisa 19” (que pertence ao locutor), desqualifica, sutilmente o argumento anterior. Por meio dessa estratégia, L preserva não só a face do outro como também a própria face.

Quanto às *hipóteses* formuladas para o gênero reportagem, em se tratando de marcas restritivas não-canônicas, pensou-se que esse gênero, no jornal O Dia, apresentaria um percentual maior de lexias restritivas não-prototípicas do que esse mesmo gênero no jornal O Globo. A hipótese confirmou-se, pois a reportagem, no jornal O Globo, apresentou uma frequência de 4,2% de lexias restritivas não-prototípicas. No jornal O Dia, porém, apresentou uma frequência de 6,3% de marcas linguísticas não-prototípicas com valor de restrição.

Ao se comparar o nível de escolaridade do público a que se destinam os dois jornais, justifica-se a hipótese. Como já se fez referência anteriormente, o jornal O Dia se destina a um público-alvo cujo nível de escolaridade está abaixo do nível de escolaridade do público-alvo a que se destina o jornal O Globo, fato que favorece o aparecimento de marcas restritivas não-canônicas.

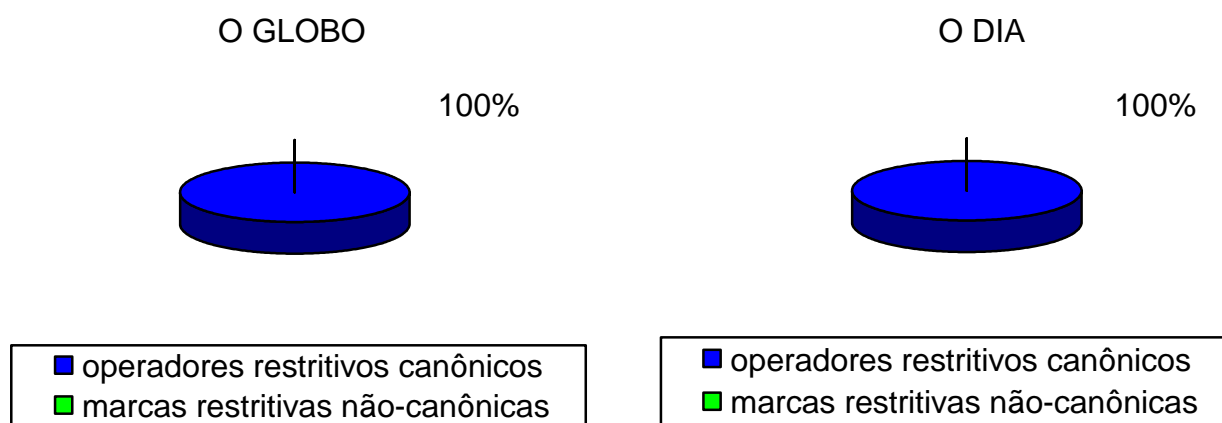
Analisadas algumas ocorrências de estruturas restritivas introduzidas por operadores argumentativos prototípicos e não-prototípicos, parte-se, agora, para os resultados finais.

## 4. RESULTADOS FINAIS

Nesta seção, serão apresentados os gráficos representativos dos resultados da análise das marcas linguísticas restritivas nos gêneros editorial, artigo opinativo, crônica, notícia e reportagem dos jornais O Globo e O Dia. Com essa representação gráfica, será possível visualizar os percentuais de marcas restritivas prototípicas e não-prototípicas nos cinco gêneros, bem como comparar a frequência de marcas não-prototípicas com valor de restrição entre os jornais.

### 4.1 O Editorial

Observem-se os resultados:

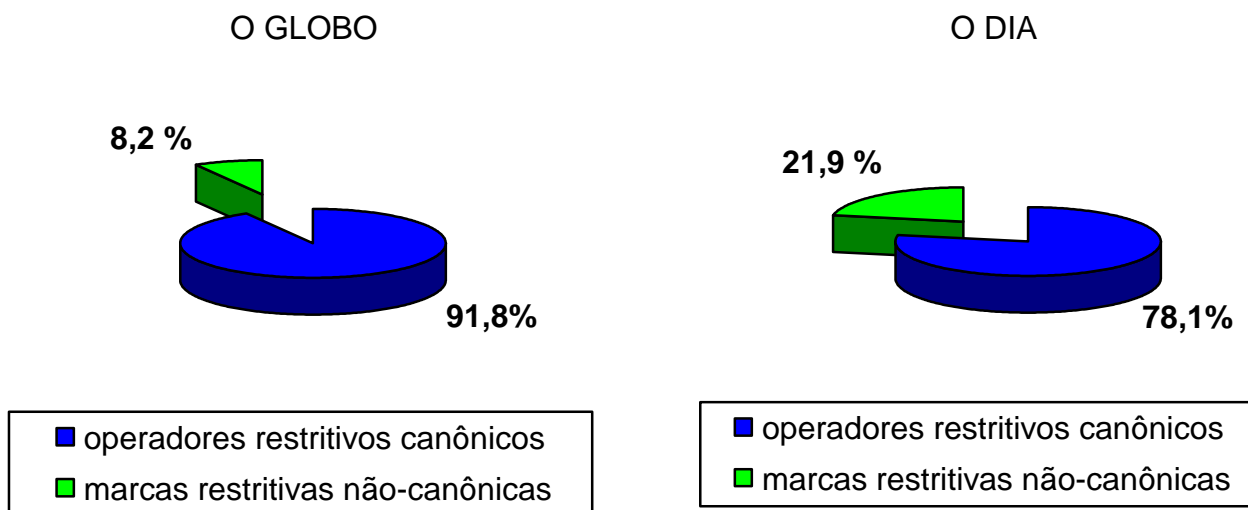


Nos gráficos do gênero editorial, é possível verificar que não houve ocorrências de marcas linguísticas não-prototípicas com valor de restrição, pois o total de operadores (100%) corresponde aos operadores restritivos prototípicos. A ausência de marcas linguísticas restritivas não-canônicas confirma a hipótese de que o editorial não apresentaria lexia restritiva não-prototípica, pois o contrato de comunicação “editorial” privilegia uma linguagem mais formal, o que contribui para a não-ocorrência de marcas restritivas não-prototípicas.



## 4.2 O Artigo Opinativo

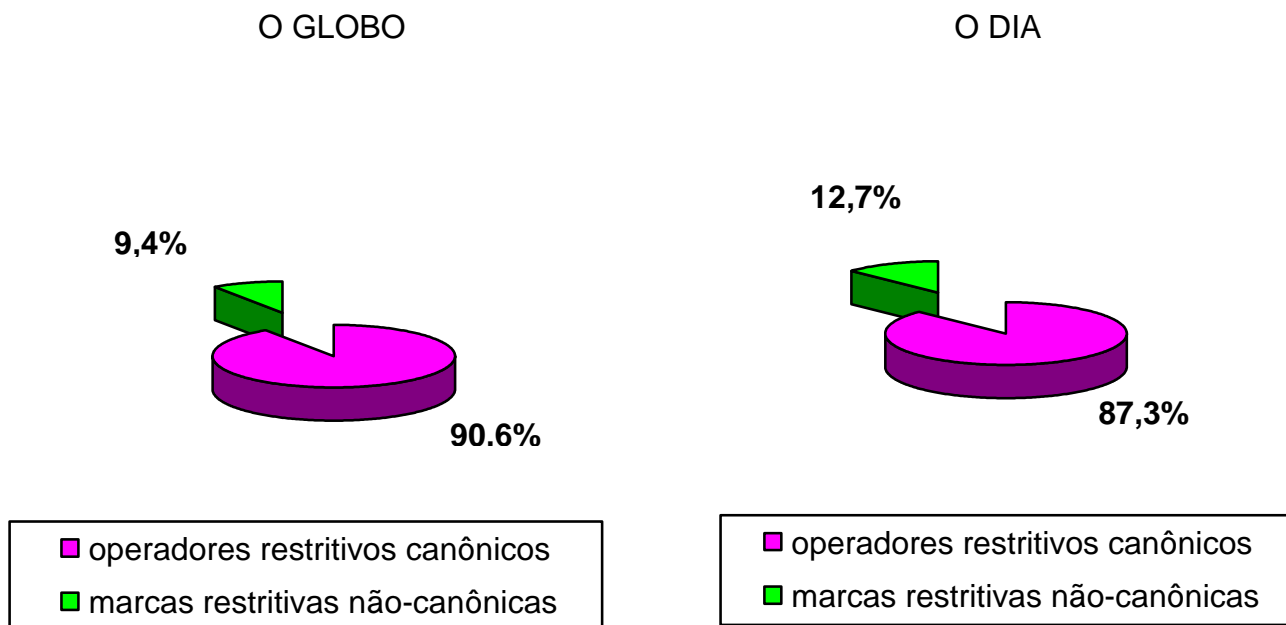
Vejam-se os gráficos:



Nos gráficos do gênero artigo opinativo, é possível observar que o jornal O Dia apresenta, no total de 100% de operadores restritivos, o percentual de 21,9 (7 ocorrências) de marcas linguísticas restritivas não-prototípicas contra o percentual de 8,2 (6 ocorrências) de marcas linguísticas restritivas não-prototípicas em O Globo. A diferença de 13,7% pode ser explicada por meio do tipo de público-alvo de cada jornal: o jornal O Dia destina-se a um público-alvo cujo nível de escolaridade é mais baixo em comparação com o nível de escolaridade do público de O Globo, o que leva à confirmação da hipótese de que o jornal O Dia, no artigo opinativo, apresentaria um percentual maior de lexias restritivas não-prototípicas do que esse mesmo gênero em O Globo.

### 4.3 A Crônica

São estes os resultados verificados na crônica, nos dois jornais:

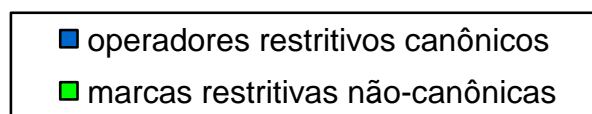
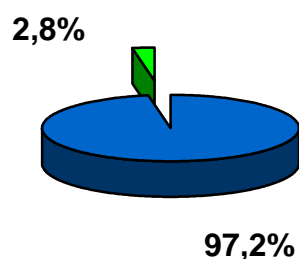


Nos gráficos do gênero crônica, o jornal O Dia apresentou 12,7% (11 ocorrências) de marcas linguísticas restritivas não-prototípicas, enquanto o jornal O Globo apresentou 9,4% (10 ocorrências) dessas marcas. A diferença de 3,3% está no fato de o jornal O Dia destinar-se a um público cujo nível de escolaridade está abaixo do nível de escolaridade do público de O Globo. Esse fato justifica a hipótese de que o gênero crônica de O Dia apresentaria uma frequência maior de lexias restritivas não-prototípicas do que esse mesmo gênero em O Globo.

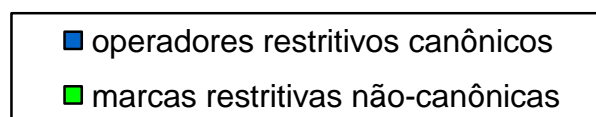
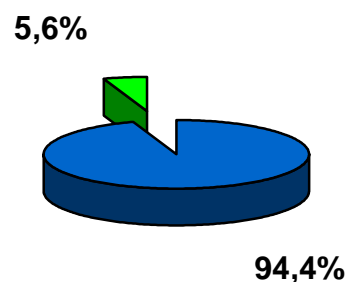
## 4.4 A Notícia

Vejam-se os resultados:

O GLOBO



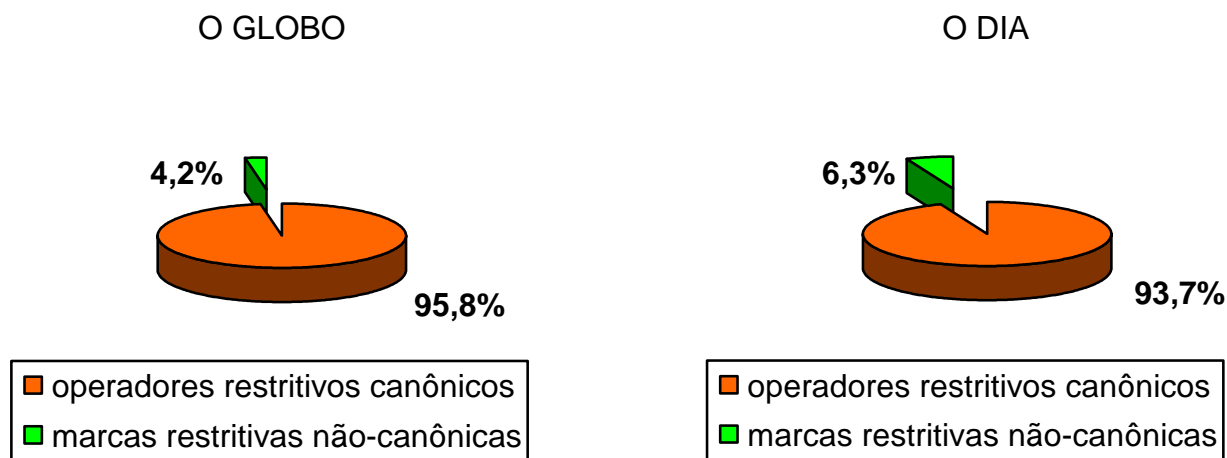
O DIA



Nos gráficos do gênero notícia, o jornal O Dia apresentou 5,6% (2 ocorrências) de marcas linguísticas não-prototípicas com valor de restrição, enquanto o jornal O Globo apresentou 2,8%(1 ocorrência) de marcas restritivas não-prototípicas. Os dois percentuais justificam a hipótese de que o gênero notícia do jornal O Dia apresentaria uma frequência maior de lexias restritivas não-prototípicas do que a notícia em O Globo, uma vez que o público de O Dia apresenta um nível de escolaridade mais baixo em comparação com o nível de escolaridade do público a que se destina O Globo.

## 4.5 A Reportagem

Observem-se estes resultados:



Nos gráficos do gênero reportagem, é possível observar que o jornal O Dia apresenta 6,3% (3 ocorrências) de marcas linguísticas restritivas não-prototípicas, enquanto o jornal O Globo apresenta 4,2% (2 ocorrências) de marcas não-prototípicas com valor de restrição. Esse resultado justifica a hipótese de que o gênero reportagem do jornal O Dia apresentaria uma frequência maior de lexias restritivas não-prototípicas do que esse mesmo gênero em O Globo.

É importante destacar que um único gênero apresentou um percentual razoavelmente significativo de operadores restritivos não-canônicos: o gênero artigo opinativo no jornal O Dia, pois obteve o percentual de 21,9. Os demais gêneros apresentaram um percentual baixo de lexias restritivas não-prototípicas. Esse fato leva a concluir, por um lado, que o emprego dos operadores não-canônicos está bem abaixo do emprego dos operadores canônicos nos gêneros jornalísticos; por outro lado, permite dizer que já está havendo uma infiltração de lexias restritivas típicas da oralidade, tais como **agora**, **só**, **só que**, **o problema é que** etc., nos gêneros midiáticos, gêneros que atualmente representam o português padrão escrito atual.

#### 4.6 Operadores restritivos não-canônicos

Nesta seção, apresenta-se uma tabela comparativa dos resultados obtidos pela análise de todos os gêneros, nos dois jornais, no que diz respeito à frequência dos operadores restritivos não-canônicos.

Operadores restritivos não-canônicos		
gênero \ jornal	O GLOBO	O DIA
editorial	0	0
artigo opinativo	8,2%	21,9%
crônica	9,4%	12,7%
notícia	2,8%	5,6%
reportagem	4,2%	6,3%

TABELA 5

Como se pode observar, os gêneros estudados, com exceção do editorial, apresentaram um percentual mais alto de marcas linguísticas não-canônicas veiculando o valor semântico de restrição, no jornal O Dia. Ainda que a diferença entre os percentuais não tenha sido grande (artigo opinativo: 13,7%; crônica: 3,3%; notícia: 2,8%; reportagem: 2,1%), esse resultado confirma a hipótese levantada para os operadores não-canônicos, em relação aos dois jornais. O fato de o jornal O Dia se dirigir a um público menos escolarizado do que o jornal O Globo é a explicação que se considera viável para o fenômeno.

#### 4.7 Operadores restritivos canônicos e não-canônicos

A partir da análise desenvolvida ao longo da pesquisa, é possível reunir, num só quadro, os operadores restritivos canônicos e não-canônicos utilizados

pelos editorialistas, articulistas, cronistas e repórteres dos dois jornais. Apresenta-se, assim, o quadro dos operadores restritivos empregados em textos que, na atualidade, representam o português padrão brasileiro.

OPERADORES RESTRITIVOS	
PROTOTÍPICOS	NÃO-PROTOTÍPICOS
<p>mas porém todavia entretanto contudo no entanto não obstante</p>	<p>e só só que agora pois acontece que o problema é que enquanto</p>

TABELA 6

Finalizam-se, aqui, os últimos resultados obtidos na pesquisa sobre O PROCESSO DA RESTRIÇÃO E OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS NO DISCURSO MIDIÁTICO.

## 5. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, analisou-se o processo discursivo da restrição, veiculado por marcas restritivas prototípicas e não-prototípicas nos gêneros editorial, artigo opinativo, crônica, notícia e reportagem nos jornais O Globo e O Dia. O foco da pesquisa, porém, foi mostrar que as marcas linguísticas não-prototípicas se comportam, discursivamente, como os operadores restritivos canônicos, ou seja, orientam, do ponto de vista argumentativo, a sequência do texto.

Na pesquisa, observou-se que a frequência das marcas restritivas não-prototípicas, nos gêneros estudados, está relacionada ora às características do *contrato comunicativo* em que se constitui o gênero (CHARAUDEAU, 2008) ora ao tipo de *público-alvo* a que se dirige cada um dos dois jornais.

No *contrato* “editorial” dos jornais O Globo e O Dia, por exemplo, não houve ocorrências de **lexias restritivas não-prototípicas**, em razão de esse gênero apresentar uma linguagem mais formal, o que contribuiu para o não-aparecimento de marcas linguísticas não-canônicas.

O jornal O Dia, em relação aos gêneros artigo opinativo, crônica, notícia e reportagem, apresentou uma frequência maior de lexias restritivas não-prototípicas do que O Globo. Esses resultados confirmam a hipótese aventada para as marcas linguísticas não-canônicas nos dois jornais.

Em relação às marcas restritivas **prototípicas**, o jornal O Globo apresentou os seguintes percentuais: artigo opinativo – 91,8%; crônica – 90,6%; notícia – 97,2%; reportagem – 95,8%. Já o jornal O Dia obteve estes resultados: artigo opinativo – 78,1%; crônica – 87,3%; notícia – 94,4%; reportagem – 93,7%.

Em relação às lexias restritivas **não-prototípicas**, o jornal O Dia apresentou estes resultados: artigo opinativo – 21,9%; crônica – 12,8%; notícia – 5,6%; reportagem – 6,3%. O jornal O Globo, por seu turno, obteve estas frequências: artigo opinativo – 8,2%; crônica – 9,4%; notícia – 2,7%; reportagem – 4,2%.

O fato de o jornal O Dia ter apresentado um percentual maior de lexias restritivas não-prototípicas do que o jornal O Globo tem uma explicação de caráter social. O jornal O Dia destina-se a um público-alvo que apresenta menor nível de instrução, o que favorece a ocorrência de marcas linguísticas de cunho informal. O fato de o jornal O Globo ter apresentado um percentual maior de marcas restritivas canônicas do que o O Dia tem a mesma natureza. O Globo se dirige a um auditório cujo nível de escolaridade é mais alto do que o do O Dia, favorecendo o emprego de marcas linguísticas de caráter menos informal.

A explicação de caráter social é determinante para que o jornal O Globo apresente um percentual maior de operadores restritivos prototípicos do que o jornal O Dia, mas não é significativa em 100% dos casos. O jornal O Dia apresentou um percentual maior do operador "no entanto" no editorial, "entretanto" na crônica e "porém" na notícia e na reportagem do que o jornal O Globo. Esse fenômeno, no que diz respeito aos gêneros editorial, notícia e reportagem, pode estar relacionado ao grau de formalidade desses gêneros, ou ao contexto linguístico em que aparecem esses operadores. Esse último aspecto, porém, não fez parte do escopo deste trabalho.

Ainda no que concerne à ocorrência de novos operadores com valor de restrição, é importante fazer duas observações. (1) Embora tenham apresentado baixa frequência, as lexias restritivas não-prototípicas estão infiltrando-se no português padrão escrito atual, como mostram os resultados referentes aos dois periódicos. (2) Os novos operadores apresentam não só o mesmo valor semântico que os operadores canônicos – o valor de restrição –, mas também o mesmo comportamento discursivo – determinam a sequência do texto.

Finalmente, chega-se ao objetivo principal desta pesquisa que é o de construir um novo quadro de operadores restritivos empregados no português padrão da atualidade. Inserem-se, nesse quadro, os operadores canônicos – mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto, não obstante – e acrescentam-se as marcas não-canônicas – e, só, agora, só que, enquanto, pois, acontece que, o problema é que.



Com base nas análises feitas e nos resultados obtidos, conclui-se, aqui, este estudo, constatando que o processo discursivo da restrição está sendo veiculado não só por marcas prototípicas como também por lexias não-prototípicas, comprovando, assim, que novas estratégias argumentativas estão sendo utilizadas pelo locutor no discurso da mídia contemporânea.

## 6. REFERÊNCIAS

\*SÁ, Olga. A escritura de Clarice Lispector. São Paulo. Ed. Vozes, 1979.(p. 128)

1 – AGUIAR, A. E. A interação face a face: a preservação e ameaça às faces e as estratégias de polidez e entrevistas da revista Playboy. In: *Anais do IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia*. Rio de Janeiro: CNLF, 2007.

2 – ANDERSEN, E. L. Por um tratamento polifônico da segunda pessoa. In: BARBISAN, Leci Borges (org). *Cadernos de pesquisa em linguística da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FL/ UFRS, 2006. (p. 54-55)

3 – ANSCOMBRE, J.C. & DUCROT, O. *L' Argumentation dans la langue*. Bruxelas: Mardraga, 1983. (p. 15 - 23)

4 - AZEREDO, J. C. Lições sintáticas, subordinação e coordenação. In: *Iniciação à sintaxe do português*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. (p. 48 - 51) e (p.103 - 105)

5 - BARBISAN, L. B et al. Enunciação e argumentação no discurso. In: BARBISAN, L. B. (org). *Cadernos de pesquisa linguística da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FL/UFRS, 2006. (p. 102 - 111)

6 - BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5 ed. Campinas: Pontes, 1966. (p. 284 - 293)

7 - BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. (p.191-200)

8 - BROWN, Penelope. & LEVINSON, Stephen. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. (p. 61 - 95) e (p. 126 - 206)

9 - CAMPOS, Cláudia Mendes. O percurso de Oswald Ducrot na teoria da argumentação na língua. In: *II Revista Internacional de Estudos Linguísticos da ABRALIN*. Paraná: UFPR, 2007. (p. 139 – 169)

10 - CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

- 11 - \_\_\_\_\_. Para uma nova Análise do Discurso. In: CARNEIRO, A.D. (org). O Discurso da mídia. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. (p. 5 - 43)
- 12 - \_\_\_\_\_. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, A. L.& GRAVAZZI, S.(org). Da língua ao Discurso: reflexões para o ensino.Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. (p. 11 - 29)
- 13 - DUCROT, Oswald. Les mots du Discours. Paris: Minuit,1980. (p. 93 - 130)
- 14 - \_\_\_\_\_. Les echelles Argumentatives. Paris: Minuit, 1980. (p. 72 - 76)
- 15 - \_\_\_\_\_. Le dire et le dit. Paris: Minuit,1984. (p. 171 - 210)
- 16 - \_\_\_\_\_.O dizer e o dito. São Paulo: Pontes, 1987. (p. 161 - 177)
- 17 - \_\_\_\_\_. Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique. Colletion savoir:sciences. Paris: Hermann éditeurs des sciences et des arts,1988.
- 18 - \_\_\_\_\_. Argumentação e Topoi Argumentativo. In: GUIMARÃES, E. (trad.) História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes, 1989. (p. 13 - 38)
- 19 - GOUVÊA, L.H.M. Operadores argumentativos: uma ponte entre a língua e o discurso. In: PAULIUKONIS, A. L.& SANTOS, L.W.(orgs). Estratégias de leitura: texto e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. (p. 105 - 116)
- 20 - \_\_\_\_\_. Sujeito da Enunciação e construções concessivas em textos midiáticos. In: Anais do IX Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Linguagens especiais. Rio de Janeiro: CNLF, 2005. (p. 167-181)
- 21 - \_\_\_\_\_. Sujeito da Enunciação e estratégia Argumentativa. In: MOLLICA, M.C. e RONCARATI, C. (org). Anais do III Congresso Internacional da Abralín. Rio de Janeiro: EDUFF, 2003. (p. 1017- 1022)
- 22 - \_\_\_\_\_. Perspectivas argumentativas pela concessão. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. Faculdade de Letras, UFRJ, 2002.
- 23- GUIMARÃES, E. Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português. 3. edição. Campinas: Pontes, 2002. (p. 109 - 124)
- 24- GOFFMAN, E. Interrectional Ritual: essays on face-to-face bahavior. New York: Pantheon Books, 1974. (p. 5 - 45)
- 25- KOCH, I. V. A inter-ação pela linguagem. 3. edição. São Paulo: Contexto,1997. (p. 29 - 58)

- 26 - \_\_\_\_\_. Argumentação e Linguagem. São Paulo: Cortez, 1993.
- 27 - KOCH, I. V. & FÁVERO, L. L. Linguística Textual: Introdução. São Paulo: Cortez, 2005. (p. 47 - 53).
- 28 - MACHADO, I. L. Algumas considerações sobre a teoria semiolinguística do discurso. In: MACHADO, I.L. et al. Movimentos de um percurso em Análise do Discurso. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2005. (p. 19 - 32)
- 29 - MAINGUENEAU, D. Análise de Textos de Comunicação. 5. edição. São Paulo: Pontes, 2008. (p. 31 - 57)
- 30 - MALTABÁN, M. V. As notícias e a informação. Rio de Janeiro: Biblioteca Salvat do Brasil, 1979. (p. 17 - 65)
- 31 - MARCOTULIO, L. & SOUZA, S. L. A teoria de Brown & Levinson aplicada ao português brasileiro: desafios e propostas. In: Anais da IX Semana Nacional de estudos lingüísticos e filosóficos. Rio de Janeiro, 2007.
- 32 - MELO, J. M. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1985 (p. 44 – 60, 77 – 85, 92 – 97, 111 - 120)
- 33 - MOURA, H.M.M. Semântica e Argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. In: MOURA, H.M.M. Documentação de Estudos em linguística Teórica e Aplicada. Santa Catarina: UFSC, 1998.
- 34 - OLIVEIRA, H. F. Língua Portuguesa: visão discursiva. Descrição do português à luz da linguística do texto. In: OLIVEIRA, H.F. Curso de pós-graduação - ensino à distância. UFRJ: Faculdade de Letras, 2001.(p.85-91)
- 35 - \_\_\_\_\_. O modo argumentativo de organização do discurso: análise de um texto jornalístico. In: Anais do II Encontro franco-brasileiro de análise do discurso. Rio de Janeiro: CIAD/UFRJ, 1996. (p. 75-79)
- 36 - OLIVEIRA, H. F. & MONNERAT, R. O emprego de algumas conjunções no texto. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GRAVAZZI, S. (org). Da Língua ao Discurso: reflexões para o ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. (p. 90 - 102)
- 37 - SODRÉ, M. Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1996. (p. 19 - 39)
- 38 - VOGT, C. Linguagem, Pragmática e Ideologia. São Paulo: Pontes, 1980.

## 7. ANEXOS

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)